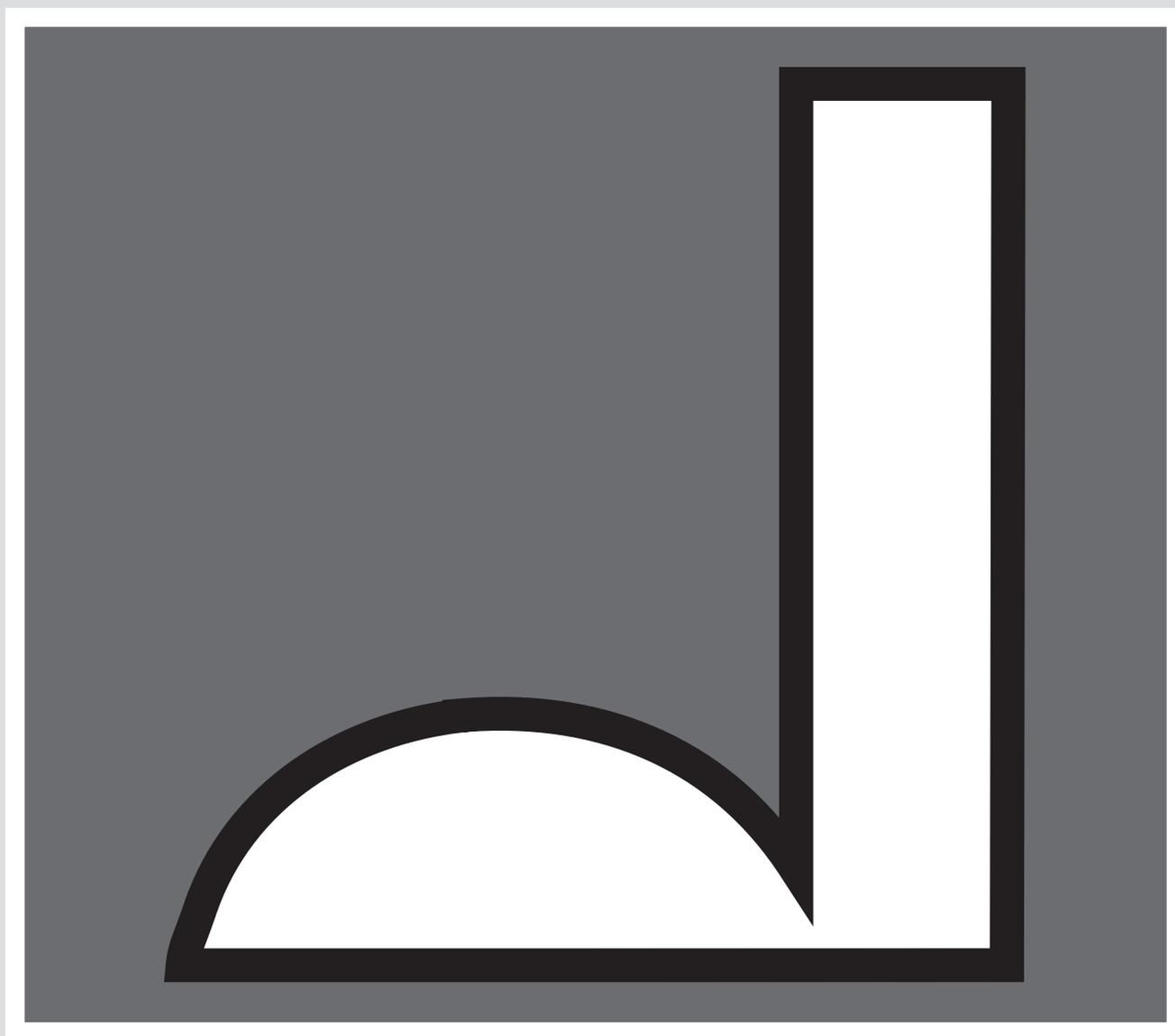




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 184 - QUARTA-FEIRA, 02 DE NOVEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
José Sarney - (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE
Marta Suplicy - (PT-SP)
2º VICE-PRESIDENTE
Wilson Santiago - (PMDB-PB)
1º SECRETÁRIO
Cícero Lucena - (PSDB-PB)
2º SECRETÁRIO
João Ribeiro - (PR-TO)²

3º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
4º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)¹
2º - João Durval - (PDT-BA)
3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)
4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT Vice-Líderes Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita</p> <p>Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Líder em exercício do PP - 5 Ana Amélia ⁽¹⁴⁾</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁶⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Maria do Carmo Alves Cyro Miranda</p> <p>Líder do PSDB - 9 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁷⁾ Paulo Bauer ⁽⁹⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁸⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p> <p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	<p>PR - 7</p> <p>Líder Magno Malta - PR ⁽¹¹⁾ Vice-Líder Clésio Andrade</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 198ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE NOVEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 336, de 2009; 442, de 2010; 1, 12, 19, 34, 42, 43, 46, 49, 121, 145, 149, 150, 157, 158, 160, 161, 168 e 193, de 2011..... 44892

1.2.2 – Pareceres

Nºs 1.212 a 1.231, de 2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre os Projetos de Decreto Legislativo nºs 287, de 2007; 314, de 2008; 86, 464, 637, 895 e 900, de 2009; 38, 47, 50, 51, 54, 59, 154, 156, 162, 166, 167, 173 e 174, de 2011..... 44893

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 287, de 2007; 314, de 2008; 86, 464, 637, 895 e 900, de 2009; 38, 47, 50, 51, 54, 59, 154, 156, 162, 166, 167, 173 e 174, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. **(Ofício nº 188/2011, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)** 44953

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 548, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões, quinhentos e trinta mil reais), para o fim que especifica* (implantação de novas iniciativas, como oferta de bolsas para formação de estudantes e trabalhadores e o financiamento da educação profissional e tecnológica, em decorrência da aprovação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC), onde poderá receber emendas. *Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 44953

1.2.4 – Comunicação

Do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 29, de 2011-CN. **(Ofício nº 361/2011, de 1º do corrente)** 44953

1.2.5 – Ofício do Ministro de Estado das Comunicações

Nº 112, de 2011, referente ao Requerimento nº 833, de 2011, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin. 44955

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *SÉRGIO SOUZA* – Destaque de ações bem-sucedidas do Executivo e do Legislativo no corrente ano..... 44955

SENADOR *EDUARDO SUPPLY* – Manifestação de solidariedade ao ex-Presidente Lula, acometido de câncer na laringe..... 44957

SENADOR *CYRO MIRANDA* – Reflexão sobre o quadro atual da economia mundial; e outro assunto. 44959

SENADORA *MARINOR BRITO*, como Líder – Solidariedade ao Deputado Estadual Marcelo Freixo que anunciou afastamento do País em razão das ameaças de morte que vem sofrendo. 44961

SENADORA *VANESSA GRAZZIOTIN* – Referência à decisão da Unesco de adesão da Palestina como membro pleno daquela Organização; e outros assuntos. 44963

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 1.332, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, solicitando inserção em ata de voto de solidariedade ao ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. 44965

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *MAGNO MALTA*, como Líder – Registro da contínua mobilização em defesa da partilha mais favorável dos **royalties** do petróleo aos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; e outro assunto. 44966

SENADOR *JORGE VIANA* – Apoio à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de

2011-Complementar, que modifica a lei que trata da distribuição do Fundo de Participação dos Estados; e outro assunto.....	44967	1.4.1 – Fala da Presidência (Senador José Sarney)	
SENADORA <i>MARINOR BRITO</i> – Considerações sobre os dados publicados pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre acerca das obras de construção da Usina de Belo Monte.	44969	Informações acerca do pleno acesso às informações sobre a atividade legislativa no Senado Federal e no Congresso Nacional, e disponibilização, pela Secretaria Geral da Mesa, a partir de hoje, de dados atuais e históricos consolidados.	44986
SENADOR <i>PAULO DAVIM</i> , como Líder – Ponderação sobre a gestão dos recursos hídricos e sua discussão no âmbito da Organização das Nações Unidas.....	44972	1.4.2 – Discursos (continuação)	
SENADOR <i>CASILDO MALDANER</i> – Considerações sobre a estimativa da população mundial em sete bilhões de habitantes; e outros assuntos.....	44973	SENADOR <i>JOSÉ PIMENTEL</i> – Importância da participação da Presidente Dilma Rousseff na Reunião de Cúpula do G-20 em Cannes, França; e outro assunto.....	44986
SENADOR <i>WALTER PINHEIRO</i> – Justificativa de proposta de ciclo de debates, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a questão do novo Pacto Federativo no Brasil; e outro assunto.....	44974	1.4.3 – Apreciação de matérias	
SENADOR <i>WILSON SANTIAGO</i> , como Líder – Justificativa pela apresentação de projeto de lei que prevê emendas de prefeitos à proposta de Orçamento Anual da União.	44976	Requerimento nº 1.335, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá. Aprovado.	44989
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Apelo por celeridade para determinadas proposições que estão em tramitação no Congresso Nacional.	44977	Requerimento nº 1.334, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá. Aprovado.	44989
SENADOR <i>ROMERO JUCÁ</i> – Registro da assinatura de convênio, entre a Caixa Econômica Federal e o Governo de Roraima, para a liberação de recursos para o PAC 2, destinados a obras de saneamento e abastecimento de água.....	44979	1.4.4 – Discursos (continuação)	
1.2.9 – Leitura de requerimentos		SENADORA <i>LÍDICE DA MATA</i> , como Líder – Homenagem pelo transcurso, hoje, dos 510 anos da Baía de Todos os Santos; e outro assunto.....	44990
Nº 1.333, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana, solicitando licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no dia 4 do corrente, para participar de encontro em Manaus.	44981	SENADOR <i>ANIBAL DINIZ</i> – Destaque para a importância dos pequenos empreendimentos para a economia do Estado do Acre.....	44991
Nº 1.334, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e servidor aposentado da Justiça Federal em Roraima, Murilo Souza.....	44982	SENADOR <i>JOSÉ AGRIPINO</i> , como Líder – Protesto em virtude dos sucessivos erros cometidos na realização dos exames do ENEM.	44995
Nº 1.335, de 2011, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e professor da UFRR, José Aparecido da Silva.....	44982	SENADORA <i>ANA RITA</i> – Manifestação de solidariedade e apoio ao ex-presidente Lula pelo tratamento contra o câncer da laringe; e outro assunto.....	44997
1.2.10 – Comunicação da Presidência		SENADOR <i>ALOYSIO NUNES FERREIRA</i> , como Líder – Registro da apresentação de projeto de lei, de autoria de S. Ex ^a , que cria um marco legal para o relacionamento entre o poder público e as Organizações Não Governamentais.....	44999
Designação do Senador Magno Malta como Relator revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011).....	44982	1.4.5 – Apreciação de matéria	
1.3 – ORDEM DO DIA		Requerimento nº 1.333, de 2011, de autoria do Senador Jorge Viana. Aprovado.	45000
1.3.1 Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.		1.4.6 – Discursos (continuação)	
1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA		SENADOR <i>PAULO PAIM</i> – Homenagem aos trabalhadores do comércio pelo transcurso, em 30 do corrente, do Dia do Comerciante; e outros assuntos.	45001
		1.4.7 – Leitura de requerimento	
		Nº 1.336, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, em aditamento ao Requerimento nº 98, de 2011, solicitando a realização de Sessão Especial, destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os vinte e três anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial, bem como a homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento, a realizar-se no dia 21 de novembro. Aprovado.	45006

1.4.8 – Discursos (continuação)
 SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Lamento pelos recentes acontecimentos com o Deputado Estadual Marcelo Freixo, do Rio de Janeiro, ameaçado de morte. 45006
 SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA – Considerações sobre os dados da pesquisa divulgada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) sobre a qualidade das rodovias no Estado do Ceará..... 45009
 SENADOR BENEDITO DE LIRA – Necessidade de punições mais efetivas aos motoristas que dirigem sob efeito do álcool. 45011
1.4.9 – Apreciação de matéria
 Requerimento nº 1.327, de 2011, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin. **Aprovado.**..... 45014
1.4.10 – Comunicação
 Do Senador Sérgio Petecão, comunicando a sua filiação ao Partido Social Democrático-PSD. **(Ofício nº 450/2011)** 45014
1.4.11 – Comunicação da Presidência
 Arquivamento definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2010-Complementar. 45014
1.4.12 – Leitura de requerimentos
 Nº 1.337, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2011..... 45015
 Nº 1.338, de 2011, de autoria do Senador Walter Pinheiro, solicitando a oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ao Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2011..... 45015
1.4.13 – Leitura de projetos
 Projeto de Lei do Senado nº 665, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais.* 45015
 Projeto de Lei do Senado nº 666, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para dispor sobre a destinação dos recursos financeiros provenientes de multas fixadas em condenação de ações civis públicas que envolvam danos causados a bens e direitos coletivos ou difusos de natureza trabalhista.* 45020
 Projeto de Lei do Senado nº 667, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que *altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.*..... 45020

1.4.14 – Mensagens da Presidente da Republica
 Nº 491, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2011, sancionado e transformado na Lei nº 12.513, de 2011..... 45023
 Nº 492, de 2011, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011), sancionado e transformado na Lei nº 12.514, de 2011..... 45023
1.4.15 – Discursos encaminhados à publicação
 SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre o encaminhamento ao Congresso Nacional, pela Presidente Dilma Rousseff, no final do mês de agosto, do Plano Plurianual 2012/2015..... 45024
 SENADORA ANGELA PORTELA – Registro da instalação, no dia 15 de junho, do Grupo Parlamentar Misto Brasil-Venezuela..... 45024
1.5 – ENCERRAMENTO
2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO
2.1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA
2.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de outubro de 2011
2.1.2 – Atas de Comissões Permanentes
3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA
SENADO FEDERAL
4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS
7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES
 CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
 CAS – Comissão de Assuntos Sociais
 CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
 CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
 CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
 CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
 CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
 CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
 CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
 CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 198ª Sessão, Deliberativa Ordinária em 1º de novembro de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência do Sr. José Sarney, da Srª Vanessa Grazziotin, dos Srs. Pedro Taques,
Clésio Andrade, da Srª Ana Rita e do Sr. Anibal Diniz*

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 19 horas e 31 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

198ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14.00 HORAS

Período : 1/11/2011 07:00:00 até 1/11/2011 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURCACZ	X						
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X						
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PT	ES	ANA RITA	X						
PT	RR	ANGELA PORTELA	X						
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X						
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X						
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X						
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X						
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X						
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X						
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X						
PSDB	GO	CYRÓ MIRANDA	X						
PT	MS	DELÍDIO DO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X						
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X						
PTB	AL	FERNANDO COLI OR	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PT	AC	JORGE VIANA	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X						
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X						
PSDE	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PR	ES	MAGNO MALTA	X						
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X						
PV	RN	PAULO DAVIM	X						
PT	RS	PAULO PAIM	X						
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X						
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X						
PP	RO	REDITARIO CASSOL	X						
PSB	DF	RÓDRIGO ROLLEMBÉRG	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	X						
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X						
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X						
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X						
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X						
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X						

Compareceram: 48 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Esgotou-se, ontem, o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2009** (nº 1.256/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Liberdade FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouricuri, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2010** (nº 2.370/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paranhos, Estado de Mato Grosso do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 2011** (nº 2.033/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. Epp para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Penápolis, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2011** (nº 2.461/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Centauro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Divino, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 2011** (nº 2.553/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tutóia, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2011** (nº 2.671/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à RBS TV Criciúma Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 2011** (nº 2.710/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Campina do Monte Alegre – SP para executar serviço de radiodifusão*

comunitária na cidade de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2011** (nº 2.713/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Palminópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palminópolis, Estado de Goiás;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2011** (nº 2.742/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova concessão outorgada à Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Lucélia, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2011** (nº 2.757/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Onda Verde para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2011** (nº 2.902/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Terra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Formosa, Estado de Goiás;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2011** (nº 1.507/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Alpestrense de Cultura e Comunicação Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alpestre, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2011** (nº 2.058/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Estância Turística de Itu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itu, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2011** (nº 2.060/2009, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Amigos do Brooklin para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 157, de 2011** (nº 2.630/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – FUNDAEPE para executar serviço de*

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantina, Estado de Minas Gerais;

– Projeto de Decreto Legislativo nº 158, de 2011 (nº 2.704/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema FM de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formiga, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2011** (nº 2.714/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Rolador – Acomar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rolador, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2011** (nº 2.727/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Repórter Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2011** (nº 2.928/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à União Municipal dos Estudantes e Comunidades de Caucaia – UMECC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caucaia, Estado do Ceará; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 193, de 2011** (nº 39/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Rádio e Televisão Deputado Humberto Reis da Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.212, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2007 (nº 95/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza

autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gurjão – ACCECG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 287, de 2007 (nº 95, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gurjão – ACCECG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts.

49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 287, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

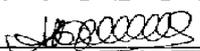
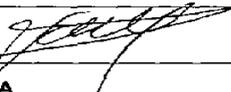
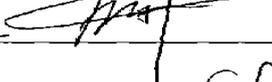
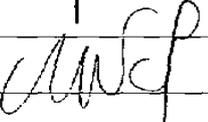
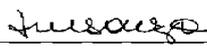
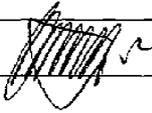
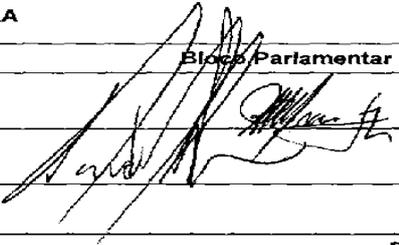
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 287, de 2007, não eviden-

ciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à **Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Gurjão – ACCECG** para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurjão, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 287/2007 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES: 26 OUT 2011**

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA RELATOR 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
VAGO	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 287/2007

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO HAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - FT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUFF - PMDB	X				LÍZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICHARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO MOURA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
ELEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ANGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM; 8 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 DE OUT 2011


SENADOR WALTER PINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.213, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2008 (nº 537/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação de Assistência ao Trabalho e Bem Estar Social São José para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 314, de 2008 (nº 537, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Fundação de Assistência ao Trabalho e Bem Estar Social São José* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

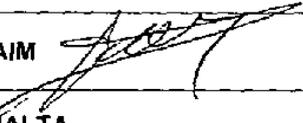
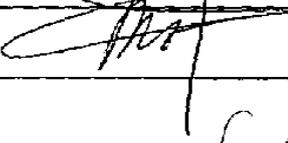
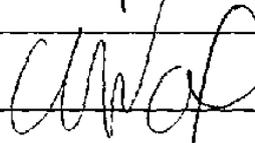
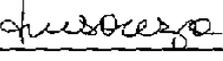
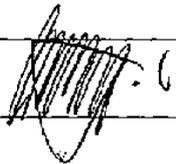
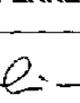
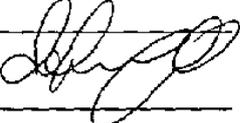
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 314, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 314, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Fundação de Assistência ao Trabalho e Bem Estar Social São José* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Caiana, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 314/2008 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA  
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
VAGO	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 314/2008

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP				
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCHENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011



SENADOR WALTER PINHEIRO
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.214, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2009 (nº 812/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária São Sebastião para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 86, de 2009 (nº 812, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária São Sebastião* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 86, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 86, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária São Sebastião* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião de Lagoa de Roça, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 86/2009 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)**

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAIM

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

PRESIDENTE EVENTUAL

JOÃO RIBEIRO

4. CRISTOVAM BUARQUE

ANTONIO CARLOS VALADARES

5. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITARIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 86/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELLO CRIVIELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
WALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
JOÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
EUÂNICO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRUPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM; 8 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011



SENADOR WALTER CARNEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.215, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2009 (nº 1.025/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Poté para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 464, de 2009 (nº 1.025, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Poté* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre

à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 464, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

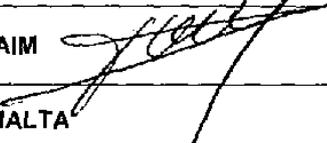
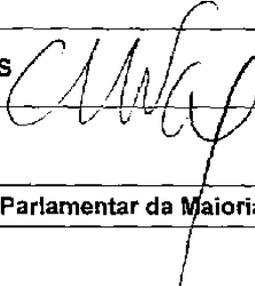
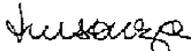
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 464, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Poté* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poté, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador Walter Pinheiro, Presidente eventual – Senador **Marcelo Crivella**, Relator.

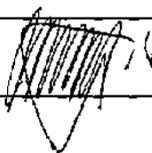
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 464/2009 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

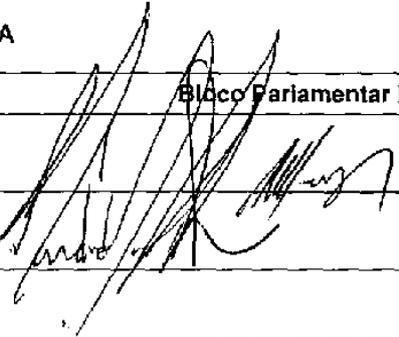
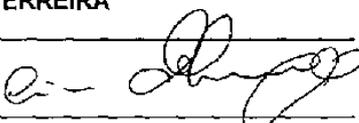
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANÍBAL DINIZ	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA <i>RELATOR</i>

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO RELATOR AD HOC	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 464/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
FÁNGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT		X		
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAJORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAJORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOUÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
OSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGIELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 OUT 2011



SENADOR WALTER PINHEIRO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.216, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 637, de 2009 (nº 1.538/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Boa Vista – PB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 637, de 2009 (nº 1.538, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão de Boa Vista – PB* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 637, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

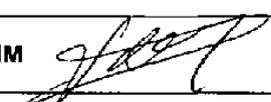
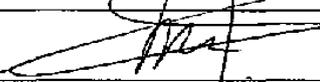
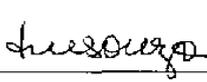
III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 637, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão de Boa Vista – PB* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

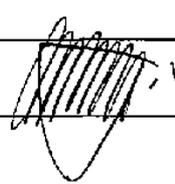
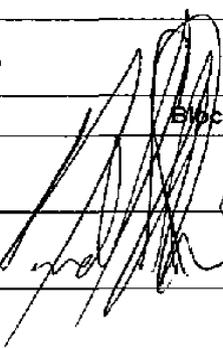
Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 637/2009 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:

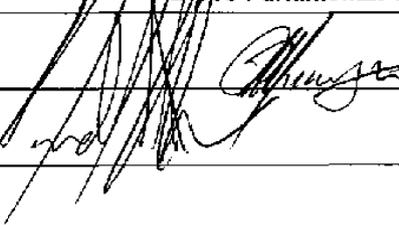
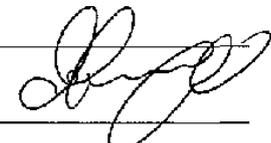
PRESIDENTE:**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)**

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA 	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA  RELATOR
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 637/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - POT	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPI - PMDB	X				LIJZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBAO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNICHO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


 SENADOR WALTER RUBEIZO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.217, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 895, de 2009 (nº 1.781/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros – ACCCFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 895, de 2009 (nº 1.781, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros – ACCCFE* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 895, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

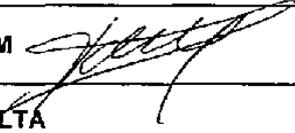
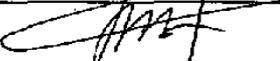
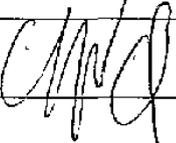
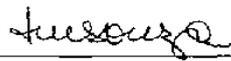
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 895, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ferreiros – ACCCFE* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ferreiros, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

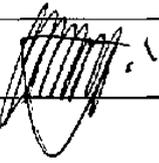
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 895/2009 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

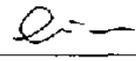
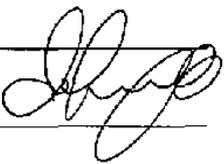
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA RELATOR 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES 

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 895/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT		X		
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER ZINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB					LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PMB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLÓ					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011



SENADOR WALTER ZINHEIRO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.218, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 900, de 2009 (nº 1.793/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 900, de 2009 (nº 1.793, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 900, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

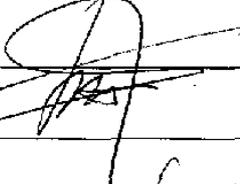
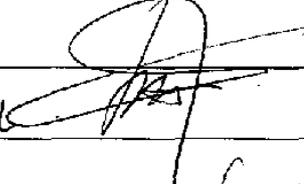
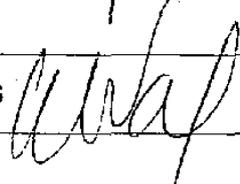
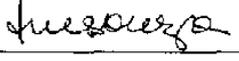
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 900, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação e Cultura São Francisco* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jatobá, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cícero Lucena**, Relator.

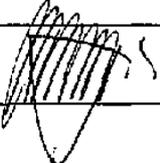
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 900/2009 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

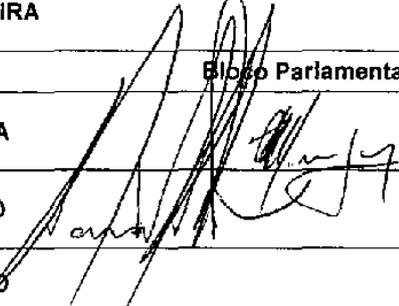
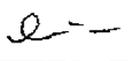
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA 
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA RELATOR 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 969/2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PSDB, PPSB, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PSDB, PPSB, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					LÍDIA DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUFF - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBAO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FEIJANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER RIBIÃO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.219, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2011 (nº 2.696/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Montanhese Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais.

Relator: Senador **Rodrigo Rollemberg**

Relator *ad hoc*: Senador **Cícero Lucena**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 38, de 2011 (nº 2.696, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Sociedade Rádio Montanhese Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também

sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – Voto

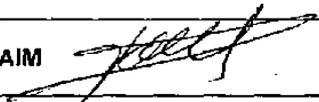
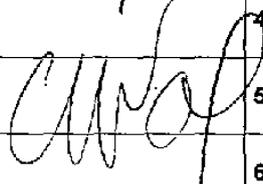
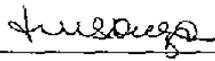
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 38, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à *Sociedade Rádio Montanhese Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Relator.

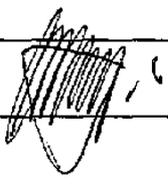
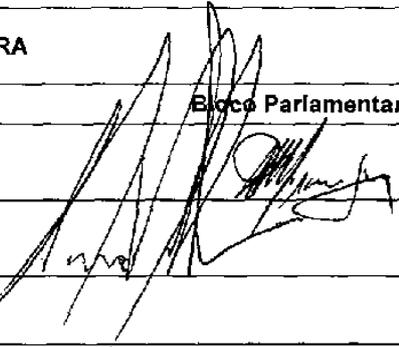
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 38/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

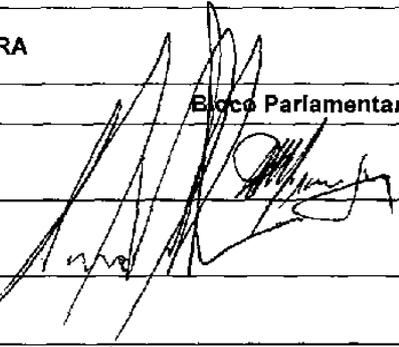
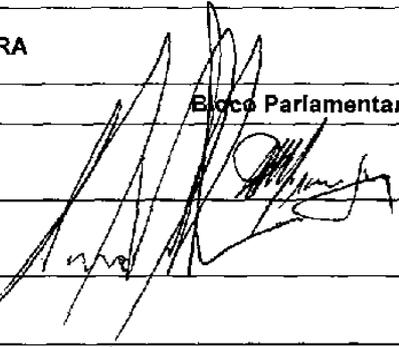
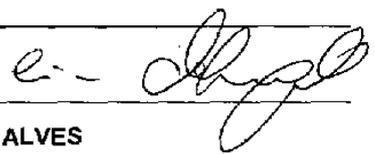
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG RELATOR	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Majoria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA 	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO 	2. CÍCERO LUCENA RELATOR AD HOC 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 38/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍDIO DO AMARAL - PT		X		
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO KOLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PT, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB		X		
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011



SENADOR WALTER PINHEIRO
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.220, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 47, de 2011 (nº 2.748/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Liberal FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

Relator *ad hoc*: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 47, de 2011 (nº 2.748, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Liberal FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também

sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – Voto

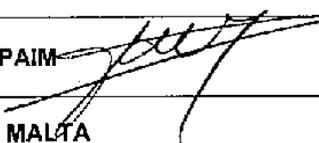
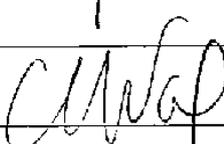
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 47, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Liberal FM Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Relator.

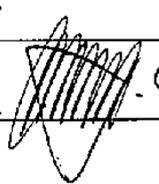
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 47/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

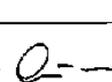
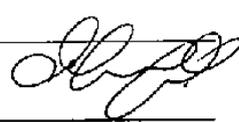
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO (PRESIDENTE EVENTUAL)	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP RELATOR AD HOC 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA RELATOR
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES 

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 47/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCEIDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPE - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM; 8 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER RUBINEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.221, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2011 (nº 2.758/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Voluntários para Eventos Beneficentes de Santa Fé de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás.

Relator: Senador **Cyro Miranda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 50, de 2011 (nº 2.758, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Voluntários para Eventos Beneficentes de Santa Fé de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

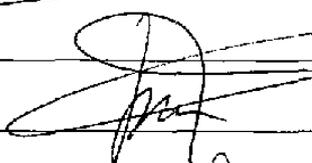
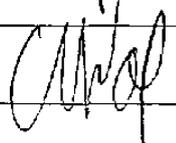
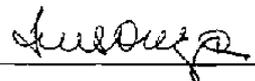
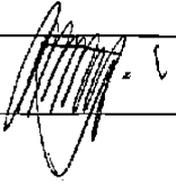
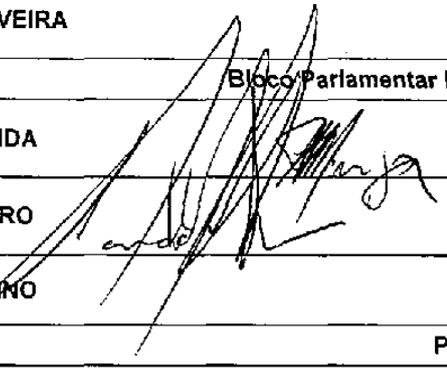
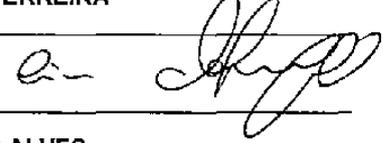
O exame da documentação que acompanha o PDS nº 50, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 50, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Voluntários para Eventos Beneficentes de Santa Fé de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cyro Miranda**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 50/2011 NA REUNIÃO DE 26 DE OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO <i>PRESIDENTE EVENTUAL</i> 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA <i>RELATOR</i> 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
VAGO	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 50/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCIDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB					LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO KOLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 28 OUT 2011



SENADOR WACLEY PINHEIRO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.222, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2011 (nº 2.759/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural de Peixe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins.

Relator: Senador **Cyro Miranda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 51, de 2011 (nº 2.759, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Cultural de Peixe* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que

versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 51, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

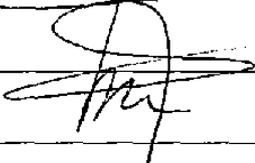
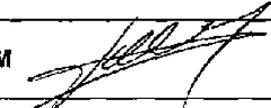
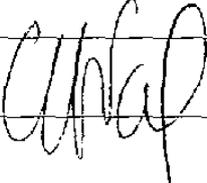
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 51, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Desenvolvimento Cultural de Peixe* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peixe, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cyro Miranda**, Relator.

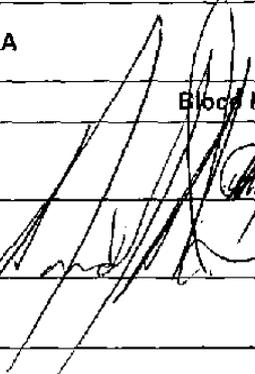
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 51/2011 NA REUNIÃO DE 26 DE OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

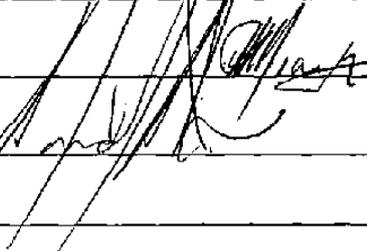
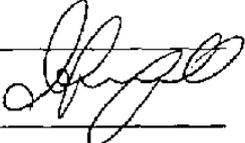
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA 	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA RELATOR 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 51/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTILA - PT	<input checked="" type="checkbox"/>				DELÍCIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	<input checked="" type="checkbox"/>			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MAUTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	<input checked="" type="checkbox"/>				LÍDICE DA MATA - PSB	<input checked="" type="checkbox"/>			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	<input checked="" type="checkbox"/>				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
COBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
GIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GYRO MIRANDA - PSDB	<input checked="" type="checkbox"/>				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	<input checked="" type="checkbox"/>				CICERO LUCENA - PSDI	<input checked="" type="checkbox"/>			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM; 8 NÃO; -- ABS; -- AUTOR; -- PRESIDENTE; 2

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER PINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.223, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2011 (nº 2.777/ 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à TV Carioba Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

Relator *ad hoc*: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 54, de 2011 (nº 2.777, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova concessão outorgada à *TV Carioba Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também

sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

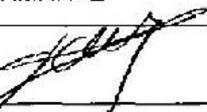
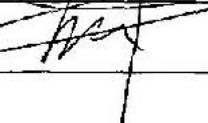
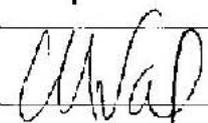
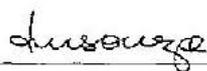
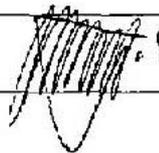
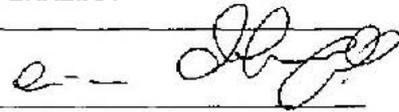
É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 54, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova concessão outorgada à *TV Carioba Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 54/2011 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES: 26 OUT 2011**

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO <i>PRESIDENTE EVENTUAL</i> 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP <i>RELATOR AO RDC</i> 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>Relator</i>
FLEXA RIBEIRO 	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
VAGO	1. MARINOR BRITO

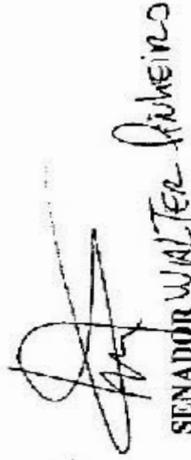
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 54/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT		X		
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER TINHEIRO - PT					MAGNO MATA - PR				
JOAO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICE DA MATA - PS3				
RODRIGO KOLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBAO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITARIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB		X		
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
GEN. ARGELLO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	FERNANDO COLLOR				
					MARINOR BRITO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 6 PRESIDENTE: 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER RIBEIRO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.224, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 2011 (nº 2.787/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Aloysio Nunes Ferreira**

Relator *ad hoc*: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 59, de 2011 (nº 2.787, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em

caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – Voto

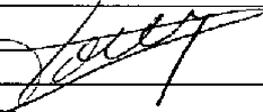
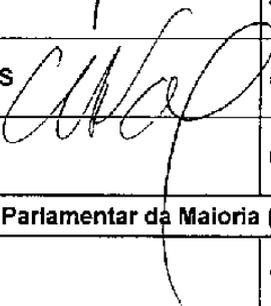
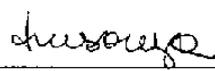
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 59, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Difusora de Fernandópolis Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador Walter Pinheiro, Presidente Eventual – Senador **Aloysio Nunes Ferreira**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 59/2011 NA REUNIÃO DE OS SENHORES SENADORES: 26 OUT 2011**

PRESIDENTE:

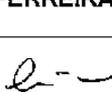
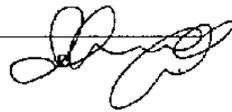
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP RELATOR A.D. Hoc 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA RELATOR
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES 

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 59/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC da B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC da B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTELA - PT	X				DELCEIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LIDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROULEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPE - PMDB	X				LUZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REUTÁRIO CASSOL - PP				
SUNICO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER PINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.225, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2011 (nº 2.508/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Manancial FM de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo.

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 154, de 2011 (nº 2.508, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Manancial FM de Radiodifusão Comunitária* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que

versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 154, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

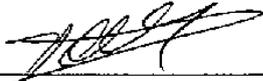
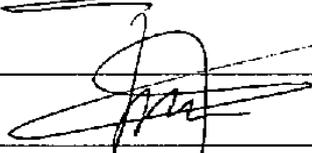
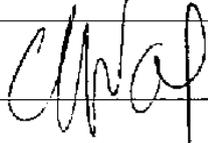
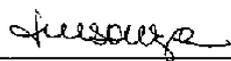
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 154, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Manancial FM de Radiodifusão Comunitária* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Valdir Raupp**, Relator.

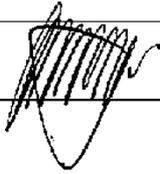
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 154/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

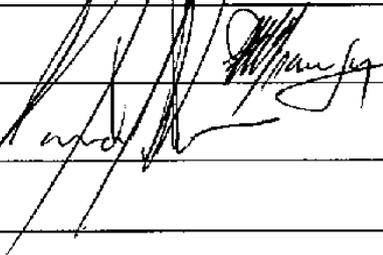
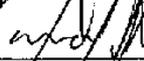
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP RELATOR 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO 	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 154/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA FORTELA - PT	X				DELCEIDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT				
ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
ROBÃO FILHO - PMDB					RUNAN CALHEIROS - PMDB				
GIRO NOGUEIRA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
BENÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSD, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSD, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


 SENADOR WALTER BRITÉRIO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.226, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2011 (nº 2.627/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Giruá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senador **Gim Argello**

Relator *ad hoc*: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 156, de 2011 (nº 2.627, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Giruá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também

sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 156, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Giruá Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Gim Argello**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 156/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA

1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ

2. PAULO PAMI

WALTER PINHEIRO

3. MAGNO MALTA

PRESIDENTE EVENTUAL

JOÃO RIBEIRO

4. CRISTOVAM BUARQUE

ANTONIO CARLOS VALADARES

5. LÍDICE DA MATA

RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÉGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITARIO CASSOL

EUNÍCIO OLIVEIRA

6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA

RELATOR DO PDS

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

RELATOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 162/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDI, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDI, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTIOLA - PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL - PT	X			
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT				
WALTER PINHEIRO - P					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				CUSTOVAM BEARQUE - PDI	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					LÉDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO RULLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVIELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PHN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PHN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB	X				SERGIO SOUZA - PMB				
VALDIR RAUPP - PMDB					LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO REGO - PMDB					RICARDO FERRÃO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRIACOSTEIRA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
EUNICIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB	X			
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OM ANGELLO					FERNANDO COLLI OR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRUTO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER PINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.227, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2011 (nº 2.859/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Anibal Diniz**

Relator *ad hoc*: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 162, de 2011 (nº 2.859, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.*, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em

caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pela Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – Voto

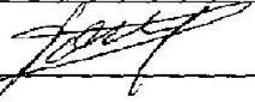
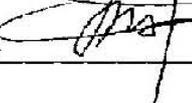
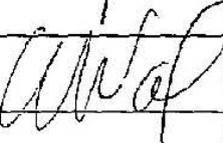
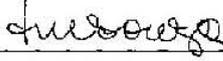
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 162, de 2011, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Atlântida FM de Florianópolis Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Anibal Diniz**, Relator.

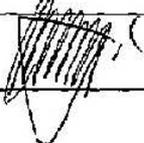
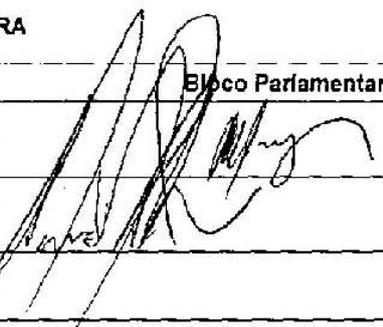
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 162/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

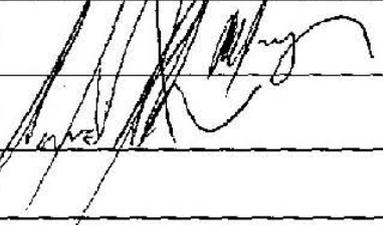
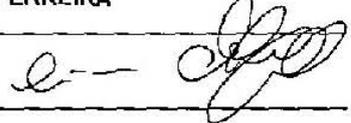
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANÍBAL DINIZ RELATOR 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTÔNIO CARLOS VALADARES RELATOR AD HOC 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÉGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA 	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO 	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 163/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDI, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDI, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCÍDIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - P					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR	X				CRISTOVAM BILARQUE - PDT				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB					LÉDICE DA MATA - PSB	X			
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PRN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PRN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPT - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LODÃO FULHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
EUNICE OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CIDERO LICENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRUPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OM ANGELLO					TERNANDO COLI OR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRUTO				

TOTAL: 9 SIM; 8 NÃO; -- ABS; -- AUTOR; -- PRESIDENTE: 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


 SENADOR WALTER PINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER N° 1.228, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n° 166, de 2011 (n° 2.899/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Reditario Cassol**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) n° 166, de 2011 (n° 2.899, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que

versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei n° 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto n° 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar n° 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 166, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

III – Voto

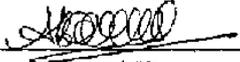
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS n° 166, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à *Grande Associação Comunitária Lutamos pela Nossa Liberdade* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Reditario Cassol**, Relator.

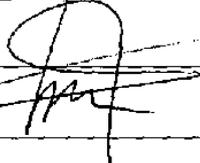
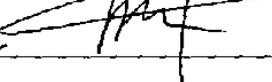
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
 ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 166/2011 NA REUNIÃO DE 26/07/2011
 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 

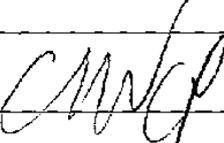
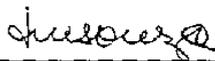
1. DELCÍDIO DO AMARAL

ANIBAL DINIZ 2. PAULO PAIM WALTER PINHEIRO
PRESIDENTE EVENTUAL 

3. MAGNO MALTA

JOÃO RIBEIRO

4. CRISTOVAM BUARQUE

ANTONIO CARLOS VALADARES 5. LÍDICE DA MATA 

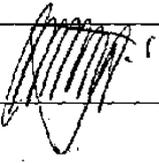
RODRIGO ROLLEMBERG

6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Majoria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA

1. SÉRGIO SOUZA

VALDIR RAUPP 

2. LUIZ HENRIQUE

VITAL DO RÊGO

3. RICARDO FERRAÇO

LOBÃO FILHO

4. RENAN CALHEIROS

CIRO NOGUEIRA

5. REDITARIO CASSOL 
RELATOR

EUNÍCIO OLIVEIRA

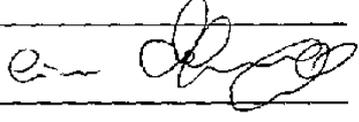
6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 

1. ALOYSIO NUNES FERREIRA

FLEXA RIBEIRO

2. CÍCERO LUCENA 

JOSÉ AGRIPINO

3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO

1. FERNANDO COLLOR

PSOL

VAGO

1. MARINOR BRITO

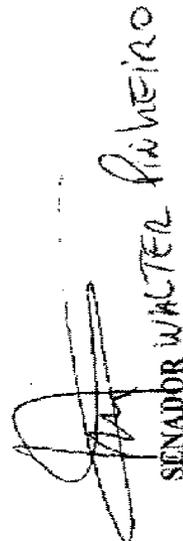
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 166/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PS, PPSB, PSC, PSD, PPSD, PFC, PPS, PPSB, PPSD, PSC, PPS, PPSB, PPSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC, PS, PPSB, PSC, PSD, PPSD, PFC, PPS, PPSB, PPSD)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT				
ANIBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO KOLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPP - PMDB	X				LUÍZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					REMAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REFATÁRIO CASSOL - PP	X			
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CICERO LUCENA - PSDB	X			
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 10 SIM; 9 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 6

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011



SENADOR WALTER PINHEIRO

Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.229, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2011 (nº 2.909/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

Relator: Senador **Cyro Miranda**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 167, de 2011 (nº 2.909, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Universal Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados; que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão,

permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

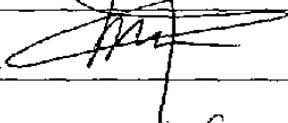
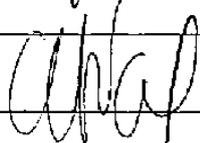
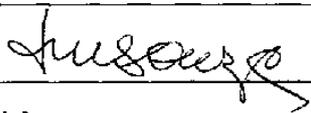
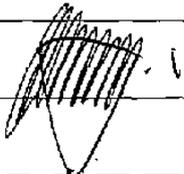
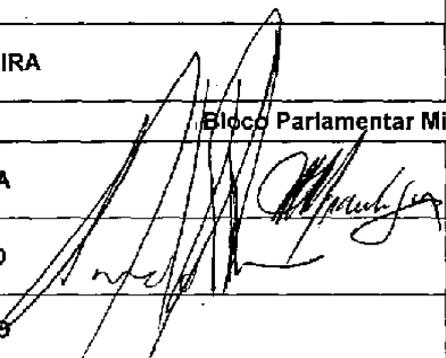
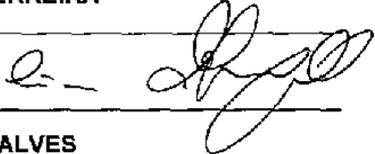
Em atendimento ao Ofício nº 109/2011-CCT, de 31 de agosto de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 167, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Universal Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senador **Cyro Miranda**, Relator.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 167/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO <i>PRESIDENTE EVENTUAL</i> 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA <i>RELATOR</i> 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES
PTB	
GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
PSOL	
VAGO	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 167/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC de B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELÍCIO DO AMARAL - PT		X		
AMIRAL DÁMIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALDIR PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT		X		
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUFF - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					REYAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRÓ MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB	X			
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 OUT 2011


SENADOR WALTER PINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.230, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2011 (nº 3.000/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Flexa Ribeiro**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 173, de 2011 (nº 3.000, de 2010, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comuni-

cação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 173, de 2011, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – Voto

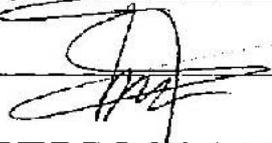
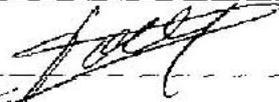
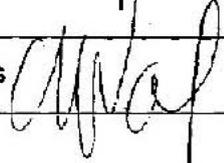
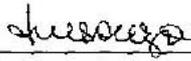
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 173, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Sociedade Beneficente Amigos da Pedreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catarina, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente – Senador **Flexa Ribeiro**, Relator.

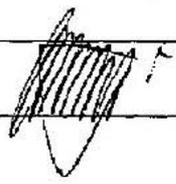
**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 173/2011 NA REUNIÃO DE 26 OUT 2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ 	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO <i>PRESIDENTE EVENTUAL</i>	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTÔNIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITÁRIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA 	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO <i>Relator</i>	2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

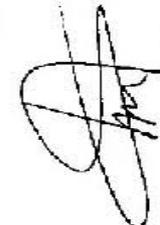
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 173/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA - PT	X				DELCEÍDIO DO AMARAL - PT				
ANÍBAL DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER PINHEIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDI	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLIMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SÉRGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPEL - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÊGO - PMDB					RICARDO FERRAÇO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRO NOGUEIRA - PP					REDITÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - FSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - TSDD	X			
JOSE AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM: 8 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 26 (VI) 2011



SENADOR WALTER BRITÉRIO
Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 1.231, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2011 (nº 3.053/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à CV – Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul.

Relatora: Senadora **Maria do Carmo Alves**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 174, de 2011 (nº 3.053, de 2010, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à CV – Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão,

permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Em atendimento ao Ofício nº 109/2011-CCT, de 31 de agosto de 2011, foram encaminhados pelo Ministério das Comunicações os Demonstrativos Financeiros constantes nos autos dos processos licitatórios solicitados.

III – Voto

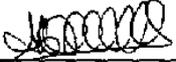
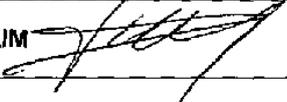
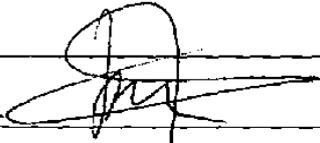
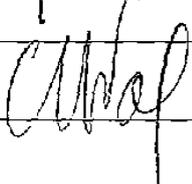
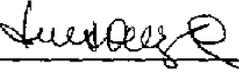
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 174, de 2011, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à CV – Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 26 de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual – Senadora **Maria do Carmo Alves**, Relatora.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 174/2011 NA REUNIÃO DE 26/09/2011
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

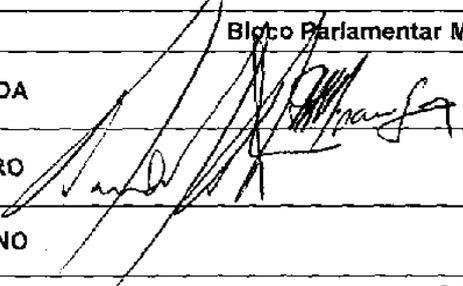
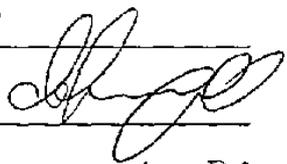
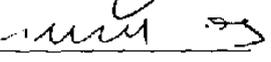
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

ÂNGELA PORTELA 	1. DELCÍDIO DO AMARAL
ANIBAL DINIZ	2. PAULO PAIM 
WALTER PINHEIRO PRESIDENTE EVENTUAL 	3. MAGNO MALTA
JOÃO RIBEIRO	4. CRISTOVAM BUARQUE
ANTONIO CARLOS VALADARES 	5. LÍDICE DA MATA 
RODRIGO ROLLEMBERG	6. MARCELO CRIVELLA

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

EDUARDO BRAGA	1. SÉRGIO SOUZA
VALDIR RAUPP 	2. LUIZ HENRIQUE
VITAL DO RÊGO	3. RICARDO FERRAÇO
LOBÃO FILHO	4. RENAN CALHEIROS
CIRO NOGUEIRA	5. REDITARIO CASSOL
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

CYRO MIRANDA 	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA
FLEXA RIBEIRO	ASSINA SEM VOTO 2. CÍCERO LUCENA 
JOSÉ AGRIPINO	3. MARIA DO CARMO ALVES RELATORA 

PTB

GIM ARGELLO	1. FERNANDO COLLOR
-------------	--------------------

PSOL

VAGO	1. MARINOR BRITO
------	------------------

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 74/2011

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELO PORTELA - PT	X				DELCLÍDIO DO AMARAL - PT				
AMÍLIA DINIZ - PT					PAULO PAIM - PT	X			
WALTER FERREIRO - PT					MAGNO MALTA - PR				
JOÃO RIBEIRO - PR					CRISTOVAM BUARQUE - PDT	X			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES - PSB	X				LÍDICE DA MATA - PSB				
RODRIGO ROLLEMBERG - PSB					MARCELO CRIVELLA - PRB				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EDUARDO BRAGA - PMDB					SERGIO SOUZA - PMDB				
VALDIR RAUPE - PMDB	X				LUIZ HENRIQUE - PMDB				
VITAL DO RÉGO - PMDB					RICARDO FERREÃO - PMDB				
LOBÃO FILHO - PMDB					RENAN CALHEIROS - PMDB				
CIRÓ NOGUEIRA - PP					REDIÁRIO CASSOL - PP				
EUNÍCIO OLIVEIRA - PMDB					BENEDITO DE LIRA - PP				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDE, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDE, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA - PSDB	X				ALOYSIO NUNES FERREIRA - PSDB				
FLEXA RIBEIRO - PSDB	X				CÍCERO LUCENA - PSDB				
JOSÉ AGRIPINO - DEM					MARIA DO CARMO ALVES - DEM	X			
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GIM ARGELLO					FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
VAGO					MARINOR BRITO				

TOTAL: 9 SIM; 8 NÃO; 0 ABS; 0 AUTOR; 0 PRESIDENTE; 0

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 OUT 2011


 SENADOR WALTER SINHEIRO
 Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
 Comunicação e Informática

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 188, de 2011**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 287, de 2007; 314, de 2008; 86, 464, 637, 895 e 900, de 2009; 38, 47, 50, 51, 54, 59, 154, 156, 162, 166, 167, 173 e 174, de 2011**.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 188/2011 – CCT

Brasília, 26 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os Projetos de Decretos Legislativos: 287 de 2007; 314 de 2008; 86, 464, 637, 895, 900 de 2009; 38, 47, 50, 51, 54, 59, 154, 156, 162, 166, 167, 173 e 174 de 2011.

– Senador **Walter Pinheiro**, Presidente Eventual da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com referência ao **Ofício nº 188, de 2011**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica que a Excelentíssima Senhora Presidente da República adotou, em 28 de outubro de 2011, e publicou no dia 31 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 548, de 2011**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00 (quatrocentos e sessenta milhões, quinhentos e trinta mil reais), para o fim que especifica” (implantação de novas iniciativas, como oferta de bolsas para formação de estudantes e trabalhadores e o financiamento da educação profissional e tecnológica, em decorrência da aprovação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC).

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão

Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 548

Publicação no **DO** 31-10-2011

Emendas Até 6-11-2011

Prazo na Comissão 31-10-2011 a 13-11-2011 (14º dia)

Remessa do Processo à CD 13-11-2011

Prazo na CD 14-11-2011 a 27-11-2011 (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF 27-11-2011

Prazo no SF 28-11-2011 a 11-12-2011 (42º dia)

Se modificado, devolução à CD 11-12-2011

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela

CD 12-12-2011 a 14-12-2011 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de

15-12-2011 (46º dia)

Prazo final no Congresso 8-2-2012 (60 dias)

A matéria será publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 361, de 2011**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 29, de 2011–CN, de 2011–CN, que “Institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015”.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 2 de novembro do corrente.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. Pres. nº 361/2011/CMO

Brasília, 1º de novembro de 2011.

Assunto: alteração dos prazos no cronograma de tramitação do Projeto de Lei nº 29/2011-CN (Plano Plurianual para o período de 2012/2015)

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração dos prazos de tramitação do Projeto de Lei nº 29/2011-CN (PLPPA 2012/2015) em vigor, conforme cronograma anexo, tendo em vista votação do Relatório Preliminar com emendas, na 10ª Reunião Extraordinária realizada na presente data.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador **Vital do Rêgo**, Presidente.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

ALTERADO

PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO DE 2012/2015

PROJETO DE LEI Nº 29/2011-CN
MENSAGEM Nº 87/2011-CN
(Nº 345/2011, NA ORIGEM)

Presidente: Senador VITAL DO RÉGO (PMDB/PB)
Relator: Senador WALTER PINHEIRO (PT/BA)

12/11/2011

01. Leitura em sessão do Senado Federal	1º/09
02. Publicação e distribuição de avulsos.....	até 06/09
03. Realização de audiências públicas	até 20/09
04. Apresentação, Publicação e Distribuição do Relatório Preliminar	até 16/09
05. Apresentação de emendas ao Relatório Preliminar.....	de 17 a 19/09
06. Votação do Relatório Preliminar e suas emendas.....	até 01/11
07. Apresentação de emendas ao Projeto de Lei.....	de <u>03/11 a 12/11</u>
08. Publicação e distribuição de avulsos das emendas *	<u>até 17/11</u>
09. Apresentação, publicação, distribuição e votação do Relatório.	<u>até 08/12</u>
10. Encaminhamento do Parecer da CMO à Mesa do CN	<u>até 15/12</u>

(*) *Parágrafo 2º, art. 166 da Constituição Federal*

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 112, de 27 de outubro de 2011**, do Ministro de Estado das Comunicações, referente ao **Requerimento nº 833, de 2011**, de informações, da Senadora Vanessa Grazziotin.

As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

Conforme solicitação à Mesa do Senado Federal, por ocasião de sua 10ª Reunião, essas informações também foram encaminhadas, em cópia, à Senadora Marta Suplicy.

O requerimento vai ao arquivo.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Pela ordem, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Quero me inscrever pela Liderança do PSOL e para comunicação inadiável.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeito. Então, V. Exª é a primeira inscrita para falar pela liderança e a terceira para comunicação inadiável.

Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Eu sou o primeiro para comunicação inadiável, Srª Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente. E eu sou a segunda inscrita para o período de comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Muito bem, e eu sou testemunha de que V. Exª é a segunda.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador.

Então, completamos as inscrições para comunicação inadiável e, dando início aos nossos trabalhos, convido para a tribuna o Senador Sérgio Souza, que é o nosso primeiro orador inscrito no dia de hoje.

V. Exª dispõe do tempo regimental, Senador.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Srª Presidente. Uma boa tarde a V. Exª, uma boa tarde aos Senadores e Senadoras aqui presentes, uma boa tarde aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado.

Estamos iniciando hoje o penúltimo mês do ano de 2011. Há exatos 10 meses, a Presidente Dilma Rousseff tomava posse, sucedendo um dos presidentes mais populares: o Presidente Luiz Inácio da Silva, a quem aproveito para render as minhas homenagens

e desejar sucesso em seu tratamento e que a cura do seu câncer venha o mais rápido possível.

Há nove meses, o Congresso Nacional iniciava esta nova legislatura com a responsabilidade de dar prosseguimento às políticas do governo passado que viabilizaram tantas conquistas para a sociedade brasileira.

Nesse período, de quase um ano, muito já foi feito, tanto pelo Poder Executivo Federal quanto pelo Legislativo.

É bem verdade que, durante esses meses, usualmente nos defrontamos com matérias e publicações negativas a respeito dos Poderes da República. Aparentemente, chama mais a atenção do cidadão o escândalo ou a nota pessimista do que qualquer evolução ou realização do Estado brasileiro.

De certa forma, é compreensível e até salutar, afinal a imprensa acaba funcionando como um grande agente fiscalizador permanente para a sociedade. Todavia, é natural que haja exageros, e, nesses últimos 11 meses, não foi diferente.

A imprensa esteve mais atenta às crises e escândalos – por vezes, supervalorizados – do que eventualmente poderia estar dividindo o espaço com temas que causariam a satisfação da população deste País.

Mas, enfim, antes de tudo, sou um democrata e sempre vou defender a liberdade de imprensa.

Nesta oportunidade, entretanto, aproveitando que estamos chegando ao fim do ano, venho à tribuna justamente para apresentar e expressar um conjunto de realizações positivas, feitas tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo, também, claro, referindo-me aqui ao Senado Federal.

Em relação aos feitos da Presidente Dilma, antes de tudo, exalto a condução da política econômica. Desde a transição entre o governo Lula e o atual, as decisões tomadas foram acertadas e, mesmo diante da continuação da crise de 2009, o País segue crescendo e mantendo o nível de empregos. E mais, o combate à inflação apresentou novas ferramentas, além das taxas de juros, as medidas macro prudenciais e uma política fiscal bastante austera: o Banco Central passou a preocupar-se mais com o crescimento econômico e com o desemprego.

Como Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, não poderia deixar de exaltar e celebrar o anúncio de ontem, em que, Senador Cyro, tivemos números registrados de que, na Amazônia, Senadora, Presidente Vanessa Grazziotin, houve uma redução de 43,31% do desmatamento, no mês de setembro, em relação ao mesmo período de 2010, segundo dados divulgados pelo Instituto Nacio-

nal de Pesquisas Espaciais, Inpe, ligado ao Ministério do Meio Ambiente.

Dando continuidade à exitosa política de distribuição de renda do Governo Lula, Dilma lançou o Brasil Sem Miséria, cujo objetivo é abolir a miséria no País, elevando a renda e as condições de bem-estar da população. Trata-se de 16,2 milhões de brasileiros que serão beneficiados pelo plano, que agrega: transferência de renda, acesso a serviços públicos nas áreas de educação, saúde e assistência social, saneamento e energia elétrica e inclusão produtiva.

Outra ação de continuidade em relação ao governo Lula é o Programa Minha Casa, Minha Vida, e agora nós temos o Programa Minha Casa, Minha Vida 2, que é a segunda edição e tem meta de construir dois milhões de unidades habitacionais.

Complementarmente ao Programa Minha Casa, Minha Vida, o Programa Minha Casa, Minha Vida 2, juntamente com o PAC Saneamento, prevê nessa questão do saneamento básico um investimento de R\$5 bilhões para os Municípios com menos de 50 mil habitantes. Entre as principais ações apoiadas, estão, ao todo, 4.855 Municípios, que concentram 32% da população brasileira, que serão beneficiados com captação e estação de tratamento de água, estações de bombeamento e da rede de distribuição.

Na área de segurança pública, o Governo lançou o Plano Estratégico de Fronteira, que tem por objetivo reforçar a segurança de mais de 16 mil quilômetros de fronteiras do Brasil com 10 países. Trata-se de um importante programa para combater um problema muito grave que nós, paranaenses, conhecemos, que é o tráfico de drogas e armas, carros roubados no lado brasileiro, dentre outras formas de violência que são praticadas em nossos Estados, principalmente, em Estados com fronteiras.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pois não, Senadora Marinor.

A Srª Marinor Brito (PSOL – PA) – Senador, é apenas para aproveitar o pronunciamento de V. Exª, que está fazendo um relato dos últimos programas do Governo, nos últimos 10 meses, para pedir a V. Exª que, aliado ao lançamento desses programas, pudesse ser solicitado ao Governo – e a gente tem feito isso aqui em pronunciamentos, sucessivamente – pessoal suficiente e qualificado. Porque, aliado ao tráfico de armas e de drogas, há o tráfico de pessoas, que só aqui no Brasil tem mais de 520 rotas, de ponta a ponta, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, em todas as cidades brasileiras. E nós encontramos um efetivo da Polícia Federal de apenas dois profissionais por Estado brasileiro, para

ajudar nesse enfrentamento. Então, dificilmente um programa como esse, que pode ter em seu conteúdo, em seu bojo, a intenção de começar a pensar mais seriamente no enfrentamento dessas redes de tráfico, que são diversas e que interagem entre si, mas não vai ser efetivado se não houver uma reestruturação dos agentes sociais que atuam na base do Governo, para dar conta dessa tarefa. Então, com dois policiais federais para atender cada Estado brasileiro, não se combate nem a brincadeira nas calçadas, cuidando de crianças. É um apelo, na verdade, porque estamos na iminência de não dar conta de algumas operações importantes sobre o tráfico de pessoas, seres humanos sendo traficados e vendidos, explorados e assassinados, por falta de contingente da Polícia Federal para atuar. Muito obrigada, Excelência. Peço desculpas.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Imagina, Senadora. Concordo com V. Exª. Acho que, realmente, não são restritos ao contrabando de armas, ao tráfico de drogas e também ao furto e roubo de carros os nossos problemas. Também o tráfico de crianças e de mulheres é um dos problemas de que temos que tratar também.

Estou, aqui, enaltecendo que o Governo brasileiro tem tido algumas preocupações nesse sentido e, com a criação desse Plano Estratégico de Fronteira, com certeza, haverá um melhor controle para frustrar um pouco esses crimes que tanto assolam o nosso País. Tenho vindo constantemente à tribuna desta Casa para manifestar a minha indignação com o aumento da insegurança e da violência, ligado à segurança pública.

Na área de saúde, o Governo lançou este ano o Rede Cegonha, fundamentado nos princípios da humanização e assistência, em que mulheres, recém-nascidos e crianças têm direito à melhoria da qualidade do pré-natal e à realização de parto e nascimento seguros, mediante boas práticas de atenção.

Ainda na área de saúde, foi lançado, este ano, o Programa Saúde Não tem Preço, estabelecendo a gratuidade dos medicamentos para hipertensos e diabéticos nas farmácias populares. A ação beneficia cerca de 33 milhões de brasileiros hipertensos e 7,5 milhões de diabéticos.

No âmbito educacional, merece registro o plano de ampliação da rede de creches e pré-escolas municipais, além da construção e cobertura de quadras esportivas escolares. O programa prevê a construção de 4.943 novas unidades em 1.466 Municípios. Somadas com as 1.484 já em construção em 1.040 Municípios, será superada a meta de seis mil unidades previstas.

Destaco, também na educação, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Até 2014, serão inauguradas quatro novas universidades federais, no Norte e no Nordeste, 47 novos **campi** País afora, a partir da expansão de universidades já existentes, além de 208 novas escolas técnicas em 200 Municípios. A expectativa do Governo é que 1,2 milhão de alunos se matriculem nas universidades federais e outros 600 mil, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Recentemente, contando com a aprovação do Senado, foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec vai oferecer oito milhões de vagas até 2014 em cursos de formação técnica e profissional para estudantes do ensino médio das escolas públicas e trabalhadores. Para isso, serão investidos R\$24 bilhões.

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Dentro das ações de fortalecimento da economia nacional diante da crise internacional, merece destaque o Plano Brasil Maior, Senador Cyro, que prevê um conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno.

Enfim, estamos diante de uma lista de ações promovidas nestes primeiros 10 meses de Governo Dilma, que merecem o registro positivo e o reconhecimento de todos,

Aqui, no Senado Federal, não foi diferente. A Casa trabalhou em vários temas de suma importância para o País e apresentou resultados expressivos para a sociedade brasileira. Cumpre, inclusive, saudar a atual Mesa Diretora, capitaneada pelo Presidente José Sarney e pela nossa Vice-Presidente Marta Suplicy, na condução dos nossos trabalhos.

Nesses nove meses de trabalho do Senado, destacam-se as seguintes matérias: salário mínimo; Sistema Único de Assistência Social (SUAS); Minha Casa, Minha Vida 2; Autoridade Pública Olímpica; Regime Diferenciado de Contratações; Lei da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Lei da Empresa Individual; Lei do Cadastro Positivo; alterações no Código de Processo Penal; Lei que cria a Comissão da Verdade; Lei que regulamenta o acesso a documentos sigilosos; a nova distribuição dos **royalties** do petróleo; e a PEC das MPs, que muda a tramitação das medidas provisórias.

Tenho a convicção, Sr^a Presidente, de que ainda temos muito caminho a trabalhar até o final deste ano, mas gostaria de dizer que o Governo Federal e o Poder Legislativo estão fazendo seu trabalho.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Sérgio Souza, pelo pronunciamento, sobretudo na parte em que fez um destaque importante em relação à Amazônia. Temos dois amazônidas na Mesa: o Senador Jorge Viana, ex-Governador do Estado do Acre, e eu, que vim do Estado do Amazonas. E para o Brasil todo esse é um dado muito importante. Imagine V. Ex^a para nós, que somos da região. Os Estados do Acre e o do Amazonas são Estados que têm obtido empenhos extraordinários. Somente duas Unidades da Federação da Amazônia tiveram o seu desmatamento ampliado, que foram o Estado de Rondônia e o Estado de Mato Grosso. Todos os demais, inclusive o Pará, tiveram os seus índices diminuídos, contribuindo para esses 43% de recuo que V. Ex^a muito bem destacou.

Continuando, convido para vir à tribuna fazer o seu pronunciamento, como orador inscrito no período de comunicação inadiável, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco/PT – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Vanessa Grazziotin, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebi, inicialmente com apreensão, a notícia veiculada pelas redes de televisão sobre a doença que acometeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Porém, à medida que as informações foram chegando, dando conta de se tratar de uma moléstia localizada e curável com quimioterapia e radioterapia, passei a interpretar este momento vivido pelo Presidente Lula como apenas mais um obstáculo dentre os muitos que ele enfrentou e ultrapassou em sua vida de grandes exemplos de vitórias.

Lula é um vencedor e já está demonstrando, desde o primeiro momento em que teve a notícia, sua capacidade de luta e superação inigualáveis. Mais uma vez, com o carinho e a atenção de sua esposa Marisa Leticia e de seus filhos, com o apoio irrestrito de seus amigos – ontem mesmo recebeu, no Hospital Sírio-Libanês, onde fez a primeira sessão de quimioterapia, a visita da Presidenta Dilma Rousseff –, ele demonstrou que vai enfrentar e superar mais esse desafio, tendo ao seu lado o povo brasileiro irmanado em preces a Deus para o seu pronto restabelecimento.

No domingo, como tantos no Brasil, orei e acendi uma vela na Igreja São José, no altar de Nossa Senhora de Aparecida, para que o Presidente Lula possa logo superar essa doença e continuar a sua batalha por um Brasil melhor.

O Presidente Lula vivenciou em seu caminho dificuldades semelhantes às de grande parte do povo brasileiro, trazendo para sua vida política a sensibilidade e a identidade com as populações em situação de vulnerabilidade social.

Em 10 de fevereiro de 1980, o Presidente Lula presidiu a fundação, e teve a honra de lá participar com tantos outros companheiros, do Partido dos Trabalhadores, que representava a união de centenas de milhares de pessoas ligadas aos movimentos sindicais, comunidades eclesiais de base da igreja, grupos de esquerda e intelectuais, que nos empenhávamos para que o Brasil pudesse construir uma nação justa e democrática.

Em toda a sua trajetória, manteve sempre o compromisso firme com a democracia. Na Presidência da República, com alta popularidade, não aceitou ser ventiladas teses de mudanças constitucionais que permitissem sua permanência no poder. Indicou, para Procurador-Geral da República, o procurador mais votado pelos seus pares e disponibilizou meios em pessoal e material, fortalecendo a Polícia Federal, de modo que a instituição pudesse realizar, junto com outros órgãos, o combate à corrupção em nosso País.

A doença, obviamente, do Presidente Lula abalou o Brasil. Há uma tristeza e uma preocupação enorme de todos os brasileiros com aquele torneiro mecânico que saiu de Garanhuns, em um pau de arara, para não morrer de fome quando criança. Ele não pôde estudar e, no seu discurso de diplomação no Tribunal Superior Eleitoral, disse: “E eu, que, durante tantas vezes, fui acusado de não ter um diploma superior, ganho o meu primeiro diploma, o diploma de Presidente da República”. Todos vimos como ele chorava quando disse isso, e com ele todo o Brasil chorou. Seus dois mandatos foram os primeiros em que se deu, efetivamente, alimentação aos pobres, tirando 30 milhões de pessoas da fome e mudando a velocidade do crescimento de nosso País com isso. Por causa dele, hoje o mundo inteiro nos respeita como a sétima, em vez de ser a sexta, potência mundial.

Soubemos pela televisão, no domingo, que entre seus planos para 2011/2012 havia muitas viagens internacionais porque 50 universidades do mundo o haviam convidado para ser doutor **honoris causa** em seus quadros.

Alguns anos antes, o Fórum Econômico de Davos, em que estavam presentes os maiores chefes de Estado do mundo, considerou-o o estadista do ano. Isso nos estimula a uma reflexão sobre o saber acadêmico que, por ser convencional, levou todos os outros Presidentes deste País a tratarem, em primeiro lugar, das classes mais abastadas e, muitas vezes, a ignorarem a existência dos pobres. Mas Lula deu um banho em seus opositores laureados em mesas redondas porque o saber que ele tinha vinha do estômago e do coração. E o dos outros apenas da cabeça abstrata? Isso nos

mostra que o verdadeiro saber é um saber que esta cabeça, assim abstrata aos valores humanos concretos...

Lula foi, cremos, o único intelectual orgânico, isto é, inteligência mais emoção, que nosso País teve na Presidência da República e que talvez o mundo inteiro tenha tido, nesta mesma situação. Esse saber leva à aversão as guerras e ao desejo conciliador das classes, antes em luta e agora podendo conviver num mundo que pode esperar ao menos uma luz no fim do túnel, após essa terrível crise econômica global, que tem mais probabilidades de piorar do que melhorar...

(Interrupção do som.)

(A Srª Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...porque nasceu de cabeças dissociadas do coração, interessando-se apenas pelo dinheiro.

Talvez isso possa levar o mundo ao caos, mas a luz que Lula emite até hoje é um contraste impossível de ser ignorado.

Por tudo isso, pedimos que todos nós, brasileiros, nos unamos numa corrente de carinho e solidariedade profunda, pedindo que ele atravesse bem esse mal-estar e volte a ser o que sempre foi entre nós: um grande líder, alguém que soube pôr o coração acima da cabeça – e, por isso, nós o consideramos o precursor de um mundo muito mais humano.

Sabedor de que o Estado somente se fortalece se aliar a implantação de políticas públicas de desenvolvimento com políticas sociais que concretizem prestações positivas para os mais carentes, Lula sempre foi e é um defensor incondicional de ações concretas que visem à redução da pobreza, tendo estabelecido, como Presidente da República, políticas de combate à fome e de erradicação da miséria.

Em 8 de janeiro de 2004, sancionou a Lei nº 10.835, que instituiu a renda básica de cidadania em nosso País, num franco passo em direção à almejada igualdade de oportunidades para todos os brasileiros. Em 9 de janeiro daquele ano, sancionou a Lei nº 10.856/2004, que instituiu o Programa Bolsa Família, que é um passo na direção da renda básica de cidadania.

Passado o momento inicial de apreensão, no qual cabem os sentimentos de solidariedade e a torcida positiva de rápido restabelecimento, avalio que se trata de mais uma oportunidade para que o Presidente Lula exerça o seu exemplo de perseverança e coragem, que tem caracterizado sua existência como pessoa e como homem público.

Tão bonito foi o gesto da torcida de seu time de coração, o Corinthians, em dia inspirado de vitória e de ascensão à liderança no Campeonato Brasileiro, de

estender uma larga faixa com o seu rosto, em meio ao Pacaembu lotado, domingo último, em que transmitiram toda a energia positiva ao líder maior.

Força, Lula! Todos nós estamos com você, alguém que soube pôr o coração acima da cabeça. Por isso, nós o consideramos o precursor de um mundo muito mais justo, com o Brasil se tornando um exemplo.

Lula, volte logo com toda a saúde, por favor, e, sobretudo, com a sua voz tão característica e tão importante para levar os brasileiros a vibrarem com a luz de seu caminho, de suas palavras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

V. Ex^a tem toda a razão. O povo brasileiro está extremamente mobilizado, numa grande corrente em favor da recuperação plena do nosso querido e eterno Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero pedir a V. Ex^a que me inscreva como Líder do meu partido.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Para falar no período destinado às Lideranças. V. Ex^a está inscrito.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, convidado agora para fazer uso da tribuna, como orador inscrito, o Senador Cyro Miranda.

Na sequência...

O Senador Cyro Miranda, Senadora Marinor, vai falar como orador inscrito.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr^a Presidente, qual a ordem que a Mesa está dando?

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senador Cyro Miranda vai falar como orador inscrito. Na sequência, a Senadora Marinor vai falar pela Liderança; depois a Senadora Vanessa falará como oradora inscrita, por cessão do Senador Reditário Cassol, que está no plenário e me cedeu o tempo; depois falará, para uma comunicação inadiável, o Senador Jorge Viana; e V. Ex^a como Líder do PR.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Com a palavra o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigada, Senadora Vanessa Grazziotin, Presidente desta sessão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, antes, Sr^a Presidente, em nome do meu partido, quero manifestar nossa solidariedade ao Presidente Lula, com os votos de breve recuperação. Que com sua força de sempre, com tenacidade, supere esse problema e em breve volte ao convívio político do seu partido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o quadro atual da economia no mundo demanda muita atenção das autoridades brasileiras e movimentos calculados com estudos de cenários de longo e médio prazo.

É preciso fazer uma avaliação cuidadosa dos prognósticos e possibilidades do Brasil no contexto econômico que se delinea com os problemas na Europa e nos Estados Unidos.

O Governo não pode se acomodar diante das condições macroeconômicas atuais, porque o quadro mundial pode vir a ter alterações significativas nos próximos anos, inclusive com implicações negativas para a economia da China.

Sr^a Presidente, é hora de o Brasil fazer o dever de casa. Como ponto de consenso entre especialistas, existe hoje o prognóstico nada otimista quanto à evolução da economia dos Estados Unidos e da União Europeia, mesmo diante do aumento do Fundo de Resgate Europeu para um trilhão de euros.

Diante desse quadro, há uma pergunta que não quer calar: qual é o prognóstico para o Brasil? Hoje, não resta dúvida de que a reserva cambial dá uma margem razoável de conforto, inclusive para fazer frente às possíveis altas do dólar, como vimos há algumas semanas e especificamente hoje.

As condições gerais do sistema financeiro estão boas e, de fato, não parece haver ainda riscos imediatos de ampla inadimplência, mas o Brasil não pode ficar acomodado. O que preocupa é o cenário para os próximos anos, em particular da dívida pública brasileira em relação ao PIB num contexto de retração da demanda na Europa e nos Estados Unidos.

Senador Jorge, no mundo interligado da globalização, não há como se colocar à margem do movimento das economias, porque a alteração dos mercados centrais afeta a todos os demais, até ao gigantismo chinês.

Sempre é bom lembrar que a China importa **commodities** para fabricar produtos direcionados aos mercados americanos e europeus. Hoje, o Brasil tem uma dívida pública que representa 65% do PIB, mas o impacto da crise mundial pode abalar essa relação.

Para este ano, começamos com um prognóstico de crescimento da ordem de 5% do PIB, mas até os mais otimistas já admitem que chegaremos no máximo a 3,5%; e olhe lá.

Portanto, a relação PIB/dívida pública pode se tornar menos favorável no futuro próximo e colocar em risco todo esforço de estabilização implementado desde o Plano Real, sobretudo se a inflação não voltar para o centro da meta em 2012, como espera o Governo. Assim, é inevitável avaliar quais são as possibilidades do Brasil e quais as rotas que nos parecem mais seguras e razoáveis.

É fácil perceber que o reflexo imediato do Governo foi pensar em novas formas de arrecadação para fazer frente à diferença entre o que se esperava em termos de crescimento do PIB e da arrecadação, comparando ao que de fato vai haver.

A União colocou em prática o velho ditado: “Farrinha pouca, meu pirão primeiro”. E o fez sob o manto da retórica política, dizendo proteger a indústria nacional com o aumento do IPI sobre os carros importados, o que, aliás, foi suspenso pela decisão do Supremo Tribunal Federal.

Aqui faço um parêntese pedindo ao Governo Federal que faça uma nova análise, porque não está havendo nenhum aproveitamento dessa medida. Muito pelo contrário. Ela tem deixado içados os nossos parceiros comerciais, e podemos, doravante, sofrer algum tipo de retaliação, se essa política não for mudada a partir do dia 13 de dezembro.

A União acenou também com mais carga tributária sobre a indústria tabagista e de bebidas, bem como com a volta da CPMF.

Que é preciso proteger a indústria nacional ninguém discute, mas a maneira de se tomar essa medida merece reflexão. O maior entrave para a competitividade dos produtos brasileiros não é o valor do câmbio. Este, obviamente, influi tremendamente e tem um impacto, porque nós somos um dos países que trabalhamos as **commodities** de uma maneira prioritária.

É evidente que essa elevação do câmbio, que deverá se comportar entre R\$1,60 e R\$1,90, vai nos favorecer tremendamente, mas nós temos ainda outras políticas a serem adotadas pelo Governo, como a política monetária, com a revisão dos seus quadros de projeção de tributação.

O Governo brasileiro também tem obrigações, nesse momento de dificuldade, no momento em que nós estamos prevendo uma crise em relação a países como os Estados Unidos, aos países europeus e, principalmente, em relação à China, pois hoje se comentou, num jornal americano, que essa crise pode ser uma bolha.

Então nós temos que fazer esse dever de casa com muita rapidez. É hora de estarmos preparados e atentos a todas as políticas de importação e exportação, ao controle dos nossos déficits, aos nossos gastos

públicos. É hora de fazer o dever de casa, não tenho a menor dúvida.

Se nós não estivermos preparados para enfrentar realmente o que pode vir, que não me parece ser uma coisa muito agradável, nós poderemos entrar, de uma maneira muito ruim, nessa crise, embora as nossas reservas e algumas providências que já foram tomadas estejam perfeitamente equilibradas. Nós temos de fazer economia neste momento.

Este é um momento em que nós vamos ter de estar atentos, por quê? No Brasil, a gente deixa sempre as coisas para a última hora. E nós ainda temos tempo de tomar medidas e de nos precaver para que essa crise não nos atinja.

Sr^a Presidente, eu agradeço a atenção de todos e, mais uma vez, a sua benevolência para comigo.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, CONCLUSÃO DO PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR CYRO MIRANDA.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco/PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

.... Este, aliás, tende a se acomodar entre R\$1,60 e R\$ 1,90.

O que trava a indústria nacional é o custo Brasil, a voracidade arrecadadora, a burocracia e a falta de infraestrutura para escoar a produção.

Por isso, é necessária a revisão do modelo de estabilização econômica centrado em juros altos, que oneram o serviço da dívida e desestimulam a indústria e o empreendedorismo em razão do custo de capital, em particular para as pequenas e médias empresas.

É preciso, também, fazer a revisão do Pacto Federativo, para dar maior autonomia e recursos aos Estados e Municípios.

Hoje, da cesta da pesada carga tributária, a União retém 70% dos recursos, os estados ficam com 25% e os municípios apenas com 5%.

Temos uma União cuja força coercitiva política pode ser traduzida pela concentração dos recursos.

Essa é uma das razões para os Estados e Municípios viverem de pires na mão.

Já passamos da hora de rever a estrutura da República Federativa do Brasil para distribuir melhor recursos e atribuições.

Da mesma forma, o Governo precisa entender que somente com parcerias com a iniciativa privada conseguirá dotar o Brasil da infraestrutura necessária ao crescimento contínuo e duradouro.

Daí porque a importância de se estabelecerem marcos regulatórios claros para atrair investimentos de

longo prazo, fundamentais para dar ao Brasil o dinamismo e a devida estatura no cenário regional e mundial.

Para isso, precisamos nos livrar dos improvisos e arremedos tão característicos do atual Governo e do anterior.

Precisamos fazer planejamento de longo prazo e definir objetivos geopolíticos.

Isso significa, entre outros aspectos, compreender o potencial do mercado consumidor da América Latina e do Caribe, bem assim as possibilidades do continente Africano.

Não é apenas a economia brasileira que emerge em nossa região do globo, mas nenhum outro país tem mais condições objetivas de oferecer produtos industrializados de boa qualidade abaixo da linha do Equador que o Brasil.

Não é por acaso, portanto, que, mesmo com o custo Brasil, diversas indústrias, em particular do setor automobilístico, continuam a buscar o país para se instalarem, inclusive as chinesas.

Não é por acaso, tampouco, Sr. Presidente, que Goiás tem sido um dos destinos mais disputados, porque, como costumamos dizer, nosso estado não está apenas no centro do Brasil. Goiás está no centro da América do Sul.

Com ousadia, criatividade e responsabilidade, o Brasil pode e deve tornar-se a engrenagem central que move o mundo emergente na América Latina, no Caribe e na África.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Nós cumprimentamos V. Ex^a, Senador, sempre muito competente durante suas manifestações aqui no Senado Federal.

Convidamos, agora, para fazer uso da palavra, como inscrita no período da Liderança do PSOL, a Senadora Marinor.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Senadora Vanessa, Srs. Senadores, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para manifestar minha mais profunda solidariedade a Marcelo Freixo, o bravo e combativo Deputado Estadual do PSOL do Rio de Janeiro, que tem enfrentado o crime organizado que aterroriza comunidades carentes daquele Estado. Esta semana, infelizmente, Freixo anunciou que deixará o País a convite da Anistia Internacional, após serem descobertos novos planos para assassiná-lo.

A Comissão Parlamentar de Inquérito presidida por ele durante o ano de 2008 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Senadora Vanessa, indicou 225 pessoas ligadas a atividades paramilitares no Estado, entre policiais, políticos e supostas lideranças comuni-

tárias. Desde então, Freixo e sua família têm sido alvo de inúmeras ameaças de morte, muitas delas identificadas pelo serviço de inteligência da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

O trabalho da CPI resultou num importante manancial de informações sobre formação, modo de atuação, composição e financiamento das milícias naquele Estado, além de apontar métodos para o combate e a disseminação desses organismos paramilitares, que, ao invés de promover segurança às comunidades mais carentes daquele Estado, constituem-se, na verdade, em um novo modo de opressão, submissão e atemorização das pessoas mais vulneráveis e desprovidas dos serviços públicos essenciais.

Infelizmente, Senadora Vanessa – daqui a pouquinho nós vamos apresentar o relatório da CPI do Tráfico de Pessoas e provavelmente dados semelhantes a esses vão aparecer, e esperamos que as recomendações das nossas CPI sejam implementadas pelo Governo – no Rio de Janeiro, o Governador Sérgio Cabral, que prioriza as operações espetaculares como a ocupação do Morro do Alemão, em detrimento de medidas efetivas para esvaziar o poder das milícias, não efetivou uma única medida recomendada pela CPI aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, é preciso registrar que o surgimento desses grupos nas áreas anteriormente ocupadas pelo tráfico de drogas somente foi possível frente à absoluta falta de serviços públicos como educação, abastecimento de água, transporte e coleta de esgoto.

Também é notório que a manutenção financeira das milícias se dá através do pagamento de serviços que são prestados por essas organizações paramilitares, como TV a cabo clandestina e distribuição de gás, enquanto o Governo Federal fica perseguindo as rádios comunitárias, fica invadindo as rádios comunitárias, fica prendendo militantes populares que tentam ter vez e voz pelo Brasil afora. São mais de 40 milhões de equipamentos apreendidos das populações e das comunidades que lutam pelo direito à democratização da comunicação neste País.

Deste modo, como mencionamos nas conclusões da Comissão, é fundamental que o Estado do Rio de Janeiro, em todas as suas esferas, faça-se presente nessas comunidades não só através das forças de segurança pública, mas principalmente com a implementação de medidas efetivas para assegurar aos seus moradores os direitos essenciais à saúde, à educação, ao transporte e outros.

Não menos importante é a punição daqueles que, valendo-se da condição de vulnerabilidade dessas comunidades, submeteram-nas ou permitiram, com sua

omissão, que fossem submetidas, devendo as responsabilidades serem apuradas pelo Ministério Público estadual e Federal e levadas ao Poder Judiciário.

Da mesma forma, os conselhos de ética dos Poderes Legislativos e as corregedorias, internas ou externas, das Polícias Civil e Militar, devem apurar as responsabilidades dos membros de suas corporações e adotar as medidas administrativas pertinentes, visando a impedir a proliferação de tão maléficas milícias.

Essas foram as conclusões da CPI presidida por Marcelo Freixo, que, diga-se de passagem, desenvolveu seus trabalhos sob constante ameaça à sua vida. O aparato de segurança de que dispõe o Deputado tem permitido que ele mantenha suas atividades parlamentares, apesar dos prejuízos que essa condição lhe traz.

Por conta disso, foi com muita satisfação que participei, no Rio de Janeiro, no auditório da OAB, no mês passado, de um ato público em solidariedade ao trabalho do Deputado Marcelo Freixo, proposto pela OAB, com a participação de inúmeras lideranças partidárias, artistas e intelectuais. Recentemente, o jornal *O Globo* denunciou um novo plano para assassinar o Parlamentar.

Como Senadora do Pará, um Estado ainda marcado pela violência contra as lideranças populares identificadas com a luta pela reforma agrária, em defesa das florestas e das suas riquezas, entre outras, conheço bem a realidade de insegurança que acompanha aqueles que lutam por justiça, aqueles que lutam pelos direitos humanos.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Como não lembrar os assassinatos de lideranças, cuja lembrança mais macabra está associada à execução da Irmã Dorothy? *(Fora do microfone.)* Como não lembrar Chico Mendes, líder seringueiro? Como não lembrar o recente assassinato de um trabalhador na área dos Carajás, quando uma empresa mineradora tentava negociar o seu terreno, onde vendia ovos, criava galinhas e outros bichos para alimento da família, que foi assassinado no dia 15 recente, na frente do seu filho de três anos?

Eu digo a vocês, para construir um Brasil verdadeiramente democrático, antes de tudo, é preciso assegurar o direito à vida daqueles que denunciam a violência e as injustiças. Se o medo e a insegurança calarem essas vozes, teremos regredido ao tempo do silêncio e da naturalização da violência. Não podemos permitir que isso aconteça.

Por isso, faço esta manifestação, oferecendo ao combativo Deputado Marcelo Freixo, em nome da Bancada do PSOL, do Brasil inteiro, dos lutadores que

atuam em defesa dos direitos humanos, apoio a sua luta e pela sua justiça e a vida.

Outra questão sobre a qual não poderia deixar de me pronunciar neste momento diz respeito à situação que, eventualmente, o Governo Federal tem se manifestado, quando chamado pelas lideranças nos Estados.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – É a falta de segurança às pessoas que denunciam os crimes contra os direitos humanos.

Nós queremos apelar, mais uma vez, ao Governo brasileiro, que, em conjunto com os Estados onde as incidências de mortes, de assassinatos e de ameaças contínuas ocorrem por denúncias de crimes contra os direitos humanos, que providências sejam tomadas.

Eu queria, finalizando, Senador, agradecendo o carinho com que tenho sido tratada durante todos os meus pronunciamentos aqui, dizer que eu gostaria de ser um escudo, eu gostaria de ser a força que construirá um Estado democrático e de direito e um Estado humano, para proteger a vida do companheiro Marcelo Freixo. Só tenho a oferecer a ele e a todos que, como ele, lutam pelos direitos humanos a minha solidariedade, o meu amor e a minha coragem. Marcelo Freixo voltará ao Brasil e continuará irmanado junto com os cidadãos de bem deste País na luta por um Estado democrático e de direito.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Marinor Brito, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Taques.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Senadora Marinor, parabéns pela sua fala. Quero me associar a essa preocupação em relação à vida do Deputado Estadual, não interessa de que partido, mas para honra do seu, do PSOL, o Deputado Estadual Marcelo, que vem sofrendo ameaças no Estado do Rio de Janeiro.

Sou Presidente da Subcomissão de Segurança Pública do Senado, teremos uma reunião na semana que vem e nos comprometemos a trazer esse tema para debate. Se um parlamentar não pode expressar a sua opinião, se um parlamentar não tiver condições de exercer suas atribuições, o próprio Estado democrático de direito é que está a sofrer.

Parabéns, e nos associamos a V. Ex^a nesta sua preocupação.

Passo a palavra, com muita honra, a S. Ex^a a Senadora Vanessa, que muito bem representa a Amazônia. V. Ex^a dispõe do tempo regimental.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Taques.

Eu também, antes de mais nada, quero agradecer ao Senador Reditario Cassol por ter me permitido falar neste momento, desde que cedeu seu tempo para que eu pudesse usá-lo aqui desta tribuna.

Mas, Sr. Presidente, como fez V. Ex^a, eu também gostaria de me solidarizar com a Senadora Marinor. E se ela me permite – porque a Senadora falou no período da liderança do PSOL, em que não são permitidos apartes – eu gostaria de assinar embaixo do seu pronunciamento e dizer que a solidariedade ao Deputado Estadual Freixo não é apenas a solidariedade de V. Ex^a, mas de todos os brasileiros e brasileiras que prezam não somente pela liberdade, mas que prezam pela vida. Esse é um problema grave.

E penso que essa solução momentânea dada ao deputado é necessária, sim, porque vimos pessoas de bem, como magistrados, serem assassinados de forma covarde por pessoas que, atuando dentro de órgãos de segurança, atuam exatamente para levar insegurança às pessoas.

Então, Senador Marinor, V. Ex^a tenha a convicção plena de que tem ao seu lado oitenta senadores irmanados nessa importante luta em defesa da vida, em defesa da liberdade.

A Sr^a Marinor Brito (PSOL – PA) – Em nome da bancada do PSOL nós agradecemos, Senadora.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senadora Marinor.

Sr. Presidente, antes de iniciar a abordagem do tema que me traz a esta tribuna, eu também quero aqui manifestar publicamente o meu carinho, a minha solidariedade ao querido ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No dia de ontem, foram inúmeros os Senadores e Senadoras que passaram por esta tribuna, manifestando também essa solidariedade, principalmente votos de pleno restabelecimento da sua saúde.

O Presidente Lula continua a ser uma pessoa muito importante para o nosso País.

Candidato que foi à Presidência da República várias vezes, quatro vezes, eleito no ano de 2002, iniciou um processo de transformações importantes que vivemos hoje no Brasil, transformações que visam a colocar no topo das preocupações do Poder Público não apenas a estabilidade econômica, mas a qualidade de vida das pessoas.

Tenho certeza de que esse câncer que acomete o Presidente Lula, que atinge a sua laringe especificamente, será por ele superado, com muita dificuldade, com muito sofrimento, mas não tenho dúvida nenhuma

de que será superado. É isso o que dizem os próprios médicos. Apesar de um certo grau de agressividade, um grau médio, há o histórico de pacientes que se trataram de doenças em situações semelhantes a do Presidente Lula, inclusive o seu próprio irmão mais velho, e que conseguiram superar a doença. É o que queremos. Queremos, em breve, voltar a esta tribuna para anunciar e comemorar o pronto restabelecimento da saúde do Presidente Lula.

A título de informação, Sr. Presidente, encaminhei à Mesa um requerimento, com base no Regimento Interno desta Casa, pedindo a inserção em ata de um voto de solidariedade ao nosso querido ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em menos de dez dias dois fatos devem ser comemorados no contexto internacional, comemorados por todos aqueles que prezam a democracia, que prezam a paz, que prezam a vida. O primeiro a que me refiro é a decisão, tomada ontem pela Unesco, que aprovou a resolução da adesão da Palestina como membro pleno daquela organização. A Unesco é uma agência das Nações Unidas, da Organização das Nações Unidas, responsável pela educação. Isso, Sr. Presidente, é algo simbólico, histórico, fundamental, muito importante não só na luta e para a vida dos palestinos, mas para o mundo inteiro.

O segundo fato a que me refiro é a decisão tomada, na semana passada, pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, aprovando mais uma resolução exigindo o fim do embargo econômico dos Estados Unidos contra Cuba. São duas decisões de fundamental importância para todos que lutam pela paz e pela solidariedade no mundo.

A Unesco foi a primeira agência da ONU a reconhecer o Estado Palestino, que se tornou o centésimo nonagésimo quinto membro da entidade. E foi uma decisão com amplo respaldo dos demais países. A resolução foi aprovada por 107 votos a favor, 14 contra e 52 abstenções. Brasil, China, Rússia, Índia e França estão entre os muitos países que votaram a favor do ingresso da Palestina como membro efetivo e permanente daquela agência.

Lamentavelmente, contrários a decisão, os Estados Unidos anunciaram, imediatamente após a proclamação do resultado, a suspensão de uma transferência de US\$60 milhões que seria feito à organização neste mês de novembro. O que é lamentável, Sr. Presidente, é que esse anúncio da suspensão de transferência foi feito e deverá ocorrer por conta de duas leis aprovadas no Congresso Norte-Americano: uma lei de 1990 e outra lei de 1994 que impede, proíbe a aplicação de fundos federais norte-americanos em qualquer agência das Nações Unidas que reconheça a Organização

pela Libertação da Palestina como estado-membro. Ora, Sr. Presidente, é aquela mania dos Estados Unidos acharem que eles são os próprios, únicos donos e mandantes do mundo inteiro.

Mas, como bem destacou a Embaixadora brasileira naquele organismo, Sr^a Maria Laura da Rocha, a Unesco terá de conviver com o corte da ajuda anual americana àquela agência da ONU.

A ajuda anual dos Estados Unidos à Unesco, que é em torno de US\$ 70 milhões, representa aproximadamente 25% do orçamento da organização. Aliás, essa não é a primeira vez que os Estados Unidos suspendem a ajuda à Unesco. O país boicotou a instituição durante 18 anos, entre 1985 e 2003, daquela feita alegando problemas de gestão da agência da ONU.

Nesse novo cenário, a perspectiva da Unesco é que a adesão da Palestina contribua para melhorar o diálogo entre palestinos e israelenses.

Sr. Presidente, assim como a Unesco sobreviveu à falta de repasses de recursos dos Estados Unidos, não tenho dúvida nenhuma, mas nenhuma dúvida, de que saberá também conviver com essa falta, não sei por quanto tempo. Espero que isso não ocorra. Mas, se isso vier efetivamente a ocorrer e os repasses forem suspensos mesmo, tenho certeza absoluta de que a Unesco saberá passar por cima das dificuldades e seguir atuando na sua missão tão importante no mundo inteiro.

Outro fato que nos preocupa muito e que os noticiários também dão conta é que a iniciativa da Palestina de incluir como sítios históricos importantes monumentos localizados em seu território palestino deverá ter o seu trâmite enormemente atrasado. Olha que estamos falando aqui da Igreja da Natividade, localizada em Belém. Aliás, conheço, pois lá estive, visitei, e vivi uma das maiores emoções da minha vida, assim como a cidade bíblica de Jericó e a Tumba dos Patriarcas, na cidade de Hebron. Ou seja, essa iniciativa também deverá sofrer um atraso. É lamentável, Sr. Presidente; lamentável a postura dos Estados Unidos.

Quanto a isso, também vou me referir rapidamente – pois o tempo se esvai –, ao fim do embargo econômico a Cuba, solicitado e aprovado pelo vigésimo ano consecutivo pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, Sr. Presidente, e que, infelizmente, continua a ser ignorado pelos norte-americanos. Eu sei da posição de V. Ex^a, Senador Pedro Taques, mas ambos sabemos que também não é correta a posição adotada pelos Estados Unidos, que busca muito as Nações Unidas quando quer punir qualquer país por qualquer razão; ou melhor, não razão, pretexto, seja a violação dos direitos humanos ou por qualquer outro motivo. Sabem bem os Estados Unidos que esse embargo, que

existe praticamente desde o momento em que Cuba fez a sua revolução, já tem causado um prejuízo de quase US\$1 trilhão àquele pequeno país, àquele país de uma gente que vive com uma profunda dificuldade, Sr. Presidente.

Então, a decisão tomada na semana passada, a resolução aprovada, pedindo imediatamente o fim do embargo, foi aprovada por 186 votos a favor e somente 2 contra; somente dois. De quem seriam esses dois votos contra? Estados Unidos e Israel; Estados Unidos e Israel, Sr. Presidente.

Então, quero aqui, desta tribuna, pedir que o meu pronunciamento seja considerado na íntegra e dizer, mais uma vez, que nós não podemos ficar calados diante dessa postura norte-americana.

São dois grandes eventos que deveriam ser comemorados no mundo inteiro, mas, infelizmente, não sabemos da sua viabilidade prática.

Em relação a Cuba, os Estados Unidos ignoram essa decisão tomada há 20 anos pela Assembleia Geral da ONU. Não cumpre e não põe fim ao embargo em relação ao ingresso da Palestina na Unesco e imediatamente anuncia o fim, a suspensão do repasse de recursos para essa importante agência internacional.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Muito obrigada!.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em menos de dez dias, dois fatos devem ser comemorados no contexto internacional. O primeiro, a decisão de ontem da UNESCO que aprovou a resolução da adesão da Palestina como membro pleno da organização. O segundo, decisão tomada na semana passada, quando a Assembleia-Geral da ONU aprovou mais uma resolução exigindo o fim do embargo econômico por parte dos Estados Unidos contra Cuba.

São duas decisões de fundamental importância para todos que lutam pela paz e solidariedade no mundo. A Unesco foi a primeira agência da ONU a reconhecer o Estado Palestino, que se tornou o centésimo-nonagésimo-quinto membro da entidade.

E foi uma decisão com amplo respaldo dos demais países. A resolução foi aprovada por 107 votos a favor, 14 contra e 52 abstenções. Brasil, China, Rússia, Índia e França estão entre os países que votaram a favor.

Lamentavelmente, contrários a decisão, os Estados Unidos anunciaram a suspensão de um pagamento de 60 milhões que seria feito à organização neste mês.

Mas, como bem destacou a embaixadora brasileira naquele organismo, Maria Laura da Rocha, a Unesco “terá de conviver” com o corte da ajuda anual americana à agência da ONU.

A ajuda anual dos Estados Unidos à Unesco, de cerca de US\$70 bilhões, representa aproximadamente 22% do orçamento da organização.

Essa não é a primeira vez que os Estados Unidos suspendem a ajuda à Unesco. O país boicotou a instituição durante 18 anos, entre 1985 e 2003, alegando problemas de gestão da agência da ONU.

Nesse novo cenário, a perspectiva na Unesco é que a adesão da Palestina contribua para melhorar o diálogo entre palestinos e israelenses. É o que todos desejam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em relação ao fim do embargo econômico contra Cuba, esse é o vigésimo ano em que a ONU toma uma decisão em torno do assunto, infelizmente também ignorada pelos EUA.

Assim como nos anos anteriores, a resolução foi adotada por 186 votos a favor, apenas dois contra (Estados Unidos e Israel) e três abstenções. Segundo o chanceler cubano, Bruno Rodríguez, que defendeu a resolução dos prejuízos econômicos à Ilha por causa do bloqueio chega a 975 bilhões de dólares.

“Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América contra Cuba”, foi o título apresentado por Cuba. No documento, são detalhados os danos sofridos por seu povo por causa desse infame bloqueio.

Diante da exigência intervencionista na soberania daquela nação, o chanceler foi enfático ao dizer na Assembléia que “o governo de Cuba permanecerá o governo do povo, pelo povo e para o povo”.

Destacou que as eleições não serão leilões. Não serão campanhas eleitorais de quatro bilhões de dólares, nem um Parlamento com o apoio de 13% dos eleitores.

Ao reafirmar a proposta para avançar no sentido da normalização das relações e ampliar a cooperação bilateral em diversas áreas, o chanceler reafirmou o quanto seria positivo para os dois países o estreitamento dos “vínculos familiares, intercâmbio cultural, acadêmico e científico em benefício dos dois países e suas populações”.

Cuba também alegou, com justa razão, que as ações dos EUA contra a Ilha são cada vez mais intensas na medida em que também aumentam o repúdio da comunidade internacional contra esse bloqueio infame.

Lamento profundamente que essa seja a terceira condenação da ONU desde a chegada do atual presidente, Barack Obama, à presidência dos EUA. O povo

daquele país depositou nele suas esperanças em torno da paz e solidariedade entre os povos.

Também quero aproveitar o momento para denunciar as largas condenações impostas aos cinco cubanos presos nos Estados Unidos por prevenir a execução de ações terroristas organizadas naquele país. Um deles, René González, saiu de prisão, mas deve permanecer em solo norte-americano durante mais três anos.

Em nome dos 200 parlamentares do Congresso Nacional que fazem parte do Grupo Parlamentar Brasil Cuba, apelo pelo regresso de René à sua família e a seu povo. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – Parabéns Senadora Vanessa, ilustre representante do Estado do Amazonas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.332, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto Solidariedade ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo seu pronto restabelecimento, bem como seja transmitido o referido Voto no endereço Rua Pouso Alegre 21, Bairro Ipiranga São Paulo, São Paulo/SP, CEP: 04.261-030.

Justificação

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva é, atualmente, a maior liderança de nosso país. O seu governo trouxe grandes conquistas ao povo brasileiro e recolocou o Brasil no caminho do desenvolvimento econômico e social.

Infelizmente, recentemente, está enfrentando problemas envolvendo sua saúde. No entanto, como sua trajetória sempre foi marcada pela superação de desafios, com certeza ele saberá vencer mais este obstáculo. O Brasil e nossa gente precisam muito do grande estadista, por isso estamos na torcida pela sua rápida recuperação, bem com nos solidarizamos com toda sua família e amigos.

Força Presidente Lula!

Sala das Sessões, 1º novembro de 2011. – Senadora **Vanessa Grazziotin**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Taques. Bloco/PDT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra pela ordem a S. Ex^a, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a palavra estaria agora com o Senador Jorge Viana, mas pedi a ele que me permitisse a permuta, rapidamente, para que eu pudesse falar pela ordem, porque, como Líder, eu falaria depois dele.

Sr. Presidente, quero fazer o registro, como líder da mobilização dos dois Estados, Rio de Janeiro e Espírito Santo, de que nós vamos continuar mobilizando o Brasil, para que o Brasil entenda essa diferença que há entre **royalties** e petróleo e para que valha o que nós estamos querendo.

Nós estamos querendo, Sr. Presidente, é que a Presidente Dilma chame o Ministério da Fazenda, os seus técnicos, com os técnicos do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, o Governador Cabral e o Governador Renato Casagrande, Senadores e Deputados Federais que estão envolvidos nessa luta e que conhecem tecnicamente o problema, para que se monte uma grande comissão, para que se ponha em cima da mesa o Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo de Participação dos Estados e a questão dos **royalties**.

Nós não podemos ser penalizados, nós não podemos ser tratados como marginais, donos de um grande bolo, e a miséria do País ser depositada na nossa conta porque os **royalties** estão lá, quando, na verdade, todos nós sabemos que **royalties** no mundo inteiro... Aliás, nos Estados Unidos, quando se descobre uma mina de ouro ou uma mina qualquer, os **royalties** não podem ser gastos, Senador Jorge Viana; eles têm de ser depositados e só podem ser gastos depois que se encerra a mina de ouro ou qualquer outro tipo de mina, para poder cobrir os danos ambientais e sociais causados por essa descoberta.

Então, nós não somos culpados. **Royalties** são diferentes.

Nós vamos continuar mobilizando o País. Neste final de semana, nós teremos mobilização. Na próxima semana, nós teremos também mobilização para chamar a atenção do País e para que possamos explicar de fato o que são **royalties** e o que é petróleo.

O Presidente Lula sabia disso. O Presidente Lula dizia que os Estados produtores não podem ser punidos. O Presidente Lula vetou, quando se votou na Câmara e, depois, no Senado, a Emenda Ibsen Pinheiro, uma emenda nojenta, nefasta. O Lula vetou. A Dilma foi para a eleição falando em respeitar os Estados produtores. Então, ela não pode lavar as mãos feito Pilatos neste momento, correr do debate e deixar a Câmara, o Senado, Estados se digladiando, se rasgando, irmão contra irmão.

Aproveito para falar do Presidente Lula, até porque ele, o tempo inteiro, garantiu a palavra conosco. Ontem, eu estava em São Paulo, no prédio em frente ao Sírio-Libanês. Eu tinha dentista às 9 horas e fiquei ali em pé até a hora em que o Lula chegou e, também, a exemplo de tantos brasileiros, fiz uma oração pela vida desse brasileiro.

A Bíblia diz que toda autoridade, Senador Clésio Andrade, é constituída por Deus. O Lula foi levantado por Deus numa hora difícil desta Nação e fez a melhor escolha: escolheu os pobres, equilibrou as finanças deste País, resolveu o drama com o FMI, foi quem mais construiu escola técnica e universidade neste País, mesmo sem ter formação acadêmica. O Lula criou o Bolsa Família, criou Minha Casa, Minha Vida, mudou a realidade e pegou alguém que estava na miséria e colocou... Hoje, as colunas sociais chamam esses miseráveis de pobres emergentes. Recebeu um País com 11 milhões de desempregados, e o bem que Lula fez a este País. Certamente, este é um momento difícil, de comoção para todos nós.

Senador Clésio Andrade, quero encerrar minha fala, Senador Jorge Viana, V. Ex^a, que é amigo pessoal e irmão quase do Presidente Lula, eu queria convidar o Brasil que vê essa TV, que vê ao vivo a TV Senado, que orasse o Pai Nosso comigo agora, é assim que vou encerrar a minha fala, orando o Pai Nosso, pedindo a Deus pela saúde do Lula. A Bíblia diz: se há alguém doente entre vós, ore, para que o doente fique sarado. E o Brasil está orando pelo Lula. Precisamos conclamar as pessoas de bem. Já vi, nessas redes de relacionamento – não tenho nada, não tenho Facebook, não tenho Orkut, não tenho Twitter, não tenho nada, porque acho que é uma terra sem lei, onde as pessoas covardes se escondem para atacar a honra alheia –, e já li barbaridades que pessoas escreveram sobre a enfermidade do Lula. Acho isso o fim do mundo, mas nós, que sabemos da importância que ele tem para este País e que teve no exercício da Presidência, o cidadão que ele é, que lutou no enfrentamento da ditadura, no enfrentamento de dias terríveis e tenebrosos, para que chegássemos ao que somos hoje, neste País. Ainda que ele não fosse nada disso, teríamos que pedir a Deus pela vida do Lula.

Por isso, conclamo todos para que orem o Pai Nosso comigo, neste momento, pela vida do nosso querido Luiz Inácio Lula da Silva:

Pai Nosso que estás no céu,
santificado seja o teu nome,
venha a nós o teu reino,
seja feita a tua vontade
assim na terra como no céu.
O pão nosso de cada dia nos dá hoje,

perdoa as nossas dívidas
assim como nós perdoamos
aos nossos devedores,
e não nos deixes cair em tentação,
mas livra-nos do mal,
porque teu é o reino, o poder e a glória.

Deus, nós te pedimos, em nome de Jesus, tu és o médico dos médicos, que toques na enfermidade do Lula e que ele possa se restabelecer para continuar sendo o instrumento abençoador na vida do País.

Que Deus abençoe o Brasil!
Que Deus abençoe o Lula!
Que Deus abençoe a todos nós!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Pedro Taques deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Clésio Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– Senador Magno Malta, queria registrar, em nome da Presidência, onde tenho a honra de neste momento estar, que acompanho totalmente todas as suas palavras. Acho que o nosso Presidente Lula é um homem extraordinário, uma pessoa de muita força. Tenho certeza de que ele vai superar essa, e vai superar bem, para estar junto conosco nas mesmas lutas políticas, que ele sempre acompanhou, até porque é o Presidente que todos nós, trabalhadores, povo, empresários, consideramos, por tudo que fez por este País.

Gosto sempre de lembrar que ele é um homem de uma visão extraordinária. Quando de sua primeira posse, assisti a sua entrevista pela TV Globo. Ele dizia que tudo que ele queria na vida era pelo menos um prato de comida no almoço e no jantar e o café da manhã para as pessoas. Só que aquela fala dele foi uma coisa tão profunda que, a partir daí, ele fez o programa que se chama Bolsa Família, que foi criticado, no primeiro momento, mas que se transformou no maior programa econômico deste País. Cada real que foi distribuído para essas famílias transformou-se em outros valores e elevou a vida de 30 milhões de pessoas por todo o País, melhorando-as de classe e de situação. Isso diz respeito muito à importância desse homem.

Estou muito honrado neste momento de estar junto com você e poder orar em favor da saúde do Presidente Lula. Ao mesmo tempo, quero parabenizar V. Ex^a. Acho que suas falas sobre o Espírito Santo são muito dentro do que é o Senador Magno Malta, um Senador atuante, combativo, defensor dos interesses daquele povo e daquele Estado. Queria parabenizá-lo pela sua fala também. Muito obrigado.

Próximo orador, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Caro Sr. Presidente, caros colegas Senadores e Senadoras, tenho um compromisso comigo mesmo de, enquanto essa luta do Presidente Lula seguir, estar junto com ele, como amigo, como alguém que deve a sua formação a ele e ao trabalho que o povo acreano experimentou.

Antes de tratar do tema que me traz a esta tribuna, como fiz ontem, quero aproveitar a Rádio Senado e a TV Senado para pedir que as pessoas anotem o endereço eletrônico e sigam aumentando essa corrente de fé e de confiança na recuperação do Presidente Lula. O endereço para as mensagens chegarem ao Instituto da cidadania é saudelula@icidania.org. – vou repetir: saudelula@icidania.org. Obviamente, muitos estão reproduzindo a frase “Força, Lula!”.

Eu queria agradecer a todos que estão nessa corrente de oração, rezando e passando essa energia positiva para a Dona Marisa, para o Presidente Lula e para os seus familiares. Tenho certeza de que, se nos juntarmos todos, com fé em Deus, nós vamos ver e compartilhar com o Presidente mais essa vitória, já que ele é um vitorioso nesta vida, é uma pessoa escolhida e, certamente, vai reunir as forças para superar esse momento de dificuldade por que a sua saúde está passando.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dirijo-me a esta tribuna, também através da TV Senado e da Rádio Senado, para tratar do PLS nº 289. É uma lei complementar de 2011, fruto da iniciativa do Senador Randolfe Rodrigues e do Senador Romero Jucá, que eu e outros colegas subscrevemos. Essa lei diz respeito à modificação na lei que trata da distribuição do Fundo de Participação dos Estados.

Estamos correndo contra o relógio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Em fevereiro de 2010, o Supremo Tribunal Federal decidiu pela inconstitucionalidade do art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 1989, onde estão definidas as regras atuais da partilha do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, conhecido como FPE.

A tabela de coeficientes de distribuição estabelecida pela Lei Complementar nº 62 era provisória e só deveria ter sido aplicada até 1991, Sr. Presidente. Desde então ela segue sendo a lei que dá base à distribuição mensal dos recursos do Fundo de Participação dos Estados.

A lei específica que traria a tabela permanente, com vigência a partir de 1992, nunca foi editada, meu caro Senador Suplicy. Está estabelecido que o prazo que estabelece as regras da distribuição do Fundo de Participação dos Estados deveria findar em 1991, ou seja, em 1992, deveríamos ter uma nova lei para que

o Brasil pudesse fazer uso desse instrumento tão importante para o desenvolvimento regional.

Na mesma decisão, o Supremo Tribunal Federal determinou que o Congresso Nacional tem até o dia 31 de dezembro de 2012 para suprir a lacuna dessa lei específica e aprovar um conjunto de critérios para a partilha dos recursos do FPE. Resta-nos, portanto, pouco mais de um ano para dar cabo de uma tarefa de grande magnitude e de grande impacto na distribuição das riquezas do País.

Felizmente, os avanços registrados nos estudos dessa questão desde a decisão do STF não foram poucos. Merece destaque o criterioso trabalho realizado, entre março de 2010 e março de 2011, pelo Grupo Especial de Estudo do Fundo de Participação dos Estados (GEFPE), vinculado ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária).

O relatório produzido ao final de um ano de trabalho do GEFPE, intitulado “Novos Critérios para Determinação dos Índices de Distribuição do Fundo de Participação dos Estados”, apresentou um estudo bastante aprofundado da questão, além de uma proposta atualizada e abrangente para a partilha dos recursos do FPE, que leva em conta uma série de indicadores econômicos, sociais e ambientais na definição da parcela devida a cada Unidade da Federação.

Sr. Presidente Clésio, esta é mais uma tarefa do Congresso: definir a melhor distribuição dos recursos oriundos dos impostos. V. Ex^a é um dos lutadores para que o Brasil tenha menor carga tributária – e eu me somo nesse propósito. Mas nós também temos outra tarefa: utilizar melhor os recursos oriundos da arrecadação de impostos e fazer justiça social com esses recursos.

O relatório do GEFPE serviu de base, justamente, para esse projeto. Além dos índices propostos pelo estudo – IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), renda **per capita**, população, superfície territorial, proporção de unidades de conservação, áreas indígenas e PIB –, os autores do PLS nº 289, de 2011, Senador Randolfe Rodrigues e Senador Romero Jucá, acrescentaram o critério “saneamento básico”, dado infraestrutural importantíssimo, que ajudará a garantir mais recursos para os Estados menos desenvolvidos nesse quesito.

É natural que os Estados cujas parcelas do FPE sofrerão alguma redução demonstrem alguma oposição com o fato, pois as receitas do Fundo de Participação dos Estados, muitas vezes, respondem por uma boa parcela da receita corrente de cada Unidade da Federação. Porém, nós estamos tratando de uma repactuação em cima do pacto federativo, tão importante para o Brasil seguir sendo um país justo.

Mas queria também ressaltar que precisamos entender, Sr. Presidente, e, principalmente, aceitar o fato de que um Estado passa, pelos novos critérios, a receber menos do que recebia, isso se dá em virtude do advento de uma nova realidade socioeconômica do País. Se um recebe menos, outro recebe mais, e esse outro, que teve sua participação aumentada, fez jus a esse aumento pelo simples fato de que, pelos critérios mais justos e mais abrangentes que se pretendem adotar, mostrou-se que ele precisa mais desses recursos para promover justiça social e o seu próprio desenvolvimento. É uma situação em que, ao fim e ao cabo, todos ganham, pois o que se está promovendo é uma distribuição mais justa da renda, no sentido do dever constitucional que o Estado brasileiro tem de combater as desigualdades regionais.

É fato que este País, durante séculos, só tinha infraestrutura na costa. Só mais recentemente, depois de Juscelino, que trouxe o País até o Centro-Oeste, e, só mais recentemente ainda, com o Governo do Presidente Lula e com o Governo da Presidente Dilma, nós começamos a ver o Brasil dar uma atenção mais especial ao Norte e ao Nordeste.

Dessa forma, Sr. Presidente, gostaria de manifestar, mais uma vez, meu apoio ao PLS nº 289/11, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues e Romero Jucá, que subscrevo.

Por fim, quero dizer que essa missão, esse trabalho é levar adiante uma política que o Brasil está implementando, de crescer, desenvolver-se com inclusão social e fazer um reparo na desigualdade que existe entre uma região e outra.

Assumi comigo mesmo um compromisso, Sr. Presidente, e agradeço a oportunidade que o Senado me dá, de toda vez vir a esta tribuna enquanto o Presidente Lula estiver nessa batalha para enfrentar essa doença e fazer o que fiz aqui, torcendo por vários colegas, como o Senador Casildo Maldaner, que, graças a Deus, superou aquele problema de saúde. Estou seguro de que o Presidente Lula vai superar mais esse desafio que o destino lhe impõe.

Então, encerro este pronunciamento como vou fazer nos próximos: força e saúde, Presidente Lula!

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Senador Jorge Viana, queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento e, principalmente, pelo PLS nº 289, de grande importância para nossos prefeitos, principalmente.

Como V. Ex^a mesmo disse, nós todos somos defensores de que não sejam aumentados os impostos, mas sabemos que podemos melhorar a distribuição dos recursos, prestigiando, principalmente, os Municípios,

porque é lá que as coisas acontecem, onde o cidadão precisa da assistência à saúde, da segurança, da educação, no dia a dia, onde as demandas são maiores. Então, esse é um projeto de extrema importância. Parabéns, Senador Jorge Viana!

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria, sobretudo, alertar a população brasileira que nos ouve, por intermédio da TV Senado e da Rádio Senado, sobre a importância do tema de que vou tratar, mais uma vez, desta tribuna.

Estive, nos dias 25, 26 e 27 do mês passado, em Altamira, para debater, num seminário internacional, as questões que afetam o povo da Amazônia, o povo brasileiro, o povo da região Xingu, que já começaram a sofrer as consequências da usina de Belo Monte.

Eu queria aqui apresentar alguns dados publicados pela página do Movimento Xingu Vivo para Sempre, que são elementos de uma cartilha que estou produzindo para a sociedade brasileira, que demonstram o quão alarmante será o problema daquela região se concretizar-se o projeto do Governo Federal de expansão da energia elétrica pela via do projeto que está em curso da exploração do rio Xingu.

Qual seria a área alagada pela usina de Belo Monte? Conforme os últimos ajustes no projeto da hidrelétrica, os empreendedores estimam que a usina provocaria o alagamento de cerca de 640 quilômetros quadrados, área maior que a cidade de Curitiba, com seus 435 quilômetros quadrados.

De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, uma superfície territorial de 486,54 hectares no perímetro urbano de Altamira será alagada e/ou desocupada por razão de segurança. Esta área abrange, nada mais, nada menos do que doze diferentes bairros de Altamira – cerca de 50% do total de bairros daquela cidade –, inclusive o atual bairro da orla do Xingu, onde se encontram espaços de lazer e convívio, com jardins e quiosques ao longo de um quilômetro de extensão, parte do *campus* da Universidade Federal do Pará, trecho da rodovia Transamazônica que atravessa a cidade, portos e praias: Praia do Pajé, Pedral, Arapujazinho, Praia do Olivete, Praia do Amor, Praia do Sossego, Praia do Padeiro, Besouro, Praia do Louro, Praia do Adalberto, Arapujá e Prainha.

Na área rural estão incluídas mais de dez localidades em sua maioria situadas nos travessões da Transamazônica, constituídos a partir da colonização oficial dos anos de 1970. Aí se encontram dezoito escolas de ensino fundamental e médio; quatro postos de saúde; 22 igrejas; cemitérios; centros comunitários;

sedes de associações rurais; oficinas; estabelecimentos de beneficiamento de produção agrícola e extrativista, como arroz, farinha, café, castanha-do-pará, açaí, cupuaçu e madeira; estabelecimentos comerciais diversos e de serviços de lazer e turismo. Trata-se, sobretudo, de uma ocupação organizada em torno de atividades agropecuárias, pesca, extrativismo vegetal e mineral.

Serão total ou parcialmente inundados cerca de mil imóveis rurais dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, que perfazem mais de cem mil habitantes, em sua maioria sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra. Aproximadamente 40% desses imóveis contam com financiamento bancário.

Parte do Xingu secaria? No trecho de cem quilômetros entre o sítio da barragem – Pimental – e Belo Monte os níveis da água do Xingu e do lençol freático baixarão, como consequência da redução das vazões. Por isso é chamado Trecho de Vazão Reduzida, TVR. A queda dos níveis ocorrerá também no trecho final de vários tributários, incluindo o rio Bacajá, principal tributário do Xingu, mesmo que esse rio não sofra nenhuma redução de vazão.

Aqui, o trecho revela, também, que dos trezentos mil habitantes dos Municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá que serão atingidos, das quatorze mil pessoas que vivem nas reservas...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG) – Senadora Marinor, mais um minuto para concluir.

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – ... do rio Iriri, Riozinho do Anfrísio, Verde para Sempre e Médio Xingu, e das 21 comunidades quilombolas da região, ainda não se sabe o número exato de pescadores, pequenos agricultores, garimpeiros e outros que seriam afetados pela usina.

Eu queria, rapidamente, se V. Ex^a me permitir, registrar aqui, embora eu já peça que o texto todo seja dado como lido, que a bacia do rio Xingu é habitada por 24 etnias que ocupam trinta terras indígenas: doze no Mato Grosso e dezoito no Pará. Todas essas populações seriam direta ou indiretamente afetadas, à medida que o Xingu e sua fauna e flora, além do seu entorno, fossem alterados pela usina. Na região de influência direta desta, três terras indígenas seriam diretamente impactadas: a tribo Paquicamba, dos índios Juruna, e a área dos Arara da Volta Grande, que se situam no trecho de cem quilômetros do rio que teria sua vazão drasticamente reduzida.

Já a área indígena Juruna do Km 17, que fica às margens da rodovia PA-415, seria fortemente impactada pelo aumento do tráfego na estrada e pela presença de um canteiro de obras. Por outro lado, as tribos Trincheira Bacajá, Koatinemo, Arara, Kararaô, Cachoeira Seca, Arawete e Apyterewa, Xipaya e Kuruaya sofreriam impactos como escassez de pesca, pressão de desmatamento, pressão da migração de não índios, pressão fundiária, epidemias como dengue e malária, entre outros.

(Interrupção do som.)

A SRA. MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Eu queria agradecer V. Ex^a e, mais uma vez, apelar ao Governo brasileiro para que pare Belo Monte; que aguarde, no mínimo em respeito à legislação brasileira, em respeito ao Ministério Público Federal do Estado do Pará, onde tramitam doze ações civis públicas, pois nenhuma delas teve referência da Justiça Brasileira para que Belo Monte continue.

O ato que parou a Transamazônica por doze horas – eu tive a honra de estar ao lado dos manifestantes –, coordenado pelos índios Caiapós naquela região, clamava e continuava clamando ao Governo brasileiro: pare Belo Monte!

Vivam as populações tradicionais, indígenas, quilombolas e pescadores daquela região!

Vida longa, eterna ao rio Xingu!

Muito Obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARINOR BRITO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

PÁGINA DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE (Para cartilha Belo Monte)

Perguntas frequentes

Publicado em 14 de outubro de 2010

Por editor

Quais municípios estariam na área de influência da usina?

Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu foram os municípios definidos pela Eletronorte como área de abrangência da hidrelétrica de Belo Monte.

Estes municípios perfazem uma área total de mais de 25 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 20% do Estado do Pará. Cerca de 70% desta área é constituída de unidades de gestão especial: unidades

de conservação, terras indígenas, terras quilombolas e áreas militares. Mais de 300 mil pessoas vivem na região, que tem como elementos integradores a rodovia Transamazônica e o rio Xingu. Altamira é o maior centro urbano local, com mais de 70 mil habitantes.

Qual será a área alagada pela usina de Belo Monte?

Conforme os últimos ajustes no projeto da hidrelétrica, os empreendedores estimam que a usina provocaria o alagamento de cerca de 640km² (área maior que a cidade de Curitiba, com seus 435km²). De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental do projeto, uma superfície territorial de 486,54 ha no perímetro urbano de Altamira será alagada e/ou desocupada por razão de segurança. Esta área abrange 12 bairros diferentes (cerca de 50% do total de bairros de Altamira), inclusive o atual bairro da orla do Xingu, onde se encontram espaços de lazer e convívio, com jardins e quiosques ao longo de um quilômetro de extensão; parte do **campus** da Universidade Federal do Pará; trecho da rodovia Transamazônica que atravessa a cidade; portos e praias (Praia do Pagé; Pedral; Arapujazinho; Praia do Olivete; Prainha; Praia do Amor; Praia do Sossego; Praia do Padeiro; Besouro; Praia do Louro; Praia do Adalberto; Arapujá e Prainha).

Na área rural, estão incluídas mais de dez localidades, em sua maioria situadas nos travessões da Transamazônica, constituídos a partir da colonização oficial dos anos 1970. Aí se encontram 18 escolas, de ensino fundamental e médio; quatro postos de saúde; 22 igrejas; cemitérios; centros comunitários; sedes e associações rurais; oficinas; estabelecimentos de beneficiamento de produção agrícola e extrativista (arroz, farinha, café, castanha-do-pará, açaí, cupuaçu, madeira); estabelecimentos comerciais diversos e de serviços de lazer e turismo. Trata-se, sobretudo, de uma ocupação organizada em torno de atividades agropecuárias, pesca, extrativismo vegetal e mineral.

Serão total ou parcialmente inundados cerca de mil imóveis rurais dos municípios de Altamira, Vitória do Xingu e Brasil Novo, que perfazem mais de 100 mil ha, em sua maioria sob jurisdição do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra). Aproximadamente 40% desses imóveis contam com financiamento bancário.

Parte do Xingu secaria?

No trecho de 100km entre o sítio da barragem (Pimental) e Belo Monte os níveis da água do rio Xingu e do lençol freático baixarão como consequência da redução das vazões. Por isso é chamado trecho de Vazão Reduzida (TVR). A queda dos níveis ocorrerá também no trecho final de vários tributários incluindo o

rio Bacajá, principal tributário do Xingu no TVR, mesmo que este rio não sofra nenhuma redução de vazão.

Vários impactos biológicos e sociais têm sido associados com a redução dos níveis da água, como os problemas para a navegação e os efeitos sobre a Floresta Aluvial em toda a área afetada pelo rebaixamento do lençol freático, incluindo o território indígena dos índios Xikrin. Nesta área, foram computados 17.342 ha de vegetação dos pedrais e de 18.664 ha de florestais aluviais (sendo que partes dessas florestas encontram-se associadas com florestas de terra firme).

Quantas pessoas seriam afetadas pela hidrelétrica?

Além dos mais de 300 mil habitantes dos municípios de Altamira, Senador José Porfírio, Porto de Moz, Anapu, Vitória do Xingu, Medicilândia, Gurupá, Brasil Novo, Placas, Uruará e Pacajá, das 14 mil pessoas que vivem nas Resex do rio Iriri, riozinho do Anfrísio,

Verde para Sempre e Médio Xingu, e das 21 comunidades quilombolas da região, ainda não se sabe o número exato de pescadores, pequenos agricultores, garimpeiros e outros que seriam afetados pela usina.

De acordo com o projeto inicial da obra, cerca de 20 mil pessoas seriam desalojadas de suas terras e casas, mas o número pode chegar a 40 mil pessoas, de acordo com especialistas que acompanham o projeto.

Quantas terras indígenas seriam afetadas por Belo Monte?

A Bacia do Xingu é habitada por 24 etnias que ocupam 30 Terras Indígenas (TIs), 12 no Mato Grosso e 18 no Pará. Todas essas populações seriam direta ou indiretamente afetadas à medida que o Xingu e sua fauna e flora, além do seu entorno, fossem alterados pela usina. Na região de influência direta da usina, três Terras Indígenas seriam diretamente impactadas: a TI Paquiçamba, dos índios Juruna, e a área dos Arara da Volta Grande, que se situam no trecho de 100 km do rio que teria sua vazão drasticamente reduzida.

Já a área indígena Juruna do km 17 fica às margens da rodovia PA 415, e seria fortemente impactada pelo aumento do tráfego na estrada e pela presença de um canteiro de obras. Por outro lado, as TIs Trincheira Bacajá, Koatinemo, Arara, Kararaô, Cachoeira Seca, Arawete e Apyterewa, Xipayá e Kuruaya sofreriam impactos como escassez de pesca, pressão de desmatamento, pressão da migração de não-índios, pressão fundiária, epidemias como dengue e malária, entre outros.

Segundo o governo, há ainda registro de grupos indígenas isolados em três áreas do Xingu: na Terra do Meio, entre os rios Iriri e Xingu e a Transamazônica; entre os rios Iriri e Curuá e daí até a BR-163; e na Bacia do rio Bacajá. Trata-se de grupos que vêm sendo

pressionados pelo avanço da ocupação da região e que, provavelmente, não suportarão por muito tempo, caso perdurem as condições e o ritmo atual desse avanço.

Qual seria a produção de energia de Belo Monte?

Belo Monte teria uma capacidade instalada de 11 mil MW de energia, mas, devido à sazonalidade do rio Xingu, esse volume só seria produzido durante quatro meses ao ano. A energia firme (média anual da energia a ser produzida) seria de apenas 4,5 mil MW, cerca de 40% de sua potência (em setembro, quando a seca do rio atinge seu auge, a energia produzida não passaria de 1,8 mil MW, por exemplo). Isso qualifica a hidrelétrica como um dos projetos com menor eficiência energética do país.

Qual seria a destinação da energia de Belo Monte?

Do total de energia produzido pela usina, nos próximos 35 anos, por determinação do governo, 80% abasteceriam a rede nacional e seriam vendidos pelas distribuidoras de energia no mercado cativo (consumidores em geral). Os 20% restantes pertenceriam ao Consórcio Norte Energia para serem consumidos por seus sócios, ou destinados ao mercado livre, composto majoritariamente por empresas eletrointensivas.

Qual é a situação legal do projeto de Belo Monte?

Apesar de ter recebido do Ibama a licença prévia que teoricamente autorizou a realização do leilão de Belo Monte, realizado em 20 de abril de 2010, uma série de Ações Cíveis Públicas (ACPs) tramitam na Justiça e, do ponto de vista jurídico, podem invalidar o processo e impedir a construção da usina no curto prazo. Apenas do Ministério Público Federal no Pará, são nove as ACPs que aguardam julgamento de mérito, e que tratam de irregularidades como: licenciamento estadual para rio federal e empreendimento em terra indígena; o Congresso não autorizou o empreendimento, como exige a Constituição no artigo 231; Decreto Legislativo nº 788, de tramitação ultrarápida – menos de 15 dias – no Congresso Nacional; índios afetados não foram ouvidos; Estudos de Impacto são iniciados sem o Termo de Referência obrigatório; as três maiores empreiteiras do país foram beneficiadas pela Eletrobrás com informações privilegiadas sobre o empreendimento.

O convênio previa até cláusula de confidencialidade; Ibama aceitou EIA-RIMA com documentos faltando; ACP por improbidade contra servidor do Ibama que assinou o aceite do EIA-RIMA incompleto; apesar de serem 11 os municípios diretamente afetados pela obra, apenas quatro audiências públicas foram feitas; ação civil pública para suspender a licença prévia e o leilão até que seja regulamentado o aproveitamento de recursos hídricos em Terras Indígenas, conforme

artigo 176 da Constituição Federal; irregularidades graves na licença prévia: não foram levadas em consideração as análises apresentadas durante as audiências públicas.

As ONGs Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e Kanindé também impetraram uma ACP pouco antes do leilão, questionando mudanças no projeto licenciado – o Ibama deu a licença prévia para um alagamento de 516 km², mas o edital da Aneel prevê um lago de 640 km² – quase 30% a mais do que o previsto na licença prévia.

Há outras irregularidades no projeto?

Ao conceder a licença prévia ao empreendimento em fevereiro de 2010, o Ibama definiu 40 e a FUNAI 26 condicionantes (ajustes no projeto em função de problemas ambientais e sociais não resolvidos) a serem cumpridas pelo poder público e pelos empreendedores antes e depois do leilão. Até outubro de 2010, nove condicionantes do Ibama não foram realizadas, duas foram realizadas parcialmente e sobre as demais não há informações. Sobre as condicionantes da Funai, que prevêem ações como demarcação de Terras Indígenas e retirada de não-índios das áreas demarcadas, entre outros, 14 não foram realizadas, duas foram realizadas parcialmente e uma foi publicada. Sobre as demais não há informações.

Em tese, o não cumprimento das obrigações estipuladas para antes do leilão já é uma irregularidade grave. A não realização de todas as condicionantes da licença prévia, no entanto, legalmente impediria novas licenças, como a de instalação, a ser concedida pelo IBAMA, e necessária para o início das obras.

O SR. PRESIDENTE (Clésio Andrade. PR – MG)

– O próximo inscrito, pela Liderança do PV, é o Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN. Como

Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é de conhecimento de todos que a questão dos recursos hídricos e de seu gerenciamento é um dos grandes problemas mundiais da atualidade. Seja pelo desperdício, pelo mau uso ou por distribuição injusta, o fato é que bilhões de pessoas correm o risco, em um futuro mais próximo do que imaginamos, de não poder contar com água limpa suficiente para a sua subsistência. Tal vaticínio não é meu, mas fruto de inúmeros relatórios e painéis científicos realizados nos últimos anos.

Pois bem, a despeito da situação tão potencialmente danosa à vida em nosso Planeta, ainda não dispomos, dentro do organograma das agências multilaterais que compõem a ONU, de uma entidade for-

malmente constituída para o trato da questão e de suas graves consequências para todos nós.

É verdade que há um mecanismo ou uma iniciativa entre as agências das Nações Unidas denominada UN-Water, que se destina, de maneira ainda precária, a debater e formular propostas para o problema. Todavia tal mecanismo tem se mostrado insuficiente e absolutamente incondizente com a dimensão global e universal do gerenciamento dos recursos hídricos.

Até por não possuir a estrutura de uma agência formal da ONU e, por consequência, não dispor de recursos humanos e financeiros suficientes para a realização dos seus fins, a UN-Water não tem conseguido envolver o mundo e seus principais agentes políticos e econômicos no engajamento da questão.

Como resultado, suas ações têm sido dispersas e pulverizadas entre as agências formalmente constituídas da ONU. Sem a estatura e a envergadura necessária para uma mobilização efetiva dos atores envolvidos na questão, os resultados não têm sido alcançados como o tema necessita. Enquanto isso, mais de 300 milhões de africanos não têm acesso hoje à água potável. Estima-se que 70% das indústrias ainda despejam água não tratada em rios e nascentes que poderiam se transformar em mananciais de água limpa. Por dia, cerca de dois milhões de toneladas de lixo e dejetos de todas as espécies são jogados em fontes hídricas.

Desde 1900, mais da metade das áreas úmidas do planeta já secaram. Somente entre 1991 e 2000, quase 700 mil pessoas morreram devido a desastres naturais relacionados à questão da água.

Nesse sentido, Sr^{as} e Srs. Senadores, entendemos ser urgente a criação de uma agência, dentro da Organização das Nações Unidas, para a articulação global do problema, que ganha proporções cada vez mais preocupantes.

Tal organismo, Sr. Presidente, contaria com uma estrutura formal e administrativa para, de fato, tratar a questão gerencial hídrica de maneira multilateral e assertiva, sem a subordinação temática que hoje acontece na ONU.

A própria Organização das Nações Unidas reconhece a necessidade de mobilizar seus recursos de forma mais eficiente e integrada, marcadamente nas iniciativas e ações ligadas ao tema da utilização e conservação da água. No âmbito de suas atribuições estariam não somente a realização de relatórios ou estudos, mas também medidas práticas, ações efetivas e mais incisivas de combate ao mau uso de recursos hídricos e, até mesmo, reprimendas e denúncias sobre fatos que atentem gravemente contra o bom uso da água.

É claro que não temos a ingenuidade de achar que a criação desse organismo, por si só, traria solução global e definitiva ao problema, que tem raízes e causas estruturais que perpassam a mera inconstitucionalidade, porém não há dúvidas de que a existência formal dessa agência multilateral especializada traria não somente mais luzes e atenção à questão hídrica, mas, de fato, ajudaria a articular melhor as iniciativas multilaterais sobre o tema.

Na proximidade da realização da Conferência Rio+20 e também do Fórum Mundial de Águas, que acontecerá em Marseille, na França, em março do ano que vem, e na condição inequívoca de potência ambiental, o Brasil deve ser um dos principais defensores e articuladores fundamentais dessa nova concertação, inserida no contexto da reforma geral dos organismos da Organização das Nações Unidas.

Nesse sentido, reitero aqui o pleito para que nossa diplomacia encampe essa causa e, efetivamente, articule a sua implementação. Tenho certeza de que ao lograr sucesso nessa empreitada, o mundo inteiro ganhará não apenas mais uma agência multilateral, mas a esperança renovada de garantirmos o planeta com água limpar para todos.

Era só, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Clésio Andrade deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Ana Rita.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigada, Senador Paulo Davim.

O próximo inscrito, Senador Casildo Maldaner.

Senador, por um tempo de dez minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ana Rita, que preside a Casa neste momento, V. Ex^a que vem do Espírito Santo e eu venho da Santa Catarina. Santa Catarina, em sentido de gênero, é feminino e V. Ex^a, que é do Espírito Santo, V. Ex^a é do gênero feminino, mas vem em sentido masculino, que é do Espírito Santo. Eu sempre brincava aqui com o Senador Camata, que na outra Legislatura, quando estávamos juntos, que eu venho de um Estado que é santa e ele vem de um Estado que é o Espírito, e eu da Santa Catarina. Inclusive as origens são muito parecidas, os europeus que chegaram aos portos de Vitória e assim por diante também aportaram no sul, não só Rio Grande do Sul, mas também Santa Catarina, inclusive várias comunidades do Estado de V. Ex^a têm a mesma origem do nosso, Santa Catarina.

Nobre Presidente e caros colegas, quero propor uma reflexão acerca de três notícias divulgadas ontem,

nos jornais de circulação nacional, que se conectam de maneira interessante.

Em primeiro lugar, grande notícia de que a população mundial alcançou a fantástica marca de sete bilhões de habitantes. Em apenas 60 anos, passamos de 2,5 bilhões para o contingente atual – além da expectativa de vida ter aumentado em 20 anos no período. Especialistas preveem que, até o fim deste século, chegaremos aos dez bilhões!

Outra notícia dá conta da inédita chegada do Brasil ao sexto lugar no **ranking** das maiores economias do mundo, ultrapassando o PIB do Reino Unido. É motivo de inegável comemoração. Nosso produto interno bruto deve chegar, em 2011, ao cabo deste ano, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional, à US\$ 2,44 trilhões.

A expectativa é de que, até o fim desta década, o Brasil estará à frente de qualquer país europeu em tamanho do PIB. A informação fica ainda melhor quando ouvimos do analista sênior da consultoria 'Unidade de Inteligência Econômica', Robert Wood, que o fato do país ter ultrapassado economias de países desenvolvidos reflete os efeitos da entrada de grandes segmentos da população na classe média.

No entanto, não podemos ocultar o fato de que esta relação não se dá igualmente quando estudamos a renda **per capita**, ainda muito inferior à de países europeus ou dos Estados Unidos. Isso para não falar em determinados indicadores sociais.

Ora, estas duas informações que foram anunciadas de que, portanto, agora chegamos a 7 bilhões de habitantes, e a outra de que o Brasil pode chegar, no fim deste ano, a 6^a economia no mundo, ultrapassando, portanto, o Reino Unido, são duas comunicações, sem dúvida alguma, alvissareiras: diante de um cenário de crescimento populacional, o papel a ser desempenhado pelo Brasil ganha extrema relevância. Nosso futuro é, sem qualquer dúvida, promissor.

E neste ponto chegamos à terceira notícia, fechando o elo a que me referi no início: de toda elevação na carga tributária ocorrida nos últimos anos, apenas 9% foi destinado para investimentos fixos e estruturais. Então, essa é a terceira notícia. Uma é a dos 7 bilhões, a segunda é a de que vamos para o 6^o lugar na economia do PIB mundial, e a 3^a é a de que, nos últimos anos, no que se refere ao crescimento de impostos, aplicamos em investimentos fixos e estruturais apenas 9%.

Nobres colegas, se não tivermos a capacidade de tomar as atitudes corretas, necessárias, corajosas, preparando a estrada que queremos trilhar nos próximos anos, tenho convicção de que permaneceremos muito aquém de nosso imenso potencial.

Precisamos incrementar consideravelmente nossa capacidade produtiva. Isso passa diretamente pela ampliação e pela melhoria de nossa infraestrutura logística – e podemos falar de aeroportos, portos, ferrovias e da ampliação da malha rodoviária –, reduzindo os custos de produção, em todos os setores, da agricultura à indústria. É preciso, de uma vez por todas, coragem e espírito público, espírito de Estado, para darmos andamento a uma corajosa reformulação tributária, dotando o País de mecanismos de incentivo ao empreendedorismo, ao invés do verdadeiro carrasco de novas empresas que esse sistema pesado tem sido – e perdoem-me se as palavras são pesadas, mas não configuram, de forma alguma, exagero: a taxa de mortalidade de novas empresas no País é assustadora.

A discussão, em curso nesta Casa, acerca de Código Florestal Brasileiro, sob a relatoria dos Senadores Luiz Henrique e Jorge Viana, é avanço estimável: é essa Lei que garantirá o crescimento econômico, no campo e nas cidades, de forma sustentável, com preservação de nosso meio ambiente.

Ao lado dessas mudanças importantes em nossas estruturas produtivas, que darão grande vitalidade à economia brasileira, devem somar-se os investimentos sociais. Saúde, educação, moradia e segurança são requisitos básicos, essenciais; são, antes de tudo, direitos fundamentais do cidadão. E o crescimento econômico só acontece substanciado por esses direitos.

Não é nossa intenção, Sr. Presidente, elogiar ou criticar diretamente este ou aquele governo, partido a ou partido b. Acredito que o tema é suprapartidário, pois diz respeito ao interesse e ao futuro de todos os brasileiros. Desde a retomada da democracia no País, cada governo deu sua contribuição, em maior ou menor grau, com seus erros e acertos, para que chegassemos até aqui.

Hoje, nos encontramos nesta quadra da transformação e, juntos, temos todas as ferramentas para, democraticamente, tomarmos as atitudes que pavimentarão a trajetória de um futuro auspicioso, com os dividendos compartilhados entre todos os brasileiros. Caso contrário, continuaremos deitados em berço esplêndido aguardando a promessa do país do futuro que sempre tarda a chegar.

Trago, nobre Presidente e caros Colegas, essas considerações porque as considero, em função até das últimas três notícias, que elas se conectam, como disse no início, de uma forma ou de outra, que são: a população a que chegamos de sete bilhões de pessoas; a comunicação dos órgãos internacionais, pelo Fundo Monetário Internacional, por suas análises, de que o Brasil despontará como a 6ª economia mundial em relação ao PIB, até o fim do ano, deslocando a

Grã-Bretanha; e a terceira movimentação de que nós temos que corrigir algumas distorções, que os aumentos de impostos nos últimos 15 anos, destinamos apenas 9% na questão fundamental que é o investimento e a preparação da estruturação do País.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Encerro, nobre Presidente.

Uma grande parte disso aplicamos em custeio e no custeio da máquina pública do País.

Precisamos aumentar impostos e, se eles aumentaram, nós tínhamos que destinar diferentemente e não no custeio da máquina pública, nos salários etc. Temos que redefinir essa parte e aproveitarmos esse grande momento que se apresenta para investirmos no agronegócio principalmente, para ajudarmos a alimentar o mundo com seus sete bilhões de habitantes agora e a expectativa do Brasil em ser a maior reserva nesse campo...

(Interrupção do som.)

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Cuidemos desse setor para que possamos, ao lado dessa posição extraordinária do PIB – embora na renda **per capita** fiquemos bem aquém de países desenvolvidos –, cuidemos da infraestrutura, cuidemos para que essa logística se prepare para que possamos aumentar cada vez mais e, com isso, também na renda **per capita**, nos igualarmos ao primeiro time do mundo.

São essas as considerações e não poderia deixar passar às vésperas do feriado, embora hoje seja o Dia de Todos os Santos.

Muito obrigado, Srª Presidente, nobres Colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Casildo Maldaner.

Passo a palavra ao Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta, Srªs e Srs. Senadores, quero, nesta tarde de hoje, tratar de uma questão que julgo ser das mais importantes, principalmente levando-se em consideração o que nós fizemos, inclusive na manhã de hoje, quando aprovamos o relatório preliminar do PPA.

Isso, na minha opinião, vai na sequência do bom debate que estamos propondo para esta Casa, para o próximo período. Aprovamos a legislação dos **royalties**, a nova distribuição dos **royalties**; aprovamos hoje o relatório preliminar do PPA e o estamos apresentando na Comissão de Assuntos Econômicos, que julgo, inclusive, ser a comissão adequada, correta, para promover a apreciação de matérias dessa natureza, até porque, Senador Pimentel, é importante que fortale-

çamos as comissões, o papel das comissões, e não o esvaziamento das comissões, diante até das comissões especiais ou das tarefas de plenário.

Então, nós gostaríamos muito de que esse debate pudesse ser aberto, como foi aberto o debate dos **royalties**. Estou apresentando, em conjunto com os Senadores Delcídio do Amaral e Lindbergh, uma proposta para que nós abramos o ciclo de debates sobre a questão do novo pacto federativo no Brasil.

Esta Casa vai ter de se debruçar sobre o FPE. A exigência é, inclusive, com prazo, até dezembro. Alguém poderia nos dizer, Senador Romero Jucá: “Mas temos até 2012!”. Mas se a gente puder começar agora, melhor do que tratar as questões no afogadilho de 2012 ou na pressão de 2012. O fundamental é que façamos isso, levando em consideração principalmente a natureza dessa necessidade de distribuição de recursos hoje para o atendimento, principalmente, das questões de Municípios.

O grande debate que se faz é exatamente como os recursos são distribuídos. Então, nós queremos um novo pacto federativo. Aliás, exercitamos isso na questão dos **royalties**. Aprendemos a lição: é possível fazer o debate devolvendo, de maneira cada vez mais responsável, a arrecadação para cada Município. Poderíamos avançar consideravelmente na linha de vincularmos alguns desses recursos à saúde, à ciência e tecnologia, à infraestrutura e à educação, portanto, permitindo, assim, um nível de investimento mais ajustado e responsável e permitindo que nós venhamos ao encontro de uma matéria que é desejo de todos nós. Há pouco, o Senador Casildo falava dela.

Qual é o percentual de investimento associado ou comparado, perdão, à arrecadação?

Ora, se patrocinarmos um processo de novo pacto federativo, vinculação e obrigações de investimentos, nós teremos a garantia, Senadora Ana Rita, de investimentos num percentual muito maior comparado com a receita. Esse é o primeiro aspecto para o qual quero chamar a atenção desta casa, indo ao encontro do desejo de milhares de Municípios nesse Brasil.

O PPA, cujo relatório, agora há pouco, acabamos de votar, trabalha, por exemplo, com quatro eixos programáticos importantes: o social, com R\$2,5 trilhões; a infraestrutura, com R\$1,2 trilhão aproximadamente; o chamado desenvolvimento produtivo e ambiental, com R\$668 bilhões, e os chamados especiais, com R\$104 bilhões. Os especiais compreendem fronteira, defesa e economia solidária.

É importante que o encontro desses quatro programas, que somados representam, para os próximos quatro anos do País, algo na ordem de R\$4,5 trilhões, essas questões devem ter uma guarida, devem ter um

amparo, devem ser constituídos também dentro de uma estrutura bem pensada em nível nacional e que permita que cada ação chegue à ponta, que cada iniciativa possa chegar aos Municípios, verdadeiramente, como infraestrutura, na área da saúde, da educação, para o desenvolvimento econômico e produtivo local, com as questões ambientais, tão necessárias para nós aportarmos esse próximo código que vamos votar ainda na semana que vem.

Portanto, é fundamental que discutamos isso, como vamos proceder do ponto de vista da distribuição dos recursos de forma responsável.

Acompanhei, recentemente, Senador Pimentel, uma matéria que fala de gastos, inclusive com certo nível de desvirtuamento, não do ponto de vista do desvio do dinheiro ou da malversação, mas do desvio de finalidade de Municípios que recebem recursos dos **royalties**.

Portanto, se fizermos essa nova pactuação, se estabelecermos inclusive novos parâmetros, que devem ter como referência FPE, FPM e os indicadores de cada Município, nós vamos ter a oportunidade de promover uma justiça na aplicação dos recursos e, principalmente, justiça na distribuição dos recursos pelo nosso País afora. Então, é fundamental que façamos isso. E, aí, por que estamos propondo que isso se inicie já pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e, do outro lado, na nossa Casa vizinha ou na minha ex-Casa, que façamos isso pela Comissão de Finanças e Tributação e, depois, congreguemos isso para apreciação dos dois plenários? Então, faríamos principalmente o trato com essas matérias: **royalties**, FPE, FPM, dívida dos Estados e Municípios. É importante que trabalheemos isso nesse novo pacto federativo até porque, meu caro Pimentel, não é possível – e não quero fazer nenhuma comparação – que Estados e Municípios continuem tendo uma dívida com uma taxa de juros que é o dobro da taxa de juros praticada pelo mesmo banco público ou pela mesma agência de fomento, que é o BNDES, quando se relaciona com a iniciativa privada. Então, portanto, é justo que essa distribuição seja feita. Com isso, nós eliminaríamos essa verdadeira romaria de pires na mão na direção do Executivo nacional, para que, através de pressão, um Estado consiga isso; outro, aquilo. Aí vale, numa linguagem que se usa muito, termina prevalecendo quem tem a unha maior, termina subindo na parede. Esse não pode ser o critério da política, muito menos o critério do investimento público no trato com as questões, principalmente, do atendimento às carências em cada localidade no Brasil.

Um aparte ao Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Walter, quero parabenizar V. Ex^a pela aprovação do relatório preliminar do Plano Plurianual de 2012 a 2015, porque, ali, teremos as regras regimentais para que possamos elaborar essa importante peça orçamentária que tem impacto direto nos 5.565 Municípios, nos 26 Estados, no Distrito Federal, na União e também traz uma diretriz para todos os setores da economia brasileira para onde o Estado nacional está direcionando as suas ações. Ao mesmo tempo, quero saudá-lo por essa agenda de interesse do pacto federativo, que passa pelo Fundo de Participação dos Estados, pelo Fundo de Participação dos Municípios, que vai exigir uma grande dedicação inicialmente do Senado Federal. E deveremos ter as comissões permanentes como palco principal desse debate. Estou chegando à conclusão de que criar comissões diferenciadas aqui no Senado Federal só leva ao esvaziamento das comissões permanentes, ao esvaziamento das comissões especiais e a um debate empobrecido. Por isso, quando V. Ex^a encaminha no sentido de que os debates aconteçam nas comissões permanentes, estou de pleno acordo, até porque, para os **royalties** do petróleo, esse foi o caminho que escolhemos e chegamos a bom resultado. Portanto, parabéns pela iniciativa de V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Obrigado, Senador Pimentel.

Para concluir, Senadora Ana Rita, quero só chamar, mais uma vez, a atenção para a importância – e quero insistir – desse novo pacto federativo para a gente ir ao encontro dessa nova proposta de PPA que está sendo apresentada à Casa, um PPA, Senadora Ana Rita, que trabalha com 56,8% para o social. Ao somarmos a isso os investimentos de infraestrutura, algo em torno de 26,3%, estamos falando tranquilamente de mais de 80% dessa nossa capacidade, mais precisamente de 82% de todo o investimento para o próximo período de quatro anos, entendendo a necessidade de chegar à ponta...

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – ... com ações sociais e com ações de infraestrutura.

Portanto, é fundamental que agora esta Casa dê a sua contribuição. A elaboração do novo pacto federativo não pode partir do Governo, Senadora Ana Rita. Tem que partir desta Casa. Os caminhos dessa nova pactuação têm que partir aqui do Parlamento, e deste Parlamento que, particularmente, representa o interesse não só dos Estados, mas também dos Municípios, afinal de contas, não se constituem Estados sem a constituição de Municípios, sem a participação de Municípios.

Por isso, para concluir, quero chamar a atenção para essas questões. Devemos pautar FPM, FPE, di-

vida de Municípios e de Estados, agregar isso a esse novo plano plurianual e, ao mesmo tempo, somar essas iniciativas aos **royalties**, e, de uma vez por todas, um novo pacto federativo no País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

Quero aproveitar a oportunidade também para parabenizá-lo pela audiência pública que realizou no Estado do Espírito Santo, na Assembleia Legislativa. Tivemos a oportunidade de debater com parlamentares capixabas e com lideranças o plano plurianual. Parabéns, Senador!

Em seguida, convido o Senador Wilson Santiago para falar pela Liderança do PMDB, pelo prazo regimental de cinco minutos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, profissionais da imprensa, demais senhores e senhoras, o dever do parlamentar é buscar sempre o aperfeiçoamento do regime democrático. Contribuí enormemente para esse aperfeiçoamento ampliar a participação das bases populares no processo legislativo. Ainda mais democrático se torna o Poder Legislativo quanto maior for a participação municipal no processo orçamentário. Hoje restrito a uma dobradinha Executivo-Legislativo, cumpre dar mais vez às propostas oriundas dos Municípios por meio da participação popular no debate e na votação do Projeto de Lei Orçamentária, anualmente, como nós temos conhecimento, e que é também competência do Congresso Nacional.

Foi com esse objetivo que apresentei, nesta segunda-feira, dia 31 de outubro, o Projeto de Lei nº 661, de 2011, estabelecendo que todas as prefeituras municipais de todo o território nacional poderão oferecer emenda à despesa na proposta de Orçamento da União. Tal emenda, no valor de R\$500 mil, transformada neste momento e corrigida anualmente de acordo com os índices inflacionários, terá que ser elaborada em trabalho conjunto, em todos os Municípios brasileiros, com o Executivo, juntamente com as Câmaras Municipais e, além de tudo, com a representação popular, a população dos seus respectivos Municípios, garantindo maior vinculação das bases locais em todo o processo. Isso é o que se pode chamar de mais democracia no orçamento público brasileiro em todo o território nacional.

Segundo o que se propõe, caberá à Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal receber física e eletronicamente as emendas das prefeituras, apoiadas e referendadas pelas populações dos respectivos Municípios, e apresentar e encaminhar eletronicamente, no prazo determinado, à Comissão

Mista Permanente, cumprindo o que está previsto no § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

Conforme a proposta, durante todo processo de elaboração orçamentária, é proibida a alteração do objeto e do valor das emendas apresentadas pelas prefeituras municipais, com o apoio, repito, da população dos seus respectivos Municípios.

Enfim, visando ao cumprimento do art. 61 da Constituição Federal, Srª Presidenta, a Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal será a autora da emenda enviada pelo Município, sendo escolhida como fonte de recursos das emendas das prefeituras a chamada reserva de contingência.

Srª Presidenta, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, a Constituição de 1988, em prol do exercício da democracia e da soberania popular, compatibilizou, no seu art. 1º, a existência da democracia representativa e da democracia participativa, sem exclusão ou concorrência, mas complementar e harmônica. Assim é o objetivo.

Srª Presidenta, peço só dois minutos para à conclusão.

A peça orçamentária, Srª Presidenta – peço só dois minutos para a conclusão –, é o principal instrumento de trabalho da administração pública, porque é através do orçamento que se verifica quais os planos e metas dos governantes, quais os setores que serão contemplados pelo administrador, quais as suas intenções para com a população, especificamente. Dessa forma, quanto maior for a adequação do orçamento às necessidades do Município, maiores serão os benefícios proporcionados a ela.

Em que pese ser o orçamento público do País uma peça técnico-administrativa, com este projeto de lei, estou convicto de estar contribuindo para o crescimento da participação popular no orçamento do País. Os brasileiros precisam ter instrumentos para participar sistematicamente da elaboração do orçamento público. Ao proporcionar às pessoas a chance de tornarem-se fiscais dos gestores públicos não municipais, no caso específico, já que os demais Poderes Legislativos terão as missões nos demais Poderes no País, ao mesmo tempo, contribuir para a redução da contribuição tão “elastante” e tomando conta do País, que é o que temos acompanhado ao longo dos anos.

Ao submeter ao crivo da população municipal, todo o processo será discutido, elaborado e acompanhado pelos cidadãos dos seus respectivos Municípios, que, de forma organizada, elege sua principal necessidade e, assim, gera uma maior responsabilidade dos chefes dos Poderes Executivos Municipais de todo o território nacional, com a responsabilidade de uso do dinheiro público.

Dentre outras experiências realizadas no Brasil, destaco a experiência de Orçamento Participativo, dentro dessa mesma linha, implantado na cidade de Porto Alegre e até em outros Municípios brasileiros, que conseguiu destaque nacional e internacional, como um dos melhores modelos de administração pública do mundo. E, agora, a ordem é avançar, cada vez mais, ampliando a participação do povo nas decisões dos recursos públicos, com isso, comprometendo, Sr. Presidente, Senador José Sarney, Srs. Senadores presentes e demais profissionais da imprensa... Com essa responsabilidade e com esse compromisso, nós teremos condições, cada vez mais, de não só comprometer o gestor público municipal com a aplicação correta dos recursos públicos, com ações e benefícios que, de fato, atendam diretamente as necessidades da grande maioria da população de seus respectivos Municípios.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Wilson Santiago, a Srª Ana Rita deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, hoje, trago à tribuna um apelo referente a determinadas proposições que tramitam no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, que estão a merecer atenção e, sobretudo, celeridade para que possam se transformar em lei.

A primeira proposta é uma Emenda à Constituição, que aqui no Senado levou o nº 100, de minha autoria, e, na Câmara dos Deputados, o nº 517, de 2010, que autoriza a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

A produção e comercialização de uma série de radioisótopos essenciais na Medicina Nuclear para fins de diagnóstico e para terapia têm o monopólio da União. É o caso, entre outros, do iodo-123 (meia-vida de 13,2 horas); do tecnécio-99 (meia-vida de seis horas) e do samário-153, (meia-vida de 46 horas). Os dois primeiros são usados, por exemplo, na avaliação de funções tireoidianas, e o terceiro é aplicado na terapêutica de pacientes com metástases ósseas.

Foi exatamente essa preocupação que nos levou a apresentar esse projeto. Ele permite que, sob regime de permissão, todos os radioisótopos de uso médico sejam produzidos e comercializados por agentes privados, mantido o controle da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

Como nós vimos, esses produtos possuem meia-vida – são poucas horas de sobrevivência – e são produzidos apenas em São Paulo, atendendo uma região restrita do País. Aqueles que em regiões mais distantes do País necessitarem desse benefício da Medicina Nuclear estarão prejudicados.

A quebra desse monopólio com o controle da Comissão Nacional de Energia Nuclear vai permitir que todos os brasileiros, estejam onde estiverem, em qualquer parte do País, possam receber os benefícios desse avanço da Medicina Nuclear. São doenças graves, como o câncer, por exemplo.

Aqui falamos na terapêutica de pacientes com metástases. São pessoas, portanto, acometidas de gravíssimas doenças que poderão ter oportunidade de sobrevivência se esse avanço for também proporcionado a brasileiros que vivem em outras regiões mais distantes de São Paulo.

Esse projeto foi aprovado, por unanimidade, no Senado Federal e se encontra na Câmara dos Deputados, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. O relator é o Deputado César Colnago, do PSDB do Espírito Santo.

Hoje, conversei com S. Ex^a, que ainda hoje entregou à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, para deliberação, o seu parecer favorável à proposta. Portanto, o Deputado César já cumpriu seu dever, elaborou parecer favorável, e o projeto de emenda à Constituição está pronto para ser debatido e votado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados.

Nós estamos na tribuna exatamente para fazer um apelo àquela Casa, à Câmara dos Deputados, ao Presidente Marco Maia e ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que agilizem os trâmites desse projeto a fim de que ele possa ser votado ainda neste ano.

A outra proposta é de autoria da Deputada Andréia Zito, do PSDB do Rio de Janeiro. É o Projeto de Emenda à Constituição nº 270, de 2008. Garante ao servidor que se aposentar por invalidez permanente o direito aos proventos integrais com paridade. Alcança servidores que já tinham tempo acima dos requisitos exigidos pelas regras impostas, mas que não atendiam aos requisitos de tempo mínimo de contribuição necessário e idade, e que, sendo acometidos de alguma doença grave, tiveram ou terão os seus proventos reduzidos em virtude da proporcionalidade a eles imposta e sem a garantia da paridade. Trata-se dos servidores que ingressaram no serviço público em data anterior à Emenda Constitucional nº 20, ou seja, até 15 de dezembro de 1998, e que, por medida de justiça, deveriam ser contemplados com as garantias ora propostas.

Instalada a comissão especial, existem vários requerimentos solicitando a inclusão desse projeto de emenda constitucional na Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

Nós estamos acompanhando nas redes sociais uma movimentação favorável a que a Câmara dos Deputados delibere com celeridade a respeito dessa proposta.

A outra proposta é o Projeto de Lei Complementar nº 40, de autoria do Deputado Leonardo Mattos, do PV de Minas Gerais.

Esse projeto encontra-se no Senado Federal. No ano passado, em acordo de Lideranças, nós o incluímos na Ordem do Dia como preferência e, posteriormente, por solicitação do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves, o projeto foi retirado da Ordem do Dia e encontra-se com o Senador Lindbergh Farias para relatá-lo.

Tenho conversado com o Senador Lindbergh, que assegura que, brevemente, colocará o projeto para deliberação. Ele está se entendendo com o Governo relativamente à alteração que o Ministério da Previdência propõe, para que o Senado Federal possa deliberar sobre essa proposta, que está na Comissão de Assuntos Econômicos para ser relatada pelo Senador Lindbergh Farias.

Trata-se da concessão de aposentadoria especial à pessoa com deficiência filiada ao Regime Geral de Previdência Social. O projeto reduz o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria das pessoas com deficiência.

Portanto, nós aguardamos o parecer do Senador Lindbergh Farias para deliberação sobre essa matéria de grande importância para as pessoas portadoras de necessidades especiais.

O Projeto nº 11, de minha autoria, estende aos portadores das formas crônicas da hepatite B ou C os mesmos benefícios concedidos pela Lei nº 7.670, de 1988, aos portadores de Aids, como, por exemplo, aposentadoria, auxílio-doença e levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

As hepatites dos tipos B ou C transformaram-se, nas duas últimas décadas, em grandes problemas de saúde pública, não só porque acometem uma importante parcela da população, mas também porque muitos pacientes não se curam e passam a apresentar a sua forma crônica. As formas crônicas desses dois tipos de hepatite exigem tratamento contínuo e prolongado, a fim de se tentar prevenir as suas piores consequências: a cirrose e o câncer de fígado.

O projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, aguardando parecer do Relator, Senador Waldemir

Moka, a quem dirijo também o apelo para que confira celeridade a essa matéria. Trata-se de saúde da população.

Aliás, há pouco tempo, o Presidente Sarney deliberou que nós conferiríamos prioridade a matérias dessa natureza, que dizem respeito à saúde da população, a questões sociais fundamentais como essas a que me referi, que dizem respeito aos portadores de necessidades especiais, sobretudo. E nós estamos na tribuna fazendo esse apelo para que o Senado priorize essas matérias.

Há também projetos que dizem respeito à Previdência Social e aos aposentados. O projeto do Senador Paulo Paim, que modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social, extingue o fator previdenciário para que o salário de benefício, ou seja, a aposentadoria volte a ser calculada de acordo com a média aritmética simples até o máximo dos últimos 36 salários de contribuição apurados em período não superior a 48 meses encontra-se no plenário da Câmara dos Deputados aguardando inclusão na Ordem do Dia. Aliás, essa proposta vem percorrendo um itinerário cheio de obstáculos. Não encontramos, ainda, luz no fim do túnel para que o fator previdenciário possa, enfim, ser excluído da vida dos aposentados brasileiros.

A outra proposta do Presidente da República encontra-se no Senado Federal. Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para sua política de valorização de 2008 a 2023. O projeto foi aprovado no Senado com emenda apresentada pela Comissão de Assuntos Sociais, de autoria do Senador Paulo Paim. A emenda garante aos benefícios mantidos pela Previdência Social o mesmo reajuste e a mesma política de valorização estipulados na lei. Juntamente com a emenda, o projeto retornou à Câmara dos Deputados, onde aguarda inclusão na Ordem do Dia para deliberação sobre essa emenda aprovada no Senado Federal.

Ao final, Sr. Presidente, nesse elenco de matérias consideradas prioritárias em razão do seu alcance social, faço referência à proposta de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que trata dos recursos para a saúde pública.

Com aquiescência do Líder do Governo Romero Jucá, apresentamos o requerimento de urgência, que já foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal e a matéria está na Ordem...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Obrigado, Presidente. Vou concluir.

A matéria está na Ordem do Dia e nós devemos debatê-la no Plenário do Senado Federal para a necessária deliberação ainda este ano, a fim de que possa vigorar imediatamente, já a partir do próximo ano. E é

evidente que nós vamos tentar reabilitar o texto original, de autoria do Senador Tião Viana, do Acre, que determina a fixação de 10% da receita da União para serviços de saúde pública no País. Somando-se aos 12% dos Estados e aos 15% dos Municípios, teríamos um volume de recursos capaz de oferecer condições de um serviço de saúde pública de qualidade ao povo brasileiro.

São essas matérias, Sr. Presidente, que gostaria de destacar como prioritárias e pedir celeridade na apreciação delas. Que sejam realmente tratadas como prioridade absoluta no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para fazer o registro de um fato que aconteceu no último final de semana, quando estive em Boa Vista, Roraima, que foi a assinatura, pela Caixa Econômica Federal e pelo Governo de Roraima, de recursos para o PAC 2, obras de saneamento e abastecimento d'água da capital, Boa Vista.

Estive com o Governador Anchieta Júnior, estive com o Superintendente da Caixa, com a equipe da Caixa Econômica, e nós assinamos contrato que estava programado, que vai elevar o índice de saneamento básico da cidade de Boa Vista para 65%, e o índice de abastecimento d'água para 100%. A capital ficará completamente atendida com rede de abastecimento de água.

Com a área de saneamento chegando a 65%, vamos trabalhar para que, nas próximas edições do PAC 3 e PAC 4, possamos fechar os 100%, tornando-se assim Boa Vista, a capital, totalmente saneada. Nós assinamos convênio no valor de R\$60 milhões para saneamento e R\$15 milhões para abastecimento d'água.

Portanto, gostaria de fazer este registro e pedir a transcrição das matérias: “Jucá garante recursos para água e esgoto em Boa Vista” e “Governo e CEF firmam convênio para 3ª etapa do projeto de esgotamento sanitário”.

Quero agradecer ao Ministério das Cidades, ao Ministro Mário Negromonte e à Presidenta Dilma, que, efetivamente, definiram esses recursos, que nós pudemos levar para Boa Vista, para o Governo de Roraima executar obras tão importantes, que geram empregos e dão atendimento social à população da nossa capital.

Era isso que eu tinha a dizer.

Peço a transcrição das matérias, Sr. Presidente. Obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Governo e CEF firmam convênio para 3ª. Etapa do projeto de esgotamento sanitário

0

2

Curtir: 1

Convênio assinado na tarde desta sexta-feira, 28, no Palácio Senador Hélio Campos, pelo governador José de Anchieta e o superintendente regional da Caixa Econômica Federal, Paulo Bragato, vai permitir que 55% da capital, Boa Vista, seja atendida pelo sistema de esgotamento sanitário.

Com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), da ordem de R\$ 50,6 milhões, o governo executará, via convênio com a Caixa e Ministério das Cidades, a 3ª. etapa do projeto, que beneficiará os bairros Liberdade, Buritis, São Bento, Pricumã e Cinturão Verde.

O alcance dessa terceira etapa será de aproximadamente 6.736 famílias, o que corresponde a mais de 42.130 pessoas beneficiadas. Na primeira etapa do projeto de Esgotamento Sanitário de Boa Vista foram aplicados R\$ 120 milhões; na segunda, R\$ 70 milhões.

Passo além

O senador Romero Jucá, que participou da solenidade, ressaltou o fato de que os recursos para essa terceira etapa não são oriundos de endividamento do estado e sim, a fundo perdido. "Esse foi um passo além dado pelo governador José de Anchieta, que mostrou habilidade para negociar", destacou.

Jucá disse que outras verbas ainda serão carreadas para Roraima, do PAC 3, PAC 4, a fim de suprir as necessidades que o estado tem em termos de infraestrutura. "Roraima está recebendo todas as obras que precisa para se tornar um estado desenvolvido", ressaltou o líder do Governo no Senado.

Decisão de governo

Destacando o fato de, hoje, Boa Vista ser a única capital brasileira que tem a totalidade de suas residências servida com água tratada, o governador José de Anchieta disse ser isso fruto de uma decisão tomada por ele em 2008, logo após haver assumido a gestão estadual.

"Naquela ocasião, nossos técnicos analisaram que o estado tinha capacidade de captar recursos da ordem de R\$ 800 milhões. Apesar das emendas parlamentares, havia limitação para a execução das obras mais urgentes", disse o governador, destacando como ato de coragem a decisão de investir no setor de saneamento básico.

Para Anchieta, com a ampliação e otimização do sistema de abastecimento de água no bairro Cidade Satélite, com recursos da ordem de R\$ 11,4 milhões, só não terá água na torneira de casa quem estiver morando em invasões. "A população de Boa Vista ganha com o serviço de alta qualidade oferecido pela CAER (Companhia de Águas e Esgotos de Roraima)", disse Anchieta.

No Cidade Satélite será construído um novo Centro de Reservação e Distribuição com um reservatório apoiado de 1.800 metros cúbicos e um reservatório elevado de 300 metros cúbicos. Novos poços também serão construídos, além de uma adutora de água de 1.287 metros, implantação de 1.289 hidrômetros e 8.239 metros de rede de abastecimento de água.

Habitação

O governador anunciou a previsão de suprir o déficit habitacional de Boa Vista até o final de 2012. Até lá, terão sido construídas mais 4 mil novas unidades habitacionais dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Hoje existem 880 unidades em andamento.

Roraima foi o estado que mais cresceu na Região Norte, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), especialmente em razão das obras em execução. O governo do estado investe maciçamente em três frentes: primeiro, na geração de emprego e renda via obras de infraestrutura; no saneamento básico, que significa dar qualidade de vida à população; e, em terceiro lugar, a habitação.

Jucá garante recursos para água e esgoto em Boa Vista

8

2

Cont'de 1

Nesta sexta-feira, 28, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB) participou com o governador Anchieta Júnior (PSDB), no Palácio Senador Hélio Campos, da assinatura da 3ª etapa das obras de água e esgoto realizadas, pela CAER, em Boa Vista. O contrato foi firmado com a Caixa Econômica Federal na ordem de R\$ 60 milhões.

Também estavam presentes o Superintendente da Caixa, Paulo Bragato, e o deputado estadual Rodrigo Jucá (PMDB). "Água e esgoto significam saúde para a população. As obras estão em toda cidade e vamos trabalhar, em Brasília, para liberar os recursos. Com PAC - 3 devemos alcançar a meta de oferecer estes serviços em toda capital", disse o senador Jucá.

Na 1ª etapa foram investidos R\$ 120 milhões e na 2ª etapa mais R\$ 70 milhões. "Hoje 65% da cidade de Boa Vista já têm água tratada. Com as novas obras na capital de expansão da rede, e de construção de esgoto, queremos chegar a 100% de água tratada e de esgoto, bem antes da meta do governo federal de 2020", afirmou o governador.

Serão atendidos com a rede de esgoto os bairros Liberdade, Buritis, Pricumã e Cinturão Verde. Com isso, haverá aumento substancial do número de pessoas atendidas pelo sistema de coleta e transporte de esgoto, eliminando as fossas sépticas das residências. Aproximadamente 6.763 famílias serão beneficiadas, o que corresponde a 42.131 habitantes.

O bairro Cidade Satélite será beneficiado com melhorias no Sistema de Abastecimento de Água. A otimização e ampliação do sistema de abastecimento de água também terá investimentos. Serão R\$11.380.000,00 para execução da 1ª fase da 3ª etapa da obra. Serão feitas, ainda, obras de expansão de água e esgoto no bairro São Bento, além da construção de 770 unidades habitacionais.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Posso fazer uma inversão para depois, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pois não.

Em seguida, darei a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.333, DE 2011

Nos termos do art.13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, requero licença

para ausentar-me dos trabalhos da Casa no dia 4 de novembro de 2011, quando estarei, com ônus para a Casa, em Manaus/AM, na qualidade de representante da Comissão e Relator do Código Florestal, participando de audiência com o corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, objetivando instruir o PLS nº 30, de 2011, conforme Requerimento nº 113, de CMA, aprovado em 25-10-2011 (cópia anexa).

Sala das Sessões, de outubro de 2011. –Senador **Jorge Viana**.

REQUERIMENTO Nº 113, DE 2011 – CMA

Requeiro, nos termos regimentais, a indicação dos Senadores Jorge Viana e Rodrigo Rollemberg para

participarem, como representantes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de audiência com a presença do corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA, além de professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, a realizar-se no dia 4 de novembro de 2011, na cidade de Manaus/AM, com o objetivo de instruir a apreciação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2011 (Reforma do Código Florestal).

Sala das Comissões, em 25 de outubro de 2011. – Senador **Rodrigo Rollemberg**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.334, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, Voto de Pe-sar pelo falecimento do jornalista e servidor aposentado da Justiça Federal, em Roraima, Murilo Souza, conhecido como Murilão, ocorrido na noite do dia 27 de outubro último.

Sala das Sessões, de novembro de 2011. – Senador **Romero Jucá**.

REQUERIMENTO Nº 1.335, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, Voto de Pe-sar pelo falecimento do jornalista e professor do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), José Aparecido da Silva, mais conhecido como Zequinha Neto, ocorrido no dia 27 de outubro último.

Sala das Sessões, de novembro de 2011. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os requerimentos lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) –

ORDEM DO DIA

A Presidência designa o Senador Magno Malta Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011**, proveniente da Medida Provisória 541, de 2011.

A pauta consta de um projeto de lei de conversão de medida provisória, e, sendo evidente a falta de número na Casa, nós encerramos a Ordem do Dia,

mandando inscrever a matéria na primeira sessão deliberativa que houver.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 26, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 26, de 2011, que *autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos; altera os arts. 2º e 3º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e a Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 539, de 2011).*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2011, que *constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 10 de dezembro de 1999; dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 541, de 2011).*

3

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Se-

nador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que *autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.*

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

(Sobrestando a pauta a partir de 06.11.2011)

(Pendente de:

– emissão de pareceres da CCJ, CE e CAS)

5

REDAÇÃO FINAL DA EMENDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 638, DE 2010

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do Parecer nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Wilson Santiago) do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que *aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.*

Parecer sob o nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, oferecendo a redação final da emenda apresentada à matéria.

6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011, (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.*

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005,

na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

12

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

13

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.*

14

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz – Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

15

REQUERIMENTO Nº 1.113, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.113, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, do Senador Pedro Taques e outros Senadores, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (susta os efeitos da Portaria nº 1.510/2009, do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o registro eletrônico de ponto).*

16

REQUERIMENTO Nº 1.114, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.114, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

17**REQUERIMENTO Nº 1.115, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.115, de 2011, do Senador Paulo Paim, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

18**REQUERIMENTO Nº 1.121, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.121, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.*

19**REQUERIMENTO Nº 1.122, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.122, de 2011, do Senador Inácio Arruda, *solicitando que, sobre o Projeto Decreto Legislativo nº 593, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.*

20**REQUERIMENTO Nº 1.186, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.186, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 571, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (prioridade a portadores de deficiência na restituição de impostos).*

21**REQUERIMENTO Nº 1.203, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.203, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (extinção da arrecadação das quotas da Reserva Global de Reversão).*

22**REQUERIMENTO Nº 1.208, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.208, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.045, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Rodrigo Rollemberg), *solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2008, a fim de aguardar a deliberação, em Plenário, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2010.*

23**REQUERIMENTO Nº 1.213, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.213, de 2011, do Senador Sérgio Souza, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (a política nacional para os biocombustíveis).*

24**REQUERIMENTO Nº 1.215, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.215, de 2011, da Senadora Ana Rita, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2010, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (venda de medicamentos a aposentados).*

25**REQUERIMENTO Nº 1.216, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.216, de 2011, da Senadora Lúcia Vânia, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos).*

26**REQUERIMENTO Nº 1.218, DE 2011**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.218, de 2011, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, além*

da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (estabelece alíquotas de impostos nas operações interestaduais).

27

REQUERIMENTO Nº 1.219, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.219, de 2011, do Senador Eduardo Amorim, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei da Câmara nºs 39 e 142, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 240 e 510, de 2007, por regularem matéria correlata (exame oftalmológico em recém-nascidos).

28

REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.226, de 2011, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2010, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (piso salarial dos vigilantes).

29

REQUERIMENTO Nº 1.259, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.259, de 2011, do Senador Sérgio Souza, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2011, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Agricultura e Reforma Agrária (exercício da profissão de vaqueiro).

30

REQUERIMENTO Nº 1.265, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.265, de 2011, da Senadora Ana Amélia, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (ausência do trabalhador para comparecer às reuniões escolares dos seus filhos).

31

REQUERIMENTO Nº 1.266, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.266, de 2011, do Senador Romero

Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (diretrizes quanto à administração das quotas anuais de reversão).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu apresentei dois requerimentos de pesar. Pediria que, posteriormente, pudessem ser votados os dois requerimentos. É o falecimento de dois jornalistas do Estado de Roraima, neste último final de semana, figuras importantes, figuras que deixam uma lacuna grande no nosso Estado. Gostaria de votar os dois requerimentos posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Já estão na Mesa e serão encaminhados ao Plenário, na forma requerida por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador José Pimentel, pediria a V. Ex^a para interrompê-lo só para a Presidência comunicar que, para proporcionar pleno acesso a informações sobre a atividade legislativa no Senado Federal e no Congresso Nacional, a Secretaria-Geral da Mesa está disponibilizando, a partir de hoje, dados atuais e históricos consolidados. Todo o acervo desses dados será de pleno domínio público, com documentos e informações sistematizadas sobre a atuação do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Esta é mais uma iniciativa no sentido de promoção da transparência e do amplo acesso a informações relativas ao funcionamento desta Casa legislativa e mais um passo que a Secretaria da Mesa faz no sentido do Programa de Modernização e de Transparência da Casa.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Presidente desta Casa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a Presidenta Dilma Rousseff participa, a partir de hoje, da reunião de cúpula do chamado G20, grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, devendo destacar, mais uma vez, a crescente importância de nosso País no cenário internacional.

O encontro acontece na cidade de Cannes, na França, e tratará principalmente das ações contra a

crise econômica mundial. A posição que o Brasil levará a Cannes é que o G20 deve agir propondo tanto medidas financeiras emergenciais quanto um plano de sustentação do investimento e do emprego, como afirmou a própria Presidenta Dilma Rousseff. Ela dirá que não acredita numa solução para a crise que se valha da velha prática da guerra cambial e da recessão.

A experiência brasileira demonstra que, para solucionar a crise, o foco deve ser no crescimento econômico com redução das desigualdades, além de políticas monetária e fiscal responsáveis.

Sr Presidente, criado no final da década de 1990, nos estertores de sucessivas crises do sistema financeiro internacional, o surgimento do G20 respondia aos novos condicionantes de um Planeta em transformação. As nações em franco processo de desenvolvimento, nesse momento, começavam a se transformar em atores efetivos e relevantes do cenário econômico e político global. Antes restrita a mecanismos como o G7 ou G8, que reuniam apenas as tradicionais potências econômicas, o concerto financeiro mundial instaurado na segunda metade do séc. XX não mais atendia às necessidades do mundo emergente.

Desde então, constatou-se que o fórum adequado para sua discussão deveria englobar o grupo das 20 maiores economias do mundo, agregando 11 países emergentes ao outrora exclusivo clube das nações industrializadas. O 20º membro é o representante da União Europeia.

Assim, reunindo cerca de 90% do PIB mundial e 80% do comércio internacional, líderes desses países têm conseguido ampliar o espectro dessas negociações e alavancado novas questões multilaterais, notadamente aquelas concernentes à nova geografia e à configuração do sistema internacional.

Daí vem a importância da participação e da liderança brasileira nesse processo de reagrupamento de forças.

Dando prosseguimento aos novos ditames da política externa brasileira, iniciada pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – a quem todo o Brasil pede a sua rápida recuperação –, a Presidenta Dilma leva, nesta reunião de cúpula, o pleito pelo prosseguimento das reformas dos organismos internacionais. Ela reforçará o papel fundamental das nações emergentes nesse contexto.

Centrado na busca de uma solução para o problema da dívida de países do bloco europeu – questão que afeta toda a economia mundial e cuja solução depende, fundamentalmente, de um acerto global –, esse novo encontro do G20 ratifica essa nova e revolucionária configuração de forças globais.

Países que diminuíram os efeitos da última crise global, como o Brasil, souberam reforçar suas capacidades de pagamento ao estimular, com medidas tempestivas e firmes, os seus pujantes mercados internos. Aliás, foi a visão e a confiança do Presidente Lula nesse mercado que se tornaram os principais pilares no combate à crise de 2008.

Lembro, aqui, setores da sociedade brasileira que diziam que o Presidente Lula estava levando a nossa economia para uma encruzilhada de difícil saída. Três anos depois, todos comemoram a decisão firme do Presidente Lula, em 2008, ao dizer que não iria enfrentar a crise com o velho receituário do Fundo Monetário Internacional, mas apostando na capacidade empresarial do povo brasileiro, na capacidade dos trabalhadores, das suas instituições, para criar um novo marco legal e um novo parâmetro para enfrentar a crise, gerando emprego, gerando renda e combatendo a exclusão social.

Nesse sentido, diversificando suas parcerias comerciais e fomentando uma escalada de crescimento econômico, ao lado de transparente regulamentação do mercado e ampla solidez bancária, o Brasil deu um exemplo às tradicionais nações desenvolvidas da Europa de como balancear, sem contradições, políticas sociais de geração de emprego e renda com equilíbrio financeiro.

É indispensável, portanto, a ação de todos os governos do G20 para espantar, de maneira articulada e negociada, o quadro atual de instabilidade fiscal e financeira que ronda não somente a União Europeia, mas assombra todo o Planeta.

Deve-se buscar, assim, um acordo para as nações em sérias dificuldades de pagamento de suas dívidas; acordo que não apenas renegocie seus compromissos, mas também garanta, sem graves custos sociais, a recuperação econômica desses países.

Começa a consolidar-se a visão, cada vez mais presente, de que a adoção de remédios amargos e recessivos não atende mais aos anseios das populações desses países, a exemplo das grandes manifestações que há na Grécia, em Portugal, na Espanha, na Itália e também nos Estados Unidos. Está mais do que provado que esse antigo receituário, adotado em larga escala nas décadas passadas, não mais condiz com os novos parâmetros da economia global e transnacional.

Neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso que sejam afastadas tentações como medidas protecionistas arcaicas, envelhecidas, que não contribuem para a solução definitiva do problema e que agravam, sobremaneira, históricas e arraigadas assimetrias na estrutura do comércio internacional.

Como voz ativa e cada vez mais atuante na esfera multilateral, o Brasil assume contornos indisfarçáveis de liderança mundial.

Na iminente reforma da Organização das Nações Unidas, somos postulantes de um assento permanente dentro do Conselho de Segurança, pleito que vem ganhando força e adesão no cenário internacional. Tal reivindicação, Sr. Presidente, mais do que um símbolo do novo *status* que adquirimos no sistema multilateral, é a afirmação da nova configuração de forças que as nações emergentes vêm desenhando.

Dotado de uma tradição pacifista e negociadora e alicerçado por um corpo diplomático reconhecido como dos mais competentes do mundo, o Brasil tem muito a contribuir e a ajudar nos mecanismos internacionais de debate e de implementação de ações de combate à crise.

Nas reuniões multilaterais, graças ao crescimento brasileiro e ao trabalho desenvolvido nos últimos anos, não somos apenas mais uma nação a endossar medidas acertadas pelas tradicionais potências.

Esse quadro, de maneira irreversível, não existe mais. Hoje, somos respeitados e instados a nos pronunciar nas questões mundiais relevantes. Junto com esse novo posicionamento, certamente também virão maiores responsabilidades e deveres.

Como liderança mundial emergente, não nos podemos abster de atuar, notadamente nos fóruns internacionais, com essa dimensão de capacidades.

Sob a liderança da Presidenta Dilma, Sr^a Presidenta, tenho certeza de que avançaremos na superação desses desafios, para que o Brasil continue crescendo, continue se desenvolvendo e continue gerando empregos. Exatamente por isso está em tramitação no Congresso Nacional o programa Brasil Maior, que consiste em um conjunto de medidas provisórias, que estão aqui, nesta Casa; duas delas já foram lidas no Senado Federal, a 539 e a 541; a 540 já está vindo para esta Casa.

Assim, precisamos nos debruçar com a atenção que sempre tivemos aqui, independentemente de sermos de situação ou de oposição, mas com o olhar voltado para os interesses do Estado nacional.

Concedo um aparte ao Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, V. Ex^a ressalta o papel tão importante que a Presidenta Dilma Rousseff desempenhará nestes dias na reunião do G20, que se vai realizar em Cannes. Ontem, testemunhei a cerimônia em que a *Carta Capital* fez uma festa para distribuir a premiação para as dez empresas e empresários mais admirados do Brasil, começando pelo mais admirado neste ano de

2011, o Sr. Eike Batista. Nessa ocasião, a Presidenta Dilma ressaltou a relevância de ela estar às vésperas de ir a Cannes, no encontro do G20, mencionado por V. Ex^a, e de ter tido diálogo tão próximo, olho no olho, com os maiores representantes do empresariado brasileiro. E eu pude ouvir daqueles que ali externaram a sua opinião, inclusive o Sr. Eike Batista, depois de Mino Carta ter agradecido as palavras da Presidência e de a Presidenta ter enaltecido o trabalho da *Carta Capital* e do próprio jornalista Mino Carta, nesses 17 anos da Carta Capital, pois bem, ali, a Presidenta Dilma mencionou que no G20 ela vai expor como será importante que esses países, pelas suas principais autoridades de governo e autoridades econômicas, tomem medidas que levem a economia não à recessão, não ao desemprego, mas que, a exemplo do que tem acontecido com o Brasil, tomem medidas que garantam progresso equilibrado das nações. Acho que ela foi muito bem acolhida por aqueles segmentos que ali, de maneira tão representativa, saudaram-na, cumprimentaram-na, inclusive no momento em que ela falou da visita que havia feito ontem mesmo ao ex-Presidente Lula. Todos ali desejaram a plena recuperação do nosso querido Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Queria registrar que o programa Brasil Maior está chegando ao Senado Federal. Precisamos nos debruçar sobre essa matéria, discuti-la, enriquecê-la e, acima de tudo, ter a clareza de que o programa tem como objetivo proteger a indústria brasileira, nossos empregos, nossa economia e, principalmente, esse fantástico mercado nacional, esse mercado de massas que a sociedade brasileira foi capaz de construir, tendo como pilastra o crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social.

Se analisarmos o programa do Simples Nacional, da micro e da pequena empresa, que lançamos em julho de 2007, após uma aprovação quase unânime do Congresso Nacional, no final da legislatura de 2006, naquele início de processo, tínhamos apenas 1,337 milhão de micros e de pequenas empresas formais no Brasil. Com esse sistema, neste outubro de 2011, estamos chegando a 5,620 milhões de micros e pequenas empresas formais no Brasil. E este setor hoje é responsável por 59% de todos os empregos com carteira assinada que temos no Brasil. E nós discutimos muito a necessidade do primeiro emprego. Normalmente, o primeiro emprego daquele jovem que está saindo do ensino médio ou da universidade dá-se exatamente nas micros e pequenas empresas. É por isso que devemos voltar um olhar especial para esse setor.

E não foi diferente a votação ocorrida no Senado Federal, no dia 5 de outubro, quando, por unanimidade, nós implementamos medidas significativas para que esse setor continue crescendo e se desenvolvendo. Elevamos o teto de enquadramento da pequena empresa de R\$2,4 milhões para R\$3,6 milhões, e os empreendedores individuais – seu registro foi iniciado basicamente em fevereiro de 2010, e hoje já temos mais de 1,8 milhão de empreendedores individuais formalizados no Brasil – tiveram seu teto elevado de R\$36 mil para R\$60 mil. E até o dia 10 de novembro corrente, no retorno de sua viagem à França para acompanhar o G20 – o grupo das 20 maiores economias do mundo –, a Presidenta Dilma deverá sancionar essa lei para que nós possamos ter, em 2012 também, esse setor mais fortalecido para enfrentar os efeitos da crise econômica que atinge as economias centrais e para a qual precisamos nos preparar para que o seu impacto na economia brasileira seja o menor possível.

Queremos continuar gerando empregos. Em 2011, os indicadores que temos recebido do Ministério do Trabalho, do IBGE, dos órgãos que trabalham com esse segmento, demonstram que vamos repetir a geração de mais 2,5 milhões de empregos – comparados com o que tínhamos em dezembro de 2010. Ou seja, a nossa economia repete a performance de 2010 na geração de empregos, e precisamos que, em 2012, continuemos na mesma caminhada, no mesmo passo, para que possamos chegar ao pleno emprego, que é o desejo de toda a sociedade brasileira, das entidades representativas das nossas instituições, dos trabalhadores, dos empresários. É nesse sentido o grande esforço nessa agenda que o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, estão fazendo.

Está na pauta, está na ordem do dia a votação do Plano Plurianual, que vai definir as nossas políticas públicas de investimento e de custeio de 2012 a 2015 e, ao mesmo tempo, definir um conjunto de ações que envolvem os 5.565 Municípios, os 26 Estados, o Distrito Federal, a União e também a iniciativa privada no que diz respeito ao setor de investimentos, às contrapartidas e ao direcionamento deste País.

Por isso, a Comissão Mista do Orçamento, na manhã desta terça-feira, aprovou o parecer preliminar e agora abre o prazo para apresentarmos as emendas de atualização, de inclusão de matérias que são importantes para as políticas estratégicas do Brasil que porventura ali não se encontram. E esperamos, antes do recesso, que é em 22 de dezembro, concluir a votação dessa importante peça orçamentária, sem esquecer o conjunto de ações que dizem respeito ao pacto federativo, como é o exemplo da partilha da nova atualização do Fundo de Participação dos Estados, do

Fundo de Participação dos Municípios – eles também estão elaborando seus planos plurianuais de 2012 a 2015. A exemplo dos Estados, os Municípios terão um prazo maior, porque só em 2013 eles estarão atualizando o seu plano plurianual.

Portanto, Sr^a Presidenta, esse evento que se realiza a partir de hoje lá na França, todo o mundo está olhando, porque nós não podemos permitir que a crise dos países mais ricos venha a prejudicar ou a contaminar a economia daqueles que muito trabalham, a exemplo do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

Durante o discurso do Sr. José Pimentel, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Rita.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr^a Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Pimentel.

Sim, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, como vou ter que me retirar, gostaria de solicitar a votação dos dois requerimentos de pesar que apresentei à Mesa. Se pudéssemos votar agora, eu agradeceria.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Só um minutinho.

Tendo em vista que estão registrados 45 Senadores no painel desta Casa, vamos colocar em regime de votação simbólica os dois requerimentos.

REQUERIMENTO Nº 1.335, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e professor do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, José Aparecido da Silva, mais conhecido como Zequinha Neto, ocorrido no dia 27 de outubro último.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento é do Senador Romero Jucá, Líder do Governo nesta Casa.

Próximo requerimento:

REQUERIMENTO Nº 1.334, DE 2011

Requeiro, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento do jornalista e servidor aposentado da Justiça Federal em Ro-

raima, Murilo Souza, conhecido como Murilão, ocorrido na noite do dia 27 de outubro último.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento também é de autoria do Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, eu agradeço a votação do requerimento e quero apenas registrar, rapidamente, que esses dois jornalistas esqueceram a história de Roraima.

O Professor Zequinha Neto, do Curso de Comunicação Social, foi um companheiro, correspondente do jornal **O Estado de S.Paulo**, atuou em diversos órgãos de imprensa do nosso Estado e, portanto, deixa uma lacuna importante. Gostaria aqui de abraçar a sua família e desejar a todos um conforto, ressaltando que essa perda é uma perda não só da família, mas de todo o Estado de Roraima.

Da mesma forma, o jornalista Murilão, da Justiça Federal em Roraima, era também um homem também ligado à comunicação do nosso Estado. Exerceu diversos papéis em diversos órgãos públicos e também em diversos veículos de comunicação, portanto, merece a nossa homenagem, bem como toda a sua família.

Registro que as duas perdas ocorreram no mesmo dia. Portanto, fica mais pobre a imprensa do nosso Estado.

Agradeço a votação dos requerimentos e transmito os meus sentimentos à família dos dois jornalistas que faleceram.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES)

– Obrigado, Senador.

Estendemos os nossos votos de pesar para as famílias dos dois jornalistas.

Passo a palavra agora para a Senadora Lídice da Mata, que falará pela Liderança do PSB, pelo tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, vou tentar falar dentro do tempo, como o Regimento indica, embora se trate de um assunto um pouco mais longo, já que amanhã, nós temos o feriado de 02 de novembro, o chamado feriado de finados.

Gostaria de deixar registrado aqui, Sr^a Presidente, que na data de hoje se comemora os 510 anos da Baía de Todos os Santos. E eu quero deixar os meus parabéns ao jornal **A Tarde** que editou hoje um belíssimo caderno especial sobre a Baía de Todos os Santos, que vem com uma bela fotografia do Forte São

Marcelo, uma das riquezas históricas da nossa Baía de Todos os Santos.

A importância da Baía de Todos os Santos é mais do que ambiental, é fundadora da nossa identidade cultural. A história da Baía de Todos os Santos se une com o início da história do próprio País. Ela conviveu com diversos ciclos econômicos, regimes, mas mantém uma beleza exuberante, que é marco da nossa terra, fundadora da nossa identidade. E porque é formada, na verdade, por dois golfos, por conta disso que nós nos chamamos baianos, que o Estado da Bahia recebe o seu nome.

Como era tradicional naquele período, foi em 1º de novembro de 1501 que a expedição portuguesa comandada por Gaspar Lemos aportou em Salvador para mapear as novas terras descobertas um ano antes por Pedro Álvares Cabral. Aportou justamente no dia 1º de novembro, que é o Dia de Todos os Santos. Um nome que lhe caiu muito bem e que marcou certamente o espírito do nosso povo. Ali se desenvolveu, além da primeira capital, esse espírito de acolhimento, de hospitalidade que mais tarde, em meados dos anos 40, dos anos 50 os gênios da criação da Bahia, Jorge Amado, Dorival Caymmi, Caribé, Dorival Caymmi em especial, designaram do prazer de morar na boa terra, a Bahia, essa expressão vinculada à sua obra.

A Baía de Todos os Santos é a maior baía do Brasil e é a segunda maior do mundo, com uma extensão de 1.233 km², 800 km² de área, e congrega os Municípios, além de Salvador, de Cachoeira, minha terra, Candeias, Itaparica, Jaguaripe, Madre de Deus, Maragogipe, Salinas da Margarida, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Saubara, Simões Filho e Vera Cruz.

Sua importância, como disse, além de ambiental, pois ela é considerada como área núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, abriga 56 ilhas e, portanto, tem uma importância histórica para o nosso povo. Lá se desenvolveram batalhas históricas para a resistência à ocupação portuguesa e à libertação do Brasil e tem uma grande importância econômica para o nosso Estado, além do importante investimento, o maior investimento da história do Estado da Bahia na sua importância, que está previsto pelo governo do Estado, a ponte Salvador-Itaparica.

Ontem foi registrado aqui esse investimento pelo Senador Walter Pinheiro, um antigo sonho do nosso povo de unir a Ilha de Itaparica à cidade de Salvador, libertando-nos da dependência exclusiva do sistema **ferry boat** e da ligação apenas marítima. É um projeto de R\$7 bilhões, com previsão para se realizar no início de 2014 e ser concluído em 2018, e deverá homenagear a data magna dos baianos, sendo batizada com

o nome Ponte 2 de Julho, numa alusão à data histórica em que a Bahia consolidou a independência do Brasil.

Além da ponte, temos, na Baía do Iguape, que integra a Baía de Todos os Santos, um estaleiro da Petrobras. Também lutamos para que lá se instalem novos estaleiros da Petrobras. Há uma possibilidade, polêmica ainda por todas as razões, inclusive ambientais, da instalação de uma plataforma de petróleo dentro da Baía de Todos os Santos, mas também a sua grande importância turística.

Hoje pela manhã, inclusive, o Senador Aloysio, de São Paulo, falava-me do espetáculo grandioso que é subir o rio Paraguaçu e adentrar a Baía de Todos os Santos, saindo da cidade de Cachoeira para Salvador. Um dos mais belos passeios do nosso País.

Nesse sentido, o Prodetur Nacional investirá mais de US\$84 milhões na Baía de Todos os Santos, valorizando essa zona turística do nosso Estado. A ideia é consolidar na Baía de Todos os Santos toda a sua vocação náutica e cultural, consolidando, portanto, um destino competitivo nos mercados nacional e internacional do turismo.

Os investimentos são dirigidos pelo reconhecimento de que se trata de uma região com grande atração de fluxo turístico, que hoje é o polo de referência do Ministério do Turismo, com a experiência de polo náutico para a Baía de Todos os Santos, desenvolvendo, portanto, o turismo náutico no Brasil.

As principais ações que serão desenvolvidas pelo Prodetur são a implantação e requalificação de atracadouros; terminais náuticos e hidroviários; atração de investimentos privados; estímulo à implantação de marinas privadas; bases de *charters* e receptivos turísticos; a recuperação do patrimônio histórico cultural, a escola agrícola de São Francisco do Conde, o museu Wanderley de Pinho, em Candeias; o quartel de bombeiros; o Centro Histórico de Salvador; qualificação profissional e capacitação empresarial voltados para produção associada ao turismo, no plano artesanal as máscaras de Maragogipe, a cerâmica, a renda de birô e produção de doces.

Na qualificação profissional e capacitação empresarial na área de fabricação de barcos esportivos, equipamentos e complementos dos barcos temos, como embarcação da Baía de Todos os Santos, os saveiros, um tipo único de embarcação, não existe em nenhum outro Estado do Brasil. Temos jangadas, como todo o Nordeste, mas temos especialmente, como embarcação típica da Baía de Todos os Santos, os saveiros; estímulos à cadeia produtiva, com isenção de ICMS para exportação de embarcações de recreios adquiridas e exclusivamente por empresas prestadoras de serviço de aluguel e turismo, isenção total de ICMS na

produção de embarcações de recreio pelo Estado da Bahia; redução de carga tributária para 7% na comercialização de embarcações de recreio, esporte produzido no Estado da Bahia; isenção de ICMS na produção de componentes, partes e peças de produtos ligados à náutica de lazer realizada no Estado da Bahia e demais incentivos à cadeia produtiva e interiorização do turismo naquela região da Baía de Todos os Santos.

Quero, portanto, deixar aqui registrado para o Brasil inteiro essa importante data para o Brasil, para os brasileiros, mas especialmente para os baianos, que são os 510 anos da Baía de Todos os Santos.

Também, Sr^a Presidente, rapidamente quero registrar os 50 anos da Universidade Católica de Salvador, uma importante instituição de ensino do nosso Estado, ligada à Igreja Católica, com participação também importante na história da educação e na história política da Bahia, dando os meus parabéns a todos os alunos daquela universidade, especialmente aos seus dirigentes, o Grão-Chanceler Dom Murilo, que é o Arcebispo e Primaz da Bahia, e ao Reitor Prof. José Carlos Almeida da Silva e toda a reitoria da Universidade Católica de Salvador, a sua Vice-Reitora, grande professora e amiga, Liliana Mercuri de Almeida, e todos os estudantes daquela universidade.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senadora Lídice.

Passo a palavra ao Senador Anibal Diniz. Em seguida, ao Senador José Agripino.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Rita, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, ocupo a tribuna nesta tarde para fazer um registro sobre a multiplicação dos pequenos empreendimentos no Estado do Acre e para, ao mesmo tempo, voltar a destacar a importância dos pequenos empreendimentos para a economia do Estado do Acre e do nosso País. A expansão dos pequenos negócios contribui imensamente para o aumento dos empregos formais, dando dignidade a milhões de brasileiros de todas as regiões.

Na última sexta-feira, tive o privilégio de acompanhar o Governador Tião Viana em uma viagem, via terrestre, de Rio Branco até Cruzeiro do Sul. Nessa viagem, o Governador Tião Viana anunciou, em definitivo, que a BR-364 não mais seria fechada no inverno. Vivemos uma situação de isolamento que dura desde sempre na história do nosso sofrido Acre. A BR-364, de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, obra iniciada pelo Presidente Juscelino Kubitschek na década de 60, continua desafiando governos até hoje. Graças a Deus,

ao esforço do Presidente Lula, ao apoio que estamos recebendo por parte da Presidenta Dilma e também ao esforço incansável do ex-Governador Jorge Viana e do ex-Governador Binho, podemos ter a esperança de que, em 2012, essa obra será definitivamente concluída pelo Governador Tião Viana. Se Deus quiser, haverá uma agenda muito especial em 2012, com a presença da Presidenta Dilma, do Governador Tião Viana e do Ministro dos Transportes, fazendo a entrega definitiva dessa obra, concluída, para interligar definitivamente os vales do Acre, do Purus, do Envira e Tarauacá, Tarauacá e Envira, e, por último, a região do Juruá, de Cruzeiro do Sul e de todos os Municípios vizinhos.

A ação que o Governador Tião Viana anunciou, na última sexta-feira, objetiva justamente esse trabalho de ligar os últimos noventa quilômetros que estão faltando para a pavimentação. Ele fez ali um tratamento especial, de tal maneira que vai ser possível assegurar a trafegabilidade no inverno. Nos anos anteriores, com todo o esforço do Governador Jorge Viana e do Governador Binho, era possível a trafegabilidade durante o verão, mas a rodovia era interrompida durante o inverno. Agora, o Governador Tião Viana teve uma atitude muito ousada de assumir o desafio de garantir que não mais será interrompida a BR-364 durante o inverno. Esse não é um desafio pequeno, porque na região chove muito, o solo é muito frágil, e o tratamento tem de ser acompanhado com muita precisão pelas empresas e pelo Deracre, sob pena de esse objetivo não ser cumprido. Mas, se Deus quiser, vai dar tudo certo, e a BR-364 será, sim, aberta para o tráfego durante todo o inverno, para o bem de toda aquela população, que precisa de produtos, que precisa também dessa interligação, que proporciona que as famílias se visitem.

Dessa maneira, o Governador Tião Viana está prestando um grande serviço a essa comunidade. Ao mesmo tempo em que o Governador fez essa agenda simbólica, compartilhada pelo Presidente da Assembleia Legislativa, por vários Deputados, por empresários, pela associação comercial, por microempreendedores, ao fazer o anúncio de que a BR-364 não seria mais interrompida, o Governador fez a entrega de kits de pequenos empreendimentos. Isso é algo muito interessante, porque, ao mesmo tempo em que se fala de uma obra de milhões – verdadeiramente, é uma obra superior a R\$1 bilhão, com investimentos do Governo Federal –, a ação do governo mostra toda a sensibilidade para com os pequenos, aqueles mais humildes, aqueles que mais necessitam.

Então, houve todo um trabalho do Governador Tião Viana, primeiro, criando a Secretaria de Pequenos Negócios. Ele estava absolutamente sintonizado com o discurso da Presidenta Dilma de que seria criado o

Ministério da Pequena Empresa. E ele criou a Secretaria de Pequenos Negócios, e essa Secretaria tem feito um trabalho muito interessante.

Esses pequenos negócios urbanos e rurais são resultado dessa ação da Secretaria de Pequenos Negócios do Acre, criada em fevereiro de 2011. Essa Secretaria trabalha para fomentar, apoiar e fortalecer iniciativas populares por meio de empreendimentos socioeconômicos, atuando como ferramenta de inclusão social. O objetivo é dar prioridade de atendimento aos beneficiários do Bolsa Família inscritos no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico). E, dessa forma, oferecem-se cursos de capacitação e de acompanhamento dos investimentos, para garantir também o sucesso das empresas criadas. Como disse hoje o Senador Casildo, muitas iniciativas nascem e, pouco tempo depois, morrem. Então, há um trabalho do Governo do Estado, juntamente com o Sebrae, para garantir que essas empresas, esses microempreendimentos tenham vida longa.

Com isso, incentiva-se a criação e o fomento de pequenos negócios; reduz-se a taxa de mortalidade desses empreendimentos; formaliza-se, por meio da figura do empreendedor individual, um maior número possível de pequenos negócios informais; e se estabelece uma política de microcrédito para os pequenos negócios.

Veja que interessante: ao mesmo tempo em que o Governo do Estado oferece, por exemplo, um kit salão de beleza, ele está criando as condições para um microcrédito, para que aquelas mulheres beneficiadas por esses microempreendimentos também tenham acesso ao crédito para comprar seus insumos, o esmalte, a acetona, todos os equipamentos que vão ser utilizados.

É por meio da Secretaria de Pequenos Negócios que o Estado torna disponível mais geração de postos de trabalho e renda. É também por meio da Secretaria que o Estado está cumprindo a sua meta de ser a porta de emancipação para os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Essa Secretaria é uma ferramenta de autonomia e de independência, uma vez que o Programa cumpre seu papel emergencial de atender pessoas de baixa renda. A missão de apoio aos microempreendedores e às microempresas é uma só, a de criar, apoiar e fortalecer pequenos negócios individuais e coletivos, para que tenham fonte de renda perene e sustentável por meio de ações articuladas de produção, de industrialização e de comercialização.

É muito interessante também, Senadora Ana Rita, o fato de que, a cada curso de formação, por exemplo, de um grupo de manicures, é feita a seguinte pergunta quando se está chegando ao final do treinamento:

“E, agora, como vai ser?”. A resposta é bem objetiva: “Agora, você é uma profissional, vai ganhar dinheiro, vai instalar o seu salão e vai vender seu serviço como profissional”. A resposta que a gente ouviu de várias manicures já formadas é a seguinte: “Agora, tenho dignidade; agora, eu me sinto uma profissional”. É grande o investimento feito? Não, é pequeno. Um *kit* desses custa menos de R\$1 mil e pode oferecer dignidade plena a uma família ou a uma pessoa, que vai passar a trabalhar dignamente para sustentar a sua família.

Assim, no Município de Manoel Urbano, houve 69 beneficiárias, com um investimento total de R\$55 mil em 184 equipamentos destinados às atividades de corte e costura, de manicure e de salão de beleza. Em Cruzeiro do Sul, na zona urbana, houve outros 102 beneficiários, com investimentos de R\$75 mil em 168 equipamentos para as mesmas áreas de produção. A zona rural da região de Cruzeiro do Sul contou com um benefício a 120 famílias, que receberam *kits* de escalada para a extração de óleo vegetal, painéis para extração de óleo vegetal, colmeias para a produção de mel de abelha sem ferrão e estufas e viveiros.

Tudo isso é reflexo dessa Secretaria de Pequenos Negócios, que tem feito um trabalho fundamental na comunidade. Nesse sentido, faço questão de citar aqui o nome da Sílvia, que é uma pessoa completamente abnegada, que está dentro das comunidades, acompanhando as famílias e selecionando as famílias que serão beneficiadas. Tudo isso é acompanhado pelo Secretário Reis.

As ações em favor do pequeno negócio fazem parte da estratégia do Estado para o desenvolvimento do Estado, com o apoio ao setor produtivo, através de açudes, estradas e mecanização agrícola, sem deixar de lado os incentivos às microempresas.

É muito impactante perceber que pessoas antes sem perspectiva de vida mudam seus horizontes por meio de cursos de manicure, de corte e costura, de pequenos negócios.

Foi emocionante, no último fim de semana, ouvir de um pequeno empreendedor que a Secretaria criada pelo Governo da Frente Popular não é a Secretaria de Pequenos Negócios, mas é a Secretaria de grandes sonhos, porque consegue fazer com que o sonho das pessoas de terem seu próprio negócio se torne realidade.

Neste mês de novembro, o Governo do Acre pretende entregar aproximadamente 400 pequenos negócios, depois de ter investido no diagnóstico do negócio e na capacitação. Vamos seguir adiante, investindo, financiando e acompanhando esses empreendimentos.

Tudo isso, Sr^a Presidente, é fundamental que a gente reforce, porque há um consórcio de ações: ao

mesmo tempo em que se investe no pequeno produtor, na agricultura familiar, ao mesmo tempo em que se busca a certificação das propriedades para que elas estejam ambientalmente corretas, para que elas estejam adequadas aos desafios de aumentar a produção sem agredir o meio ambiente, há essa preocupação com quem está na cidade.

Também em Manuel Urbano, fizemos uma visita muito interessante ao agricultor Rafael Rutemberg Alves, que chegou ao Acre. Coincidentemente, ele é um capixaba, veio do Espírito Santo e está no Acre há doze anos. Ele levou do Espírito Santo para o Acre uma cultura que não é própria de lá: a agricultura do café. Com a força de seus braços e a de sua família, ele já conseguiu plantar quinze hectares de café do tipo Conilon. Esse agricultor, da sacada de sua casa, acompanha hoje os trabalhos de mecanização que estão sendo desenvolvidos a partir da política de apoio ao pequeno produtor do Governo do Estado do Acre. Esse empreendimento na mecanização conta com o apoio de recursos do Fundo Amazônia. O agricultor se diz impressionado com a rapidez das máquinas, que, em poucas horas, são capazes de fazer o trabalho que ele demorou uma década para fazer. Imagine o quanto a autoestima desse agricultor foi elevada a partir do apoio do Governo, que chega lá para dizer: “O senhor entra com sua força de trabalho, com sua disposição, e o Governo vai ajudar com equipamentos, para que o seu trabalho seja diminuído”.

O Sr. Rafael ficou completamente surpreso com o conjunto dos acontecimentos, inclusive com a visita do Governador. Ele disse, com suas próprias palavras: “É a primeira vez que vejo um Governador visitar a casa de um produtor. Eu sei que na cidade tem muitos problemas para resolver, e a gente acaba ficando para depois, mas, aqui, no Acre, a gente tem vez”, afirmou ele, ao receber o Governador Tião Viana na última sexta-feira, na sua casa.

Então, é um experimento que nos gratifica muito. Fazer política, participar da política e saber que a política é feita com o propósito de melhorar a vida das pessoas é algo que nos energiza muito. A gente se sente energizado quando visita uma comunidade e sente que essa comunidade vê esperança na presença daqueles que fazem política e buscam fazer com que a política seja conduzida para o bem, para a produção do bem comum.

Os recursos do Fundo Amazônia, não reembolsáveis, foram aprovados pelo BNDES para o projeto Valorização do Ativo Ambiental Florestal. O objetivo dessa iniciativa, com duração de 36 meses, é fortalecer e ampliar a atual política pública estadual de valorização do ativo ambiental, por meio da gestão territorial

integrada, de ações de fomento às cadeias produtivas florestais e agroflorestais e de incentivo técnico e financeiro aos serviços ambientais.

Como é comum na zona rural, os filhos dos produtores constituem família, e a propriedade vai sendo recortada. O caso da família de Rafael Alves não é diferente: cada filho já é responsável por dois hectares de café, para manter a cultura e levar adiante a tradição da família.

O cultivo de café Conilon na região é algo relativamente novo. No Ramal São João, são doze famílias que investem nessa cultura, que é a principal atividade econômica. Na última safra, o Sr. Rafael e sua família colheram 700 sacas de café e venderam ao preço de R\$80,00 cada uma delas, alcançando um faturamento de R\$56 mil nessa safra de café.

Segundo informações do Secretário de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar, Lourival Marques, além da mecanização para melhorar a produtividade, os produtores familiares beneficiados pelas ações do Fundo Amazônia recebem também assistência técnica.

Vale dizer que a nossa Embrapa está diretamente acompanhando esse cultivo, a ação dessa família.

A intenção, segundo o Secretário Lourival Marques, é apoiar essas famílias também no melhoramento genético da variedade de café Conilon, para agregar mais valor à produção. O apoio deverá ser buscado ainda mais junto à Embrapa. Hoje, por exemplo, a produtividade de Rafael Alves é de 17,5 sacas por hectare, quando a média deveria ser de, no mínimo, 25 sacas por hectare. Esse desafio deverá ser vencido com a mecanização, que está sendo levada ali com o apoio do Governo do Estado.

Então, Sr^a Presidente, Srs. Senadores, trago aqui esse registro com muita alegria. Há um ditado africano que diz que pequenas coisas acontecendo em lugares aparentemente insignificantes podem gerar grandes resultados para a humanidade. Acredito muito que vamos tornar o nosso Brasil cada vez melhor, quando olharmos com mais atenção para aqueles que mais necessitam e que podem melhorar sua **performance** a partir do apoio governamental, a partir de políticas públicas que deem condições para que essas famílias melhorem sua produção, sua qualidade de vida e sua renda e, dessa maneira, sejam mais felizes. Também temos de nos preocupar em fazer política pensando na felicidade coletiva.

Dessa forma, é muito mais prazeroso fazer política, e a gente se sente muito mais realizado por pertencer ao Parlamento do País e, ao mesmo tempo, por acompanhar o Governo da Presidenta Dilma e o Governo do Governador Tião Viana, que estão preocupados em melhorar a qualidade de vida das pessoas

e em fazer com que, cada vez mais, haja menos pessoas em condição de pobreza absoluta no nosso País.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Com prazer, Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero cumprimentá-lo pela análise que faz hoje e que tem feito sistematicamente das medidas muito bem tomadas pelo Governador Tião Viana, sobretudo em coordenação muito próxima com a Presidenta Dilma Rousseff. V. Ex^a, a cada semana, tem-nos dado aqui um balanço desse avanço, inclusive da maneira como os programas sociais têm sido colocados em prática. Eu queria transmitir-lhe que, muitas vezes, o Senador Tião Viana me disse: “Quem sabe possamos, no Acre, um dia, realizar a experiência da Renda Básica de Cidadania!”. É importante que o Acre seja um exemplo daquilo que a Presidenta Dilma ressaltou, a chamada busca ativa, para, em entendimento com os governos estaduais, fazer com que toda e qualquer família que porventura tenha condições de estar inserida no programa Bolsa Família seja, efetivamente, incluída nesse programa. Pode estar essa pessoa longinquamente na floresta, no seio de um quilombola, onde for, mas ela vai ser atingida. E quem sabe, depois desse passo tão significativo, possamos pensar no caminho da Renda Básica de Cidadania? Quero me colocar à disposição, assim como tenho feito em São Paulo. Senador Anibal Diniz, acabo de ser informado pela imprensa que, ontem, a Presidenta Dilma fez um apelo à Senadora Marta para que ela eventualmente abrisse mão de participar das prévias, em favor do atual Ministro Fernando Haddad. Não sei qual será a resposta da Senadora Marta Suplicy, que tem ido muito bem nos debates, nas plenárias, nas 33 regiões zonais do Município de São Paulo. No próximo fim de semana, haverá as três finais, em Vila Matilde, em Guaianases e em mais um local. Tem sido formidável o diálogo entre nós, os cinco pré-candidatos. Com uma atitude muito respeitosa e construtiva, todos nós temos aprendido uns com os outros. Em cada plenária, tenho dito a todos os presentes: “Quem de vocês recomenda a qualquer de nós que seja o vencedor que faça de São Paulo um exemplo pioneiro da Renda Básica, em cooperação com o Governo do Estado de São Paulo, com o Governo de Geraldo Alckmin hoje, e com a Presidenta Dilma Rousseff?”. Normalmente, todos os presentes – às vezes, são 300 ou mais de 400 – têm levantado a mão e aplaudido positivamente. Então, creio que, em breve, isso será realizado em São Paulo, no Acre, em nosso País. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Suplicy, por seu aparte, que será integralmente incorporado ao meu pronunciamento.

Quero dizer que, certamente, poderemos conversar com o Governador Tião Viana e fazer uma nova agenda com o Senador Suplicy, visitando-nos no Acre, dando-nos a honra da sua visita. E quem sabe possamos articular em conjunto a implantação de uma renda mínima, para dar dignidade plena aos nossos pobres do Acre! Muito obrigado.

Vamos continuar lutando muito, para que essa dignidade venha mesmo por força do trabalho, com o apoio aos micro e pequenos negócios.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Obrigada, Senador Anibal. Parabéns pelo seu discurso.

Passo a palavra agora ao Senador José Agripino, pela liderança do DEM, por um prazo regimental de 20 minutos.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Se o Senador Agripino me permite, gostaria só de perguntar à Presidenta se sou o próximo.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Senador, pela ordem de inscrição, o senhor não é o próximo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Entre os que estão no plenário, sou o próximo?

A SRA. PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco/PT – ES) – Entre os que estão no plenário, ainda há o Senador Aloysio Nunes, que se inscreveu como liderança – na verdade, não está aqui no momento, mas pode ser que retorne –; o Senador Randolfe, que está no cafézinho e que também se inscreveu como liderança; eu, que estou inscrita. Depois seria o senhor, porque os demais não estão aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Presidenta.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a merece, Senador Paulo Paim.

Sr^a Presidente Ana Rita, gostaria de falar hoje sobre uma coisa que está indignando o País de forma repetida. Quero referir-me aos erros sucessivos que são cometidos e que se repetem, pelo fato de não haver punição, ou seja, às causas que determinaram o cometimento de equívoco que prejudica milhares de estudantes pelo Brasil.

Senador Paulo Paim, 1962 foi para mim um ano marcante. Para muitos, para o mundo inteiro, foi marcante, porque naquele ano foi assassinado John Fitzgerald Kennedy. Mas para mim, pessoalmente, foi um

ano de muito estresse porque foi o ano em que fiz o vestibular de Engenharia. E todos sabem que o ano do vestibular é o ano em que o estudante coroa o esforço, no meu tempo, do curso primário, do curso ginásial e do curso científico – hoje, primeiro e segundo graus –, em busca de uma vaga na universidade. É tudo ou nada. É uma disputa renhida de competência, de talento e que gera estresse.

O vestibular leva o estudante à faculdade de Direito, de Medicina, de Engenharia – eu fiz Engenharia – e dá oportunidade a que o jovem se encaminhe na vida.

Há uma coisa que, ao longo do tempo, foi aperfeiçoando o processo de vestibular. Lembro que muitos amigos meus ou filhos de amigos meus passaram a fazer vestibular... Por exemplo, se queriam fazer Medicina, faziam em Natal, em Campina Grande, em João Pessoa, em Recife, em Fortaleza e, às vezes até, em Maceió ou em Salvador, para tentar passar e ingressar numa daquelas faculdades.

O Enem foi uma coisa bem pensada que, para democratizar oportunidades, se criou. Bem pensada! O que é o Enem? É uma espécie de vestibular, é um exame que teoricamente tem que ser bem feito e sigilosamente guardado, para, em um dia, ser aplicado nas escolas de segundo grau do Brasil inteiro, para dar oportunidade a que jovens espalhados por toda parte neste Brasil, pela pontuação obtida nesse concurso, no exame do Enem, possam preencher uma vaga dentre as vagas oferecidas pela faculdade de Direito de Campina Grande, pela faculdade de Engenharia de Ribeirão Preto, pela faculdade de Economia do Rio de Janeiro, que podem oferecer 50% das suas vagas, 20% das suas vagas, 10% das suas vagas, mas oferecem vagas para aqueles que prestam concurso ou fazem o exame do Enem, de forma democrática e espacialmente distribuídos no Brasil inteiro. Uma coisa bem feita, bem pensada.

Ocorre, no entanto, que a par de ter o exame do Enem sido iniciado há três ou quatro anos, o cometimento de erros, Senadora Ana Rita, que vem prejudicando – e prejudicando muito – milhares de estudantes do Brasil, não tem merecido um posicionamento firme por parte do Ministério da Educação, com vistas à identificação das razões da culpa, à identificação dos culpados e à punição exemplar.

Digo isso, porque, neste momento, vive-se, pela terceira vez, uma rodada de discussões. A escola Christus, de Fortaleza, no Ceará, entre algumas centenas ou milhares de escolas de segundo grau no Brasil, realizou o exame do Enem, com a inscrição de seus estudantes, que fizeram o exame, habilitando-se a ocupar vagas oferecidas pelas faculdades A, B ou C, que ofereciam 10%, 20%, 30%, 40%, 50% de suas va-

gas para os aprovados no Enem. As outras eram para aprovados em exame de vestibular, ou para quotas de outra natureza, ou para estudantes do PAS, para que esses estudantes pudessem se habilitar.

O que aconteceu agora, desta vez, na escola Christus, de Fortaleza? Descobriram que treze das questões haviam vazado, haviam sido antecipadas e que, na escola Christus, o processo do exame do Enem estaria claramente viciado.

O que o MEC fez? Em vez de curar a febre, quebrou o termômetro; em vez de tomar uma medida dura... Onde é que residiu o dolo? Quem foi o responsável? Quem é o responsável? É o Inep, o órgão do MEC que cuida do Enem? Quem é no Inep que cuida do Enem? Quem é no Inep o responsável por isso, para que se aplique uma punição exemplar, para que isso não se repita, como ocorreu no ano passado e no ano retrasado?

Não é a primeira vez que ocorrem vazamentos, fraudes, incompetências burocráticas. Todo ano é a mesma cantilena. Uma coisa importantíssima, que é o exame do Enem, todo ano vício, todo ano polêmica. E o MEC, em vez de ir direto ao ponto para identificar os culpados, para aplicar punição nos culpados para que não se repita o erro, agora está brigando com a Justiça. Porque o MEC, num primeiro momento, resolveu anular as treze questões para a escola Christus.

Quem é que assegura que coisa semelhante não aconteceu nas escolas A, B, C e D ou mesmo no Brasil inteiro? Quem é que assegura que esse vazamento não ocorreu em outras escolas do Brasil? E foi assim pensando que a Justiça Federal decidiu – decisão judicial da Justiça Federal do Estado do Ceará – anular para o Brasil inteiro aquelas questões.

E aí está feita a confusão. Com prejuízo para quem? Para os estudantes, que não podem levar a culpa nem pagar a conta da incompetência do Ministério da Educação. São os estudantes que estão pagando a conta, e eles estão indignados por este Brasil afora pelo fato de uma coisa bem imaginada, bem pensada, estar provocando uma enorme barafunda.

Em vez de curar a febre com o remédio certo, quebram o termômetro. O que o MEC deveria ter feito no caso do ano passado, no caso do ano atrasado e neste caso era instaurar um processo de investigação sobre o Inep ou sobre quem quer que seja, para ver onde está a culpa, quem são os responsáveis, para que não se repita esse vício que está se recuperando a cada ano, prejudicando a todos. Deve-se curar a febre com remédio, não quebrando o termômetro.

Trago este fato para dar voz à indignação que recolho de muitos jovens do Brasil inteiro, inclusive do

meu Estado. Eles estão indignados com a repetição sistemática dos erros e das fraudes do Enem.

Ouçó, com muito prazer, o aparte do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP)

– Meu caro amigo Senador José Agripino, o discurso de V. Ex^a é absolutamente irresponsável. Eu apenas acrescentaria o nome e o sobrenome desse Ministério da Educação: Fernando Haddad, que é o candidato do Presidente Lula e que será provavelmente o candidato do PT à Prefeitura de São Paulo – digo provavelmente porque a Senadora Marta Suplicy, neste momento, é vítima de uma operação de esquitejamento em praça pública. Então, tem nome e sobrenome quem fez essas trapalhadas: o responsável por essas trapalhadas é o Ministro da Educação. E o grave é que querem impingir o Sr. Fernando Haddad à população paulistana como Prefeito da cidade, justamente ele, que não dá conta de organizar o Enem. Se, nesses quatro ou cinco anos seguidos, ele conseguiu desmoralizar o Enem, como ele fará para gerir o sistema de transporte de São Paulo? A educação, em São Paulo? O problema do comércio clandestino? Enfim, os problemas das grandes cidades, que V. Ex^a tão bem conhece. De modo que o único adendo que eu faria ao discurso oportuno, contundente, preciso, que V. Ex^a faz, é sublinhar o nome e o sobrenome do responsável por essas trapalhadas: Fernando Haddad.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Senador Aloysio Nunes, V. Ex^a, com precisão cirúrgica, coloca um fato que, ao final, eu ofereceria como conclusão, porque é preciso que se cobre responsabilidade de quem tem a responsabilidade.

V. Ex^a fez vestibular de Direito. Eu fiz vestibular de Engenharia. Eu me lembro demais. De Direito, na sua época, nós somos quase da mesma idade, existiam algumas dezenas de faculdades pelo Brasil, como de Engenharia existiam algumas dezenas de faculdades pelo Brasil. Os vestibulares eram instituições seriíssimas. Não se ouvia falar de fraude, de vazamento de informação; era raríssimo isso acontecer. Era, veja bem, faculdade por faculdade, escola por escola, Estado por Estado.

Você faz agora o exame do Enem concentrado num único responsável. Antes, eram responsáveis pelos vestibulares as faculdades individualmente. Agora, é um órgão único. É muito mais fácil estabelecer o controle e manter o controle sob rígida investigação: manter numa caixa fechada e soltar no dia certo, se a coisa for feita com competência. Se houver competência, se houver cuidado na condução de um processo que, em última análise, remete às faculdades a elite

da juventude brasileira. Está-se brincando com a elite da juventude brasileira.

Senador, sabe por quê? O que é que vai acontecer? A sua faculdade de Direito, como a minha de Engenharia, seguramente oferecem vagas no seu curso de Direito ou no meu curso de Engenharia. Quanto por cento? Não sei, 10%, 20%, 30%, 40%, 50%. Uma parte das vagas está destinada para os eleitos, os aprovados no curso do Enem. Essa lambança repetida nos exames do Enem está levando a quê? Ao descrédito no processo.

É um direito da sua faculdade e da minha diminuir. “Não, eu estou fora, vou voltar ao meu processo de vestibular. Não vou entregar mais 50%; vou entregar 5%, para dar um crédito de confiança.” Quem é que perde com isso? O processo, o dinheiro público que está sendo gasto com uma coisa que está sendo malfeita. Produto de quê? De incompetência, de falta de responsabilidade, e daqueles que insistem em, vou repetir pela décima vez, curar a febre quebrando o termômetro.

Senador Aloysio Nunes, eu acho que a nossa obrigação aqui, ao fazer Oposição, é denunciar o malfeito e cobrar resultados.

A Justiça do Ceará tomou a decisão e o Governo está anunciando que vai recorrer ao TRF de Recife para decidir se vale ou não a anulação que o Ceará decretou para o Brasil inteiro.

Para com isso!

O que o Ministério tem que fazer, em vez de ficar numa querela com a Justiça, que agiu com correção, é instalar o processo para correção daquilo que lhe compete; é encontrar o erro dentro de casa e não ficar brigando com a Justiça, procurando bode expiatório para a culpa que é dele. O Ministério de Educação tem que entender que está prejudicando milhares de jovens brasileiros, com a sua incompetência repetida ano após ano.

O que trago nesta tarde de hoje é esse meu protesto em nome da juventude. Eu acho que não custa dinheiro agir. O que custa é competência. Se não tem competência, que se demita, mas que não se prejudique a juventude do Brasil.

Era o que tinha a fazer, com a manifestação claríssima de que o meu Partido vai ficar acompanhado este assunto com a devida atenção, porque isso diz respeito à qualidade no ensino, diz respeito a uma coisa boa que foi feita e que está sendo mal praticada e diz respeito ao próprio futuro do Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, a Sra. Ana Rita deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra a Senadora Ana Rita.

A SRA. ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com emoção, mas também com muita confiança, que ocupo a tribuna, hoje, para expressar, Senador Aloysio Nunes, o meu carinho, admiração, solidariedade e apoio ao companheiro Lula que, ontem, iniciou mais um grande desafio: o tratamento contra o câncer de laringe.

Faço questão de, neste pronunciamento, deixar o abraço fraterno e caloroso do povo capixaba ao Presidente Lula e à sua família, aos filhos, netos e a dona Marisa, que o acompanham nesta luta. Luta que, tenho absoluta certeza, será vencida com a mesma força e determinação que Lula sempre demonstrou para enfrentar adversidades, com o mesmo otimismo que encara a vida, com os sentimentos de confiança e esperança no futuro que o acompanharam ao longo de toda a sua trajetória e que fizeram de Lula o maior líder operário da América Latina e um dos homens públicos e líderes políticos mais importantes do mundo.

Companheiro Lula, não somente os capixabas, mas o conjunto de militantes e dirigentes do PT, assim como centenas de milhares de brasileiros e brasileiras estão confiantes no seu pronto restabelecimento.

O coração do povo brasileiro está com você; o coração do povo bate junto com o seu neste momento e numa só oração pela sua rápida recuperação. Todos e todas estamos irmanados numa só corrente de solidariedade e rezando muito pela sua rápida recuperação.

Sim, confiamos que em breve você estará conosco, dando continuidade ao trabalho que desenvolvemos nos seus oito anos de governo (agora com a Presidenta Dilma), projeto esse de profundas transformações sociais neste País.

Neste contexto, é importante ficarmos atentos às campanhas baixas que se espalham pela Internet neste momento, pois elas só renovam o ódio reacionário que marcou a disputa eleitoral do ano passado e que agora voltam, de forma sórdida, no anúncio do problema de saúde de nosso companheiro Lula.

A esses, Sr. Presidente, aviso que o País mudou. O povo tem dado mostras que a esperança vence o medo e o ódio. A esses críticos e espalhadores de boatos e mentiras absurdas, aviso que o Brasil, sob o governo do PT e de seus aliados, segue crescendo e distribuindo renda; segue anunciando programas como o da semana passada, que criou a Rede Nacional de Desenvolvimento e Inovação de Fármacos Anticâncer, o Redefac, instituída pelo Ministério da Saúde para estimular a produção nacional de tecnologias terapêuticas inovadoras contra o câncer; diminuir a dependência do

mercado externo e elevar a competitividade da indústria farmacêutica brasileira.

O Brasil, é bom que todos saibam, já investe R\$2,5 bilhões, por ano, em pesquisa e produção nacional para tratamento de pacientes com câncer.

A iniciativa do Redefac representa a entrada de nosso País na produção de tratamentos inovadores. Os medicamentos vão tratar, principalmente, de tumores de origem epitelial, de pulmão, leucemia, mama e colo retal. O objetivo do programa é facilitar o acesso da população ao que há de mais moderno em saúde, com o melhor custo-benefício.

Além de programas de capacitação de recursos humanos, voltados para oncologia, o Redefac vai restabelecer uma política de prioridade ao desenvolvimento de medicamentos anticâncer e também monitorar e apoiar a proteção intelectual de resultados desses projetos. Outro objetivo é incentivar e negociar a transferência de tecnologias de outros países.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Ministério da Saúde, inicialmente, vão investir R\$ 7,5 milhões para montar a rede que será administrada pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), composta por grupos de pesquisa e desenvolvimento ligados a instituições públicas brasileiras, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Laboratório Nacional de Biociências e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A gestão da rede também contará com o apoio da Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer, entidade filantrópica, cujo objetivo é apoiar o Inca na Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer.

O Brasil, como o Sr. Presidente Lula sabe, tem feito um grande esforço para melhorar a saúde de seu povo. Essa, como sabe, também, não é uma tarefa fácil, afinal, antes de universalizarmos o acesso à saúde pública de qualidade, estamos tendo que dar conta e recuperar um sistema que por anos foi sucateado, corrompido e degradado por quem não acredita no Estado como o principal gestor da educação e de tantas outras áreas.

Estamos no caminho certo, companheiro. Assim como você, Lula, mais uma vez fez certo – ao tratar com a mesma transparência que governou o Brasil e que se espera de um verdadeiro homem público que deixou o Planalto com índice de aprovação de 87% – em tornar pública a sua doença.

Companheiro Lula, estamos contigo nesta luta! Acreditamos na sua pronta recuperação. Saúde, pois o povo brasileiro, especialmente os mais pobres, contam muito com você hoje e sempre Lula!

Senhor Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aproveitar também o tempo que me é concedido neste

pronunciamento para tratar de outro tema: a distribuição da riqueza proveniente do petróleo.

Durante todo o processo de discussão da distribuição dos **royalties** por esta Casa, em raros momentos falou-se das incertezas da prospecção das reservas – mesmo quando avaliados os campos e iniciada a exploração – e dos riscos inerentes à abertura e à extração do óleo. Assim, ignorou-se – na euforia das descobertas do Pré-Sal e na ânsia de participação nos resultados – que a ferramenta principal de efetivação dos contratos no âmbito da economia do Petróleo é a análise de incertezas e probabilidade de sucesso na exploração.

É certo que a Petrobras capacitou-se de tal forma que, hoje, o Brasil é líder mundial no desenvolvimento de métodos e ferramentas para a definição, caracterização, dimensionamento e avaliação de sistemas que garantam os melhores resultados para exploração em águas profundas. Entretanto, Srs. Senadores, quando se trata de águas ultraprofundas, entre cinco e seis quilômetros, os coeficientes de incerteza são maiores em função do comprimento dos tubos e de sua maior sujeição à influência das correntes marítimas e às diferenças de densidade das camadas que terá de atravessar,

Na discussão travada nesta Casa, Sr. Senador Randolfe, sobre a distribuição dos **royalties** do petróleo, sempre se deu como certa a previsão de renda futura do pré-sal. A apresentação feita pelo Presidente da Petrobrás previa um crescimento do total das participações governamentais dos atuais 19 bilhões e oitocentos mil reais para 29 bilhões e setecentos mil reais em 2015 e 45 bilhões e duzentos mil reais em 2020.

Diante destas previsões, a tendência dominante, no projeto de lei aprovado recentemente por esta Casa, foi tomar como líquido e certo que a partilha hoje, das receitas reais dos Estados produtores, virá a ser compensada em futuro próximo pelas receitas do pré-sal.

Assim, os Estados produtores abririam mão da renda real que hoje possuem em função de um acréscimo posterior de renda e oriunda da rentabilidade futura do pré-sal, embora sob regimes contratuais diferentes (concessão x partilha).

No Espírito Santo, a realidade demonstrou que não é bem assim. O Campo do Golfinho, que teria uma capacidade de produzir trezentos mil barris/dia, acabou produzindo apenas vinte e seis mil barris/dia, Sr. Presidente, ou seja, aproximadamente 9% do previsto, sendo que o campo em questão nem sequer é do pré-sal (águas ultraprofundas), estando situado no pós-sal (águas profundas), região onde a Petrobrás é padrão mundial de excelência como já ressaltamos.

Como o campo era de Petróleo Leve, único nos campos do País atualmente e que é importado pela Petrobrás e bem mais caro que o Petróleo pesado, o Campo do Golfinho era uma grande esperança de renda futura para o Estado do Espírito Santo.

O ocorrido foi originado pela presença de um aquífero por uma falha geológica que invadiu a reserva, o que é um fato raro no início da exploração, mas possível de acontecer levando o poço a produzir, Senadores, mais água que petróleo.

A Petrobrás já mudou seus planos remanejando uma das sondas que seria utilizada para o Campo de Cachalote. Assim pretendeu-se discutir o imaginário sem considerar as incertezas que cercam a economia do petróleo. Foi aqui escutada no calor dos debates a máxima de que “previsão não é provisão”. Faço votos, Srs. Senadores, e estou trabalhando muito para que a Câmara dos Deputados reveja os termos aprovados no Senado no que diz respeito à distribuição dos **royalties** sob pena de, diante da imensa perda de receitas públicas que teremos, os Estados produtores irem à falência. Lembro que o petróleo é uma das principais atividades econômicas do Espírito Santo.

Era o que eu tinha para o momento, Sr. Presidente, muito obrigada pela atenção, Srs. Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

Passo a palavra ao Senador Aloysio Nunes pela Liderança do PSDB.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela Liderança. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, começo à semelhança da Senadora Ana Rita, por desejar ao Presidente Lula plena, rápida recuperação. A notícia de sua doença aturdiu a todos, mas logo em seguida, vieram versões mais tranquilizadoras produzidas pela sua equipe de médicos e com a total aquiescência do Presidente, que dá um exemplo, realmente, de como essas questões devem ser tratadas por pessoas que vivem a vida pública, com a transparência mais absoluta. Essas notícias nos dão conta de que o seu tumor pode ser tratado de forma não invasiva e que a esperança de recuperação, de remissão total é enorme, e é nesse sentido que vão também os meus votos.

Venho à tribuna, hoje, Sr. Presidente, apenas para fazer um registro de projeto de lei que apresentei inspirado por um colega desta Casa, pelo Senador Mozarildo Cavalcanti. S. Ex^a é um dos Senadores mais assíduos às sessões do plenário, tanto do Senado e mais frequentes na tribuna.

Na semana passada, S. Ex^a fez um apanhado dos trabalhos e das conclusões de uma Comissão

Parlamentar de Inquérito que funcionou no Senado na Legislatura passada, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, tendo como relator o Senador Inácio Arruda. O tema dessa CPI era as organizações não governamentais e irregularidades cometidas sob cobertura dessas organizações. O Senador Mozarildo Cavalcanti nos chamou a atenção para o relatório dessa Comissão que, infelizmente, não chegou a ser votado. Ao tomar conhecimento do relatório, encontrei ali minuta de um projeto de lei formulado há dois anos, mas de enorme atualidade, exatamente um projeto de lei que cria um marco legal para o relacionamento entre o Poder Público e as organizações não governamentais que, por delegação do Poder Público, assumem um papel importante na execução de políticas públicas na área da saúde, da educação, da capacitação profissional, da assistência social, e que nos últimos tempos vêm sendo colocadas numa atmosfera sulfurosa, numa atmosfera de suspeição por conta do desvirtuamento dessa relação Poder Público/Organizações Não Governamentais.

Os dados do IBGE mostram, na última pesquisa de que tenho conhecimento, que existiam no Brasil, em 2005, Sr. Presidente, 338 mil organizações desse tipo, organizações voluntárias, sob forma de fundações ou de sociedades civis. Trezentas e trinta e oito mil! Trinta e cinco por cento delas – é o dado do IBGE – se dedicam à defesa de interesses, de direitos dos cidadãos. Um grande número delas é de inspiração religiosa, cerca de ¼ delas. Sete por cento delas se dedicam à educação e à capacitação profissional. Portanto, é um universo imenso de gente dedicada a fazer o bem dos outros e sair da esfera de sua vida puramente privada e se dedicar altruisticamente a trabalhar em proveito da coletividade.

De uns anos para cá, o Poder Público passou a estabelecer com essas organizações convênios que em muitos casos foram plenamente exitosos, têm sido plenamente exitosos. Eu me refiro, por exemplo, aos convênios que o Governo de São Paulo, desde o Governo do saudoso governador Mário Covas, vêm atuando na área da saúde na gestão de hospitais públicos, dando a esses hospitais um caráter público não estatal.

São organizações sérias, como as Irmãs Marcellinas, na zona leste de São Paulo, como a Fundação Faculdade de Medicina, como a Fundação Oswaldo Ramos, como a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e outras organizações desse nível, desse porte.

Acontece que nos últimos anos também essa boa idéia acabou sendo pervertida.

O Senador José Agripino, num discurso que antecedeu a este, fez referência a uma boa ideia que acabou sendo pervertida, que é a possibilidade da

abertura de vagas nos vestibulares para alunos que tenham sido bem sucedidos nos exames de avaliação, que levam em conta o conjunto do percurso do aluno no ensino médio: o Enem. Uma idéia boa, generosa e democratizante, que acabou sendo pervertida pela incompetência, pela incúria, pela falta de planejamento, de tal maneira que já temos cinco anos seguidos em que a juventude brasileira é vítima de lambanças que decorrem da má preparação dessas provas.

Com as ONGs aconteceu um fenômeno semelhante: uma ideia boa de estabelecer relações com setores da sociedade civil para levar adiante projetos de interesse público com a agilidade, largueza de objetivos e pluralismo que caracterizam as organizações não governamentais foi totalmente desvirtuada em decorrência de uma forma de organizar o Governo, que consistiu em lotear os aparelhos governamentais entre partidos políticos, facções de partidos políticos, chefes políticos, que passavam a contratar ONGs de amigos, de companheiros, de correligionários partidários, recebendo dinheiro público, ao lado de uma atuação conforme o contrato de parceria muito aquém daquilo que o contrato prevê, para embolsar dinheiro para engordar o caixa dos seus partidos ou o bolso dos seus gestores.

Com isso, as ONGs acabaram vivendo, hoje, sob um clima de suspeição injusto, porque a grande maioria destas organizações são sérias, que desempenham bem o seu trabalho no interesse da população brasileira.

Há inúmeros problemas que explicam o desvirtuamento dessa relação poder público/organizações não governamentais. Já me referi a um deles, que é o fisiologismo na gestão de alguns Ministérios nos governos dirigidos pelo PT e seus aliados, mas há também outros problemas – a falta de uma estrutura de fiscalização efetiva, como há pouco tempo foi apontado pelo Tribunal de Contas da União, problemas de gestão de toda ordem –, mas há, é preciso reconhecer, um vazio legal, um vazio de normatização.

Este era o objetivo da comissão de inquérito, entre outros: produzir um texto que pudesse suprir essa lacuna legislativa do ordenamento jurídico, e foi exatamente esse texto que pincei. Escolmei o texto de algumas disposições que me pareciam inconstitucionais e apresentei à deliberação; estará, dentro em breve, à deliberação das Comissões e, depois, do Plenário desta Casa.

Nesse projeto, Sr. Presidente, para a sua elaboração, concorreram além dos Parlamentares membros da CPI a que me referi, especialistas do terceiro setor, dirigentes da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, técnicos do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal, da Controla-

doria-Geral da União, que acabaram por formular um belo texto.

E registro, com alegria, que a Presidente Dilma Rousseff determinou a criação de um grupo de trabalho para estabelecer regras administrativas no âmbito do Executivo, que são, em grande parte, inspiradas pelo projeto de lei a que me refiro. Mas, independentemente do trabalho que venha a ser feito no âmbito da presidência da República, para dar mais solidez – eu diria – a esse regramento, é que considero conveniente a aprovação do projeto.

Nesse projeto, atribuem-se responsabilidades bem definidas aos gestores das organizações não governamentais, aos seus dirigentes e aos responsáveis do Poder Público. Diz-se exatamente quem deve fazer o que e quem é responsável por qual parcela do projeto coletivo. Estabelece-se inclusive a responsabilização pessoal dos dirigentes dessas organizações que, por má-fé, escaparem ou trabalharem contrariando ou frustrando os objetivos. Estabelecem-se normas de prestação de contas que devem seguir o padrão das normas brasileiras de contabilidade. Cria-se, Sr. Presidente, um antídoto eficaz contra o clientelismo, e a escolha de entidades para atender não a interesse público, mas ao interesse particular do dirigente público que as escolhe, dando total transparência à forma de escolha dos projetos e das ONGs que deverão levá-los adiante, sob a forma de concursos públicos, de chamamento público de projetos, de tal forma que todas as organizações que estejam habilitadas, cujo objeto de trabalho coincida com o tema proposto para parceria, possam ter a oportunidade de se candidatar e ver a sua organização escolhida, independentemente da proximidade com esse ou aquele partido político.

É, portanto, Sr. Presidente, um projeto que, se for acolhido pelo Senado e pelo Congresso Nacional, com as modificações, evidentemente, que os meus colegas julgarem oportunas, creio que vai contribuir para que possamos resgatar essas organizações – na sua imensa maioria, repito, sérias e dedicadas – desse clima de suspeição no qual estão hoje imersas por culpa de maus gestores, de maus políticos e de maus administradores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Eunício de Oliveira, do PMDB do Ceará. *(Pausa.)*

O Senador Eunício está inscrito?

Então é o Senador Paulo Paim.

Senador Paulo Paim, enquanto V. Ex^a se aproxima da tribuna, coloco em votação o **Requerimento nº 1.333, de 2011**, do Senador Jorge Viana, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no dia

4 de novembro de 2011, para participar, como representante da Comissão e Relator do Código Florestal, de encontro com o corpo de cientistas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa, e professores e reitores de Universidades do Estado do Amazonas, em Manaus, com o objetivo de instruir o PLC nº 30, de 2011 (Código Florestal), conforme o Requerimento nº 113, da Comissão de Meio Ambiente, aprovado em 25 de outubro de 2011.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciar o meu tempo, eu queria indagar a V. Ex^a se não daria para também para fazer a leitura e votar um requerimento que vai na mesma linha de um que V. Ex^a já aprovou. É mais um adendo sobre aquele dia 21 de novembro, quando vamos homenagear Zumbi, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, o Dia Nacional da Consciência Negra, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares e um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial. E ainda a homenagem ao falecido Abdias do Nascimento. Se V. Ex^a puder votá-lo, é apenas um adendo a um requerimento que eu já aprovei há tempo. V. Ex^a fez um adendo, a Lídice da Mata fez um adendo e eu estou pedindo outro adendo, para fazer tudo numa única sessão. Se puder votar, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Paim. Tão logo conclua o seu pronunciamento, creio que o tenhamos aqui em mão, para já aprová-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Está bem. Se necessário for, tenho uma cópia aqui. Depois, a Mesa, naturalmente, vai observar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho à tribuna nesta tarde de véspera de feriado para comentar alguns temas.

Vou começar, falando que, no dia 30 de outubro, festejamos o Dia do Comerciante. Então, parabéns a todos os trabalhadores do comércio por essa data tão importante para suas vidas.

Cumprimento a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC), que representa a categoria. Cumprimento também o Sindicómércio da cidade de Viamão, Rio Grande do Sul, que diz o seguinte num texto que recebi:

Numa cidade democrática, cada categoria profissional tem a responsabilidade de exercer com eficiência as funções a que se propõe, tendo por finalidade não apenas os rendimentos para a manutenção de uma vida digna, mas a responsabilidade social de seus compromissos [de bem atender à população].

Lembro, Sr. Presidente, que apresentei o PL nº 115, para regulamentar a profissão mais antiga do mundo. São milhões de trabalhadores que trabalham na área do comércio, mas que, até a presente data, ainda não foram beneficiados com o diploma legal.

Segundo dados da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços dos Estados Rio de Janeiro e Espírito Santo, existem hoje, em todo o Brasil, cerca de 10 milhões de trabalhadores no comércio, além de 30 federações estaduais e de 835 sindicatos, que exigem, que querem a regulamentação da profissão de comerciante.

A luta desses trabalhadores é árdua. São pessoas de uma enorme importância, que colaboram para o desenvolvimento da economia do nosso País.

Sr. Presidente, quero dizer que apresentei, ainda em 2007, o Projeto de Lei nº 115, para regulamentar a profissão de comerciante.

Com alegria, no dia de hoje, recebi o Presidente Levi, da CNTC, que, falando em nome de todos os trabalhadores do setor, entregou-me um documento, que foi construído conforme acordo entre a categoria econômica e a profissional.

Nesse documento, Sr. Presidente, eles me mostraram que há um entendimento entre todos os setores da área de comércio, empregado e empregadores, a fim de que o Projeto nº 115, de nossa autoria... E há outro, se não me engano, o de nº 157, do Senador Pedro Simon, que também foi pensado ao mesmo. Ambos foram frutos de uma grande construção coletiva. Portanto, pude hoje receber e vou entregar – já entreguei – ao Senador Ricardo Ferraço, que é o Relator da matéria, para, então, o projeto ser votado em regime de urgência na Comissão e vir ao plenário do Senado.

Posso assegurar aos trabalhadores do comércio de todo o Brasil que conforme o PL nº 115, por nós apresentado em 2007, a construção de um entendimento entre empregados e empregadores e com a parceria da Comissão de Direitos Humanos por mim presidida, construímos um grande acordo, e o projeto será votado ainda este ano aqui, no Senado. E vamos conversar também com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Marco Maia, pois já que há um acordo que regulamenta a profissão de comerciante, que o projeto seja votado ainda este ano também na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, ao mesmo tempo, quero também cumprimentar os trabalhadores do transporte terrestre que, seguindo a mesma linha dos comerciários, chegaram a um entendimento entre empregado e empregador. Assim, sendo o Senador Ricardo Ferraço também o Relator, poderemos votar ainda neste ano além da regulamentação da profissão dos trabalhadores no comércio também a regulamentação da profissão dos trabalhadores que atuam no transporte terrestre.

Sr. Presidente, nestes 26 anos que estou no Congresso, foram dois movimentos inéditos: via Comissão de Direitos Humanos, construímos um grande encontro de conciliação e, com isso, poderemos regulamentar as duas profissões.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que recebi uma delegação de sindicalistas, liderada, Senador Randolfe, pelo Presidente da Força Sindical, Deputado Paulinho, que me mostrou que na Medida Provisória nº 540, de 2011, foi inserido um artigo que, infelizmente, permite que o dinheiro do fundo de garantia dos trabalhadores seja usado para tudo: para construir parte de estádio, para construir pontes, para construir estradas, para construir até, como diz um dos dirigentes, um barzinho ou algo parecido.

Quero dizer que não concordo com isso. O fundo de garantia é um dinheiro do trabalhador para ser usado principalmente em dois momentos: no ato de sua demissão e na construção da casa própria.

Recentemente, perdi por um voto. O Senador Eunício não está mais aqui, mas o projeto é dele. Eu defendi com força o projeto em que ele queria garantir simplesmente que o trabalhador, para não perder sua casa, pudesse usar parte do dinheiro do fundo de garantia para pagar prestações em atraso. Perdi, porque convenceram alguns Senadores – a mim não convenceram – de que isso seria um prejuízo para o fundo, que tem como objetivo manter o sistema de habitação e indenizar o trabalhador em caso de demissão.

Ora, se esse é o objetivo do fundo – e eu dizia isso naquela oportunidade –, por que até para comprar ações de grandes estatais é possível, como foi o caso da Vale e mesmo da Petrobras? Disseram que havia sido um equívoco e que isso não ia acontecer mais.

Como é que agora, obra do relator na Câmara, foi inserido – não foi a Presidenta Dilma quem mandou para cá – na Medida Provisória nº 540, de 2011, um artigo que diz que o dinheiro do fundo de garantia pode ser usado para os gastos da Copa? Não dá para entender.

Quero dizer que já fiz uma emenda, vou conversar com o relator da matéria para que esse artigo seja retirado. Tenho quase certeza de que terei apoio do Executivo para que o dinheiro do fundo de garan-

tia não seja usado para as obras da Copa, que ele se mantenha como um fundo para atender ao trabalhador e também, naturalmente, para que ele possa comprar sua casa própria.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou hoje a sua 83ª reunião. Debates a regulamentação dos arts. 30 e 31 da lei dos planos de saúde. Nessa audiência, com a presença de todas as centrais sindicais, confederações e entidades de aposentados e pensionistas da área pública e da área privada, demonstramos que é um absurdo a forma como estão agindo hoje os dirigentes dos planos de saúde. Se houver necessidade de se fazer uma operação, vai entrar na fila; se tiver que baixar no hospital, vai para fila do corredor, para que um dia você consiga ter o direito a estar na UTI ou mesmo num quarto de hospital.

Ainda se falou na questão dos aposentados e os planos; na questão dos demitidos e os planos; se se troca de empresa, perde-se o plano original, como é o caso do Senado da República.

Com todas essas preocupações, chegamos ao entendimento de que, no próximo dia 8, teremos uma reunião envolvendo o Executivo, o Judiciário, o Legislativo e as entidades sindicais para construirmos uma alternativa, de forma que o povo brasileiro não continue nesse desespero em relação à saúde pública.

Claro que mostramos também a nossa preocupação com o SUS. Não é só uma questão de gestão, é uma questão também de verbas para atender à população brasileira.

Quero ainda registrar a importância do debate que vamos ter, Senador Randolfe – V. Exª, como acontece sempre, quando é solicitado, compromete-se; e comprometeu-se de estar lá conosco –, na próxima segunda-feira, dia 7, às 9h, quando vamos iniciar um debate que com certeza vai até as 14h, sobre a questão quilombola no Brasil.

Avisei ao Senador Randolfe e avisei também à Senadora Ana Rita que eu terei de sair lá pelas 11h, porque vou me deslocar para Minas Gerais, onde, com alegria, vou receber o título de Cidadão Mineiro. À tarde, vou participar do congresso da UGT. Por isso, não poderei ficar todo o tempo aqui. Mas quero dizer que estarei aqui ainda na segunda à noite, quando participo do evento do Congresso em Foco. Com alegria, segundo as informações que me chegaram, receberei um dos prêmios do Congresso em Foco. Estarei aqui às 21h.

E quero dizer, Sr. Presidente, que, na terça, às 9h, teremos outra audiência pública para discutir a importância da advocacia pública como função essencial à Justiça. Ainda no dia 8, vamos debater a participação das mulheres, dos negros, dos índios e das pessoas

com deficiência; na visão dos direitos humanos, o Plano Plurianual e o Orçamento da União.

No dia 9, quarta-feira, às 9h, será discutida a questão dos povos indígenas. À tarde, às 14h30, vamos debater a greve dos funcionários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Esse pedido, que acatei, foi-me feito pelo Senador Inácio Arruda.

No dia 10 de novembro, quinta-feira, teremos também outra reunião importante para discutir a violência contra as mulheres. No dia 14 de novembro, na outra segunda-feira, vamos debater, numa diligência lá no Estado do Rio Grande do Sul, na Assembleia Legislativa, a situação do povo quilombola e depois vamos visitar as terras do chamado Quilombo do Morro Alto, também no Rio Grande.

No dia 21 de novembro, teremos aqui uma grande sessão de homenagem a Zumbi, de homenagem a Abdias, de homenagem à Fundação Cultural Palmares e ao Ano Internacional dos Afrodescendentes.

No dia 22 de novembro, terça, Sr. Presidente, estaremos debatendo emprego, previdência, desaposentação e o fim do fator previdenciário, também em audiência pública aqui, no Senado.

No dia 24 de novembro, teremos outra reunião, e aí, na última segunda-feira do mês, estaremos discutindo o Estatuto do Motorista, a violência no trânsito e a composição que estamos fazendo. A partir da aprovação da regulamentação da profissão do motorista, também deveremos apontar o caminho para a aprovação do Estatuto do Motorista.

E, na primeira semana de dezembro, estaremos debatendo, Sr. Presidente, aqui, na nossa comissão, o que aconteceu em grande parte dos períodos mais difíceis, dos períodos de ditadura, lembrando a Campanha da Legalidade, fazendo homenagem a Leonel Brizola, a Jango e a todos aqueles que sofreram com a ditadura.

Por fim, Sr. Presidente, eu queria aproveitar este momento para dizer aos companheiros que estarei, sim, na quinta-feira, pela manhã, naquela agenda, discutindo lá em Canoas a situação que envolve toda uma comunidade com os vereadores.

Na quinta-feira, à tarde, estarei em Esteio, defendendo a CLT, numa plenária estadual do movimento sindical, os direitos dos trabalhadores e a contribuição assistencial.

Quero dizer que, no dia 4, já estarei à noite em Passo Fundo; sexta-feira, passo o dia em Passo Fundo, em debate, em palestra na universidade; à tarde, quase noite, estarei em Erechim, na Fetrasul; no dia 5, em Ijuí, no sábado; dia 6, lanço o livro *O Rufar dos Tambores*, às 14h, na feira livre de Porto Alegre, e, no próximo dia 7, estarei, então, de volta a Brasília.

Por fim, Sr. Presidente, vou ler uma carta que recebi por *e-mail*.

A carta é assinada pelo Sr. Paulo Giovani Cantarelli. A carta foi escrita por Carolina da Silva Cantarelli. Foi uma estudante, Sr. Presidente, que acertou as 14 questões que foram anuladas no Enem.

Senador Anibal, V. Ex^a me conhece. Por uma questão de justiça, vou ler a carta. A carta foi escrita por Carolina da Silva, repito, e quem me enviou foi o pai dela, o Sr. Paulo Giovani Cantarelli, de Farroupilha.

Ele perguntou se eu leria a carta. Eu disse que leria a carta, que representa, pelos milhares de *e-mails* que eu tenho recebido, a média do pensamento da juventude, daqueles que fizeram o Enem.

Aqui eles demonstram a sua indignação e sobra para nós políticos. Mas assim mesmo eu vou ler.

Vejam o que diz a carta, Sr. Presidente:

Caros Senadores

ENEM 2009/2010/2011

Eu não sei o que um senador pode fazer mas sei o que não deve fazer.

Ficar calado diante da barbárie que estão a praticar contra os estudantes honestos da nação, é uma delas [ele diz que nós temos que nos manifestar; se alguém errou, temos que achar caminhos para a solução].

Pergunto:

É justo [Senador] um aluno que estudou o ano inteiro, que enfrentou frio, chuva, quilômetros de ônibus para estudar ter seus acertos anulados? [Quem escreve, repito, é Carolina da Silva Cantarelli, uma estudante que acertou os 14 itens que foram anulados].

Ter sua média diminuída [é certo]?

Ter sua vaga na universidade perdida [é certo]?

Em nome de que? E de quem?

Da falcatrua de uns?

Da falta de justiça de outros?

Para encobrir o que?

Um futuro candidato?

A incompetência do MEC?

Justiça e igualdade passam bem longe das atitudes que políticos [está-se referindo a nós] e governo estão tendo.

Quer por omissão...

Quer por conchavos...

Quer por ocupar indevidamente um lugar no cenário político.

Quando ocorre regime de exceções se perguntarão, porque? [Senador Anibal, quero

deixar claro que essa pessoa está defendendo a democracia].

Por que o povo não acredita mais na justiça da nação.

Não espera mais nada dos políticos que um dia elegeram. [E eu sou gaúcho, da cidade de Farroupilha, e aqui dizem que votaram em mim].

Quanto tempo ainda resta, para alguém aproveitar as oportunidades que a política brasileira está oferecendo para que isto ocorra?

Estão a brincar com a educação, com a nossa saúde e com a nossa liberdade já que regimes de exceção costumam nos tirar.

Ou seja, a Carolina e seu pai estão dizendo, com muita clareza, que eles não defendem regimes de exceção e que lamentam que esses erros estejam acontecendo, porque aí vem o regime de exceção e tira todos os nossos direitos, inclusive a liberdade, que é impagável. Todos vamos sempre dizer com força: “Liberdade, liberdade, abre as asas sobre nós”. Ditadura nunca mais!

Senador Anibal, sou da base do Governo. Acho que esse é o segundo ou o terceiro erro que acontece. Nós temos obrigação de dialogar sobre isso sem temor. E não vou eu aqui querer crucificar ou condenar o Ministro Haddad. Claro que não! Não é essa a minha intenção. Até porque tenho por ele o maior carinho, o maior respeito e acho que é um grande Ministro. Há o ProUni, foi ele quem fez; há as universidades, no meu Rio Grande, inclusive, que ele duplicou; há as escolas técnicas que ele duplicou. Mas nós temos que resolver essa questão do Enem. Por isso eu li aqui a carta do Paulo Giovanni Cantarelli e da sua filha Carolina da Silva Cantarelli.

Eu entendo a indignação deles. Ela acertou, repito, as 14 questões que foram anuladas. Ela vai ser a grande prejudicada.

Eu sei quando ela fala do ônibus, do deslocamento de Farroupilha às universidades da região, do Vale dos Sinos e também da serra.

Então, fica aqui o registro, mas o meu registro vai na linha sempre propositiva. Que esses milhares de e-mails que nós estamos recebendo sejam um alerta para que esses erros não continuem acontecendo. Venham da onde vier, não podem continuar acontecendo.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Como comentei os meus pronunciamentos, peço a V. Ex^a que eles sejam publicados na íntegra, apresentado vírgula por vírgula, ponto por ponto tudo o que está escrito aqui.

Obrigado, Senador Anibal.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero registrar que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizará hoje, 1º de novembro, a Octogésima terceira reunião para debater a regulamentação dos artigos 30 e 31 da Lei dos Planos de Saúde e assegurar a continuidade da cobertura dos planos corporativos aos aposentados e demitidos sem justa causa, mesmo após o término do contrato de trabalho.

Logo mais representantes do setor patronal e de empregados estarão entregando o acordo ao projeto que regulamenta a profissão de Comerciante.

Durante o mês de novembro, mês da Consciência Negra, acontecerá no dia 7, segunda-feira, às 9 horas, um debate sobre a situação dos Quilombos no Brasil.

No dia 08, terça-feira, às 9 horas, na Subcomissão de Trabalho Emprego e Previdência debateremos a Advocacia Pública como função essencial à justiça.

No mesmo dia 8, no entanto às 11 horas, debateremos a participação dos negros, das mulheres e dos Direitos Humanos no Plano Plurianual.

No dia 9 de novembro, quarta-feira, às 9 horas, serão discutidas as questões indígenas no país, em especial a reserva de Maró, no Pará.

Na parte da tarde do dia 9, às 14h30, debateremos a greve dos funcionários do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, a pedido do Senador Inácio Arruda.

No dia 10 de novembro, quinta-feira, às 9 horas, faremos a nossa reunião deliberativa. Entre os projetos em pauta, está o PLC 112/2009 que possibilita cirurgia plástica reparadora gratuita em mulheres vítimas de violência.

No dia 14 de novembro, segunda-feira, às 9 horas, realizaremos diligência para apurar a situação dos quilombolas no Estado do Rio Grande do Sul, lá na Assembléia Legislativa do Estado.

No dia 16 de novembro, quarta-feira, às 10 horas, daremos continuidade à diligência indo ao Quilombo de Morro Alto, na cidade de Morro Alto, Rio Grande do Sul.

No dia 21 de novembro, segunda-feira, às 11 horas, no Plenário do Senado Federal realizaremos sessão especial em homenagem à Zumbi dos Palmares e ao ex-Senador Abdias do Nascimento, aos 23 anos da Fundação Cultural Palmares e ao Ano Internacional do Afrodescendente.

No dia 22 de novembro, terça-feira, às 9 horas, na Subcomissão de Trabalho Emprego e Previdência debateremos a desaposentação e o fim do fator previdenciário.

No dia 24 de novembro, quinta-feira, às 9 horas, terá vez a nossa reunião deliberativa.

No dia 28 de novembro, segunda-feira, às 9 horas, debateremos o Estatuto do Motorista e a violência no trânsito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de comentar nesta Tribuna que recebi do Presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, uma correspondência que me deixou surpreso e muito preocupado.

O assunto nela tratado é a inclusão no texto da Medida Provisória nº 540/2011, na última votação ocorrida dia 26 de outubro, da autorização de uso de recursos do Fundo de Investimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), para obras vinculadas à Copa do Mundo e à Olimpíada.

O FGTS, como o próprio nome diz, é uma garantia ao trabalhador, depois de anos de serviços prestados; É patrimônio do trabalhador;

Tenho certeza que todos os trabalhadores brasileiros apelam para a sensibilidade social, bom senso de Vossas Excelências para impedir esta medida absurda!

Medida esta que visa lesar os saldos das contas de milhões de trabalhadores brasileiros e coloca em risco esta garantia de direito adquirido que é o FGTS.

Sr. Presidente!

Estou propondo uma emenda para suprimir o artigo 46 do Projeto de Lei de Conversão nº 29 de 2011 (Medida Provisória nº 540, de 2011).

Pois acredito que assim podemos impedir a aplicação sem cabimento dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, em obras que já possuem subsídios suficientes para serem concretizadas.

Estou mais uma vez aqui para proteger os direitos dos trabalhadores e informar a eles que continuo na defesa daqueles direitos que há anos estão garantidos, como o FGTS!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dia 30 de outubro comemora-se o Dia do Comerciário!

Parabéns a todos os trabalhadores do Comércio!

Desejo parabenizar também a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio – CNTC – que tão bem representa esta categoria! E, o SINDICOMERCIÁRIOS, da cidade de Viamão no Rio Grande do Sul, que em texto aos profissionais do Comércio diz:

“Numa cidade democrática, cada categoria profissional tem a responsabilidade de exercer com eficiência as funções a que se propõe, tendo por finali-

dade não apenas os rendimentos para a manutenção de uma vida digna, mas a responsabilidade social de seus compromissos!”

E mais uma vez lembrar que precisamos regulamentar a Profissão de Comerciário!

São milhões de trabalhadores incluídos na atividade do Comércio, mas até a presente data ainda não foram beneficiados com um diploma legal, em dados da Federação dos Empregados no Comércio dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, existem hoje em todo o Brasil, 10 milhões de trabalhadores no comércio; Além de 30 Federações Estaduais e 835 Sindicatos que defendem a regulamentação da profissão de comerciário.

A luta destes trabalhadores é árdua e de muitos anos. São pessoas de tamanha importância e que colaboram para o contínuo desenvolvimento da economia de nosso país!

Muitos são os pontos a serem organizados, de acordo com a demanda desta categoria, como por exemplo, a qualificação dos profissionais, o piso salarial, a jornada de trabalho, a contribuição sindical, aposentadoria, etc.

Apresentei aqui no Senado o Projeto de Lei nº 115/2007 para regulamentar a profissão de comerciário. Ajustes estão sendo feitos com sugestões apresentadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio – CNTC, como exemplo cito:

(em anexo as duas folhas enviadas pela CNTC).

Isto vai também ao encontro da geração de mais empregos mas o que não se pode admitir é a extensão da jornada de trabalho por até 12 horas consecutivas ou mais, como ocorre em muitos casos.

A atividade comercial exige a participação do comerciário e não deve somente ser regulada apenas pelo detentor do capital, o empresário, deve-se deixar de lado apenas a visão calculista do lucro pelo lucro e passar a estimular uma mão de obra mais bem qualificada e mais satisfeita com a atividade que executa.

Sr. Presidente, por isso precisamos regulamentar a Profissão de Comerciário!

Cabe lembrar que ela já foi aprovada no Congresso Nacional dos Trabalhadores do Comércio, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC.

O Projeto de Lei nº 115 de 2007, se encontra na Comissão de Assuntos Sociais aguardando o parecer do Relator, Ricardo Ferraço.

Ele tem demonstrado muito boa vontade em receber as sugestões, inclusive estas que citei, entre outras que serão enviadas a ele pela categoria que representa os Comerciários, conforme combinado comigo.

Quero pedir o apoio de Vossa Excelência e dos demais Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Paim. V. Exª será atendido nos termos do Regimento.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.336, DE 2011

ADITAMENTO Nº , DE 2011

(Ao RQS nº 98, de 2011)

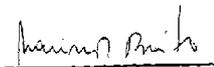
Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 98, de 2011, requero que na Sessão Especial do Senado a se realizar no dia 21 de novembro do corrente ano, seja destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, comemorar os 23 Anos da Fundação Cultural Palmares, Um Ano de Vigência do Estatuto da Igualdade Racial, e também destinada a homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento.

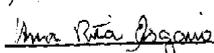
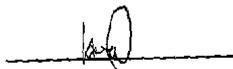
Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

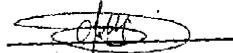
ASSINATURA

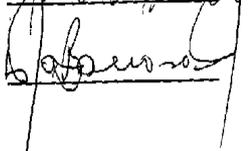
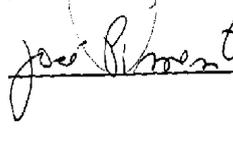
SENADORA



MARINOM BRITO



O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de se lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Vamos agora à votação de um requerimento.

Foi lido anteriormente o **Requerimento nº 1.336, de 2011**, de aditamento ao Requerimento nº 98, de 2011, do Senador Paulo Paim e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada

a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, o Dia de Zumbi dos Palmares, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, os 23 anos da Fundação Cultural Palmares, um ano de vigência do Estatuto da Igualdade Racial, bem como homenagear o ex-Senador Abdias do Nascimento, a realizar-se no dia 21 de novembro.

Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, pela liderança do PSOL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela rádio Senado por todo este imenso País, venho hoje à tribuna para, lamentavelmente, registrar os recentes acontecimentos com o Deputado Estadual Marcelo Freixo, Deputado Estadual que honra o nosso partido no Estado do Rio de Janeiro.

O escritor Gabriel García Márquez certa vez publicou um livro de crônicas com o título “Crônica de uma Morte Anunciada”. Essa é a figura mais adequada e mais contundente neste momento que disponho para retratar o que está acontecendo com o companheiro Marcelo Freixo. No último domingo, a imprensa nacional noticiou que o Deputado Marcelo, lamentavelmente, vai ser obrigado, Sr. Presidente, a sair do País.

Eu participava de um debate, anteontem, em Macapá, no meu Estado, com o Senador Pedro Taques e o Senador Demóstenes Torres. Nós debatíamos quando é que o Estado fracassava... Esse Estado nacional, que tem 200 anos, construído a partir da referência da Revolução Francesa, esse Estado que constituído sob uma lógica, que tem como finalidade o bem-estar – lógica mais contemporânea desse Estado nacional que vivemos e conhecemos hoje –, tem uma pergunta a ser feita com relação a ele: quando é que sua finalidade fracassa?

O que ocorre hoje com o Deputado Marcelo Freixo é uma demonstração contundente do momento em que fracassam as estruturas do Estado nacional. Somente no mês passado, foram descobertos sete esquemas organizados para assassinar o Deputado Freixo. E por que isso? Porque o Deputado Freixo teve coragem, teve a disposição de enfrentar um dos problemas crônicos do nosso País, que é o problema do crime organizado.

O Deputado Freixo foi o responsável pelo indiciamento de cerca de 220 pessoas, ligadas a grupos paramilitares no Rio de Janeiro, no período entre 2006, 2007 e 2008. Ele o fez presidindo a CPI das Milícias, na

Assembleia Legislativa daquele Estado. Seu trabalho foi imortalizado e tornou-se conhecido mundialmente no filme *Tropa de Elite II*, onde o personagem Fraga retrata a figura de Freixo.

Apesar das fortes evidências, a postura do Governo do Estado do Rio de Janeiro, neste caso, é lamentável. Por causa da real possibilidade de ser assassinado é que, pelo menos, momentaneamente, Freixo terá de deixar nosso País.

Faço aqui uma pergunta: um Estado que não pode garantir a vida, a segurança de um Deputado Estadual, um Estado que não conseguiu garantir, ainda há pouco, a vida de uma magistrada, da juíza Patrícia Acioli, que foi executada com 21 tiros em Piratininga, em Niterói, um Estado que não consegue garantir a vida de um representante de seu povo, esse Estado poderá conseguir garantir a vida dos cidadãos, do povo do Estado do Rio de Janeiro, dos cidadãos comuns.

Este povo tem vivido chantageado nos morros do Rio, ameaçados ou pelo tráfico de drogas ou chantageado por essas milícias. Freixo teve a coragem de fazer a denúncia do cumplicidade desse esquema do crime organizado, do cumplicidade do crime, do enraizamento das estruturas do crime na estrutura do Estado do Rio de Janeiro, na estrutura das polícias do Rio de Janeiro e do cumplicidade do esquema do crime organizado para com o esquema das milícias.

Foram essas denúncias que fizeram com que hoje o filme que assistimos, o *Tropa de Elite II* se torne um dramático e trágico retrato da vida real. Ocorre, neste caso, exatamente o inverso: é o filme, é a vida real que acaba imitando o que ocorreu no filme.

Evidente que, para desbaratar a força das milícias, isso não é somente um problema policial, como eu já disse. A força desses organismos paramilitares está nesta sua imbricada relação com o Poder Público e especialmente – e aí mais uma vez como foi retratado no filme – em alguns casos em troca de favores em períodos eleitorais.

Parece-me, Senador Paulo Paim, que há neste caso um claro fracasso do aparato estatal. Portanto, é necessário que o Governo Federal – já que claramente o governo estadual fracassou no seu mister, na sua tarefa – garanta imediatamente o exercício do mandato parlamentar do Deputado Freixo, a sua permanência quando retornar. Neste momento em que falo pela TV e pela Rádio Senado, o Deputado Freixo já deve estar se deslocando do Brasil para uma origem não conhecida, por medida de segurança, para, desta forma, garantir a sua vida e a vida dos seus familiares fora de nosso país.

Mas eu ouvi o Deputado Freixo, ontem, no **Jornal das Dez**, da *Globo News* e ouvi as declarações dele

neste final de semana. Impactou-me a coragem desse homem que firmemente disse: “Nós não fomos derrotados. Eles serão derrotados. São eles que não passarão. Eu vou, mas voltarei para o Brasil para continuar a luta contra as milícias.” É com esse testemunho de coragem que todos nós, homens públicos deste Senado, representantes dos Estados da Federação brasileira (todos os representantes do povo brasileiro neste Parlamento), temos de nos inspirar e de nos solidarizar.

Senador Paulo Paim, é com muito prazer que o ouço.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe, quero primeiramente cumprimentar V. Ex^a pelo pronunciamento, e não poderia ser diferente. Com seu auxílio, presido a Comissão de Direitos humanos. V. Ex^a é um militante desta causa e traz à tribuna um tema que, no mínimo, deixa-nos a todos perplexos: um deputado estadual do Rio de Janeiro, Deputado Freixo, vai ter que sair do País porque está ameaçado de morte. E, infelizmente, seja o Governo Estadual, seja o Estado (a União) não fazem nada para que ele seja protegido e continue fazendo o bom serviço em defesa dos homens e mulheres de bem deste País. Eu quero só dizer, em nome da Comissão de Direitos Humanos, de nossa total solidariedade a V. Ex^a, ao seu discurso. Se não me engano, a Senadora Marinor Brito também falou algo semelhante. Um carinho, um abraço especial ao Deputado Freixo, que ele, se tiver que sair, como está tendo que sair – eu quero pegar suas palavras –, que ele vá e volte rapidamente para casa. Nós estamos aguardando ele... Mas que ele volte com segurança absoluta! Nós não precisamos, como a gente sempre fala, e por isso ele está correto, de heróis mortos. Nós queremos nossos heróis vivos e não só para chorar em cima do caixão num segundo momento. Então, por isso eu acho... Eu acho, não! Tenho que dar a mão à palmatória e dizer que ele está certo, se vão matar ele amanhã... Que ele se desloque para um outro país nesse momento; que haja uma estrutura para protegê-lo, a ele e às pessoas de bem deste País, e que ele volte num amanhã bem próximo. Meus parabéns a V. Ex^a, minha total solidariedade, e a Comissão de Direitos Humanos está à disposição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Senador Paulo Paim, não poderia esperar diferente de V. Ex^a. A informação que tenho... Por medida de segurança para o próprio Deputado, não podemos entrar em detalhes em relação às informações que, no dia de hoje, o Deputado Freixo já está fora do País, ele e sua família, por medida de segurança. Mas isso, Senador Paulo Paim, revela para nós o quanto um Estado brasileiro – o aparato estatal do Rio de Janeiro – fracassa nesse caso. Veja, é uma vergonha para

um País como o nosso: quinta economia do planeta. Um País que realizará grandes eventos mundiais nos próximos anos: a Rio+20, Copa do Mundo, Olimpíadas. A cidade, inclusive, que vai ser principal sede desses acontecimentos, um representante do povo (do povo desse Estado) não consegue ter condições de segurança. Por quê? Porque ele se dispôs a enfrentar o crime, porque ele teve coragem de cumprir com seu dever, porque ele declarou, claramente, que não vai se curvar ao crime, que vai enfrentar o pior tipo de crime. Porque existem crimes de diferentes facetas... Aquele que foi concursado para um emprego público, com uma tarefa mister de defender o cidadão, de garantir a segurança para o cidadão e se converte num agente do crime... Esse é o pior dos crimes, esse é o pior dos criminosos! É esse tipo de criminoso que amedronta o povo do Rio de Janeiro, é esse tipo de criminoso que monta esquemas de chantagem nos morros do Rio de Janeiro. É esse tipo de criminoso que Freixo tomou a decisão de enfrentar e não pode ser dito diferente: eles tiveram a vitória parcial... Eles mandaram o principal opositor deles... Ou melhor, eles não mandaram... Mas o principal opositor deles, por não se sentir seguro, assim como sua família, é obrigado a sair do País. Parece-me que esse é um caso concreto em que o que falta é vontade política. Espero que essa vontade política não falte. É necessário ter uma mobilização do Governo Federal nesse caso, ter o apoio da Polícia Federal, em solidariedade, para garantir a segurança do Deputado Freixo. É necessário que o Governo do Rio... Ainda ontem, em entrevista, o Deputado falava que registrou junto à Secretaria de Segurança Pública do Rio o pedido para a garantia de sua vida e da vida de seus familiares. A Secretaria de Segurança tinha informado, ontem, que não havia recebido esse protocolo. O Deputado Freixo, ontem, em uma entrevista, mostrou que havia protocolado esse pedido há pelo menos três meses.

Quem está ameaçado de morte, Srs. Senadores, não é o Deputado Freixo, quem está ameaçado de morte é o Estado Brasileiro. Nesse caso específico, o Estado do Rio de Janeiro. Quem está ameaçado de morte, com esse episódio, é o estado democrático de direito, porque essa é uma prova de que o estado democrático fracassou. É fundamental uma ação rápida e enérgica por parte do Governo Federal. É indispensável uma mudança de atitude urgente por parte do Governo Estadual do Rio de Janeiro nesse caso.

Estou protocolando, Senador Paulo Paim... Eu queria me somar a V. Ex^a e agradecê-lo por estar neste momento se dispondo a colocar a Comissão de Direitos Humanos do Senado... E não pode ser diferente, pois V. Ex^a sempre tem presidido essa Comissão com inte-

ligência e com a liderança que lhe é particular. Então, estou protocolando, hoje, um requerimento solicitando que a Comissão de Segurança Pública do Senado da República – recentemente formada no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e que tem como Presidente o Senador Pedro Taques – se desloque para o Rio de Janeiro para realizar uma audiência pública, na Assembléia Legislativa, para debater o problema das milícias.

Creio, Senador Paim, que nós podemos fazer essa audiência em conjunto: a Comissão de Segurança Pública do Senado e a Comissão de Direitos Humanos, presidida por V. Ex^a na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Primeiro, para demonstrar a solidariedade do Senado da República ao Deputado que está sendo ameaçado de morte; segundo, para dizer à bandidagem que o Estado não vai se curvar nem vai se intimidar.

Essa é uma luta que não é somente do povo do Rio de Janeiro, é uma luta do Brasil, é uma luta da sociedade brasileira contra os esquemas de bandidagem. Nós não podemos aceitar passivamente que o estado democrático de direito seja derrotado dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Randolfe Rodrigues, o pronunciamento de V. Ex^a é de extrema contundência e tem a solidariedade certa de todos os Senadores desta Casa, que querem o Estado democrático de direito respeitado, para que os cidadãos possam viver em paz e, de preferência, sem ameaças do crime organizado. Os criminosos, realmente, têm que saber que o Estado precisa e tem de ser respeitado.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Anibal, eu pedi a palavra pela ordem só para dizer que a proposta do Senador Randolfe, eu a acato. Nós vamos nos somar a ela. Se for necessário, juntaremos uma, duas, três comissões para acompanharmos essa situação e não permitir que isso continue acontecendo em nosso País.

Como disse muito bem o Senador Randolfe, isso é a falência do Estado. Eu vou além, não é só do Rio, porque uma situação como esta que faz com que o cidadão tenha de sair do país é uma falência da segurança praticamente em todo o País, porque ele poderia deslocar para outro Estado, mas não pode porque será perseguido, e, infelizmente, podem se tornar realidade as ameaças que são dirigidas a ele.

Eu também quero neste momento, Sr. Presidente, me dirigir a V. Ex^a para lembrar a todos que o **Congresso em Foco** fará na segunda-feira uma homenagem a Senadores, a Deputados, à democracia, ao Parlamento, num grande evento. Todos estão sendo convidados,

Deputados, Senadores, sociedade organizada para participar desse evento em que, simbolicamente, em nome da própria democracia, vão entregar prêmios a Parlamentares que mais destacaram na área da saúde, da educação, da cidadania e da democracia, na própria área da defesa dos Municípios.

Aproveitei, enquanto chegava o Senador Eunício, para lembrar a todos dessa atividade que será às 20 horas, na próxima semana, aqui em Brasília. Será um grande evento do **Congresso em Foco**, que vai homenagear o Parlamento nessa bela festa.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Senador Paulo Paim.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, antes de tudo, antes de entrar no tema principal que venho debater aqui hoje, eu gostaria de reafirmar minha solidariedade e meus votos de breve recuperação ao nosso Presidente Lula e à sua família. Tenho certeza de que, neste momento, em todo o Brasil, principalmente no Nordeste brasileiro, todos os corações generosos do povo se unem numa prece a Deus pelo restabelecimento da saúde desse guerreiro nordestino, que tanto fez pelo Brasil, que tanto fez pelo Nordeste.

Tive a honra de servir ao Brasil como seu Ministro das Comunicações e tenho a certeza de que o Presidente Lula ainda tem muito a fazer a favor das pessoas mais humildes e marginalizadas da nossa sociedade, em prol também do crescimento econômico para todos e do engrandecimento da nossa Pátria no concerto das Nações.

Sr. Presidente, acaba de ser divulgada a 15ª edição da pesquisa realizada anualmente pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) sobre a qualidade das rodovias de todo o País. De acordo com o estudo, 79% da malha rodoviária do meu Estado, o Estado do Ceará, com um total de 3.269 quilômetros, estão em condições regulares, más ou péssimas. São 2.584 quilômetros em estado precário somente no meu Estado, o Estado do Ceará, cabendo observar ainda que, dos 2.243 quilômetros de competência federal, 72,6% se encaixam em uma dessas três situações negativas.

A pesquisa leva em conta três grandes dimensões, a saber: pavimentação, em que se analisam itens como estado geral do pavimento, buracos e trechos em que se obriga que haja a redução da velocidade; sinalização, em que se incluem as condições das faixas, a visibilidade e legibilidade das placas; e

geometria, envolvendo variáveis como pistas simples de mão dupla, faixa adicional de subida, pontes e viadutos, entre outras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, entre as rodovias federais que cortam o Ceará, a BR-403, na região do Inhamuns, onde estive nesse fim de semana, fazendo a convenção do meu Partido, no Município de Tauá, encontra-se em péssimas condições. Outros trechos dessa mesma estrada, na zona norte e em Inhamuns, foram classificados como ruins, enquadrando-se ainda nessa categoria trechos da BR-404 também em Inhamuns, da BR-122 e da BR-230, que corta a minha Lavras da Magabeira, no sul do Estado. Estão todos em condições ruins ou péssimas.

Ora, Sr. Presidente, o que o estudo da CNT faz é evidenciar para todo o País um tormento que diuturnamente vem sendo enfrentado pelos inúmeros cidadãos cearenses obrigados a transitar por essas precárias e perigosas vias federais.

Aproveito para lembrar que, ainda no primeiro semestre deste ano, antes das mudanças na cúpula do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), eu estive, acompanhado de toda a bancada do Estado do Ceará, com o Ministro de então, reivindicando uma solução, e obtivemos o compromisso e a promessa de que as obras incluídas no PAC começariam ainda em julho. Estamos em novembro, Sr. Presidente, com novo ministro e com novos diretores do Dnit, e absolutamente nada aconteceu para atenuar essa insuportável situação que vivem as estradas federais do meu Estado do Ceará.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumpre ainda esclarecer que o nosso Governo do Estado, o Governador Cid Gomes, vem fazendo sua parte, levando adiante o Programa de Recuperação das Rodovias (Pró-Estradas). Para se ter uma ideia, de maio a agosto deste ano, foram recuperados ou restaurados 784 quilômetros, com um investimento de R\$84 milhões. O Departamento Estadual de Rodovias (DER) anuncia para o início de 2012 a aplicação de mais R\$ 49 milhões apenas na manutenção das chamadas CEs, as estradas estaduais, com recursos adicionais em fase de captação no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a abertura de novos trechos no Estado do Ceará.

É uma lástima, Sr. Presidente, que, como se não bastassem as chuvas – até, graças a Deus, bem-vindas ao Estado do Ceará – caídas em toda parte, as rodovias estaduais, além disso, sejam ainda sobrecarregadas, pois servem de rota alternativa para os motoristas que buscam escapar de estradas esburacadas, as chamadas estradas federais, como a BR-222. É o caso da CE-257, ligando Santa Quitéria ao Canindé, e da CE-

085, conhecida como “Sol Poente”, ligando Itapipoca a Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Essas estradas estão todas sobrecarregadas. São estradas estaduais refeitas, recuperadas, prontas e entregues à sociedade, mas estão sendo sobrecarregadas porque os motoristas não estão mais querendo transitar nas estradas federais que cortam o Estado do Ceará.

Recordo ainda, Sr. Presidente, que, há poucos dias, acompanhei o Governador do Estado na inauguração de mais um trecho da CE-385, a chamada Rodovia “Padre Cícero”, entre Caririáçu e o Distrito de Quitaiús, na minha Lavras da Mangabeira, minha terra natal, no entroncamento com a BR-230. A obra resultou de um investimento de R\$38 milhões e inclui serviços de drenagem, bueiros, pontes, sinalização horizontal e vertical e proteção ambiental, encurtando em 70 quilômetros o trajeto entre Fortaleza e a região do meu Cariri, o que é uma ótima notícia não apenas do ponto de vista do escoamento da produção de toda aquela região, mas também do turismo religioso, representado pelo fluxo de romeiros que se dirigem a Juazeiro do Norte, para pedir e agradecer graças ao Padrinho Padre Cícero.

Repito, Sr. Presidente: já passou da hora de o Ministério dos Transportes e o Dnit cumprirem com sua parcela de responsabilidade em relação ao povo cearense. E espero que a presença do Diretor-Geral daquele Departamento, o General Jorge Pinto Fraxe, ontem, em Fortaleza tenha servido para anunciar aos cearenses, ao Governador – é o que esperamos – e à Secretaria de Infraestrutura do Estado o fim da longa espera pelas rodovias federais nessa área prioritária para a economia do meu Estado e para o povo que ali transita.

Sr. Presidente, muito obrigado. Era o que tinha a comunicar ao Brasil e a esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me havia comprometido com o Senador Eunício em ajudar no encaminhamento, enquanto ele voltava da entrevista que está dando ali fora.

Nesse período, Presidente Anibal Diniz, os companheiros do Prêmio Congresso em Foco trouxeram-me aqui um convite. Eu não disse, de forma detalhada, onde seria, qual o local em Brasília.

O Prêmio Congresso em Foco 2011 vai ser concedido a Senadores e a Deputados no dia 7 de novembro. Horário: 20 horas. Local: Porto Vitória (S.C.S. Trecho 2, Conjunto 19, Brasília, ao lado da AABB).

Traje: passeio completo. Presença dos cantores João Donato e Maira Freitas.

O que é o Prêmio Congresso em Foco? O Prêmio Congresso em Foco, que está na sexta edição, valoriza o trabalho do Legislativo por meio do reconhecimento aos Senadores e Deputados mais bem avaliados pela população. Também procura estimular o acompanhamento ativo do Parlamento pelo nosso povo.

Neste ano, 267 jornalistas, que fazem a cobertura Congresso Nacional participaram da pré-seleção. Como sempre, os internautas escolheram os vencedores.

As premiações.

Serão premiados os melhores Senadores e os melhores Deputados. O Senador e o Deputado mais votado pelos jornalistas, os parlamentares do futuro, congressistas com menos de 45 anos e aqueles que se destacam em cinco categorias: defesa da democracia e da cidadania, defesa do consumidor, defesa dos Municípios, defesa da segurança jurídica e promoção da saúde, ou seja, defesa da saúde do nosso povo.

Todos os parlamentares receberão prêmios, troféus, placas ou certificados, que variam conforme a classificação.

Termina dizendo:

Democracia é uma construção que fazemos a cada dia. Faça parte dessa obra coletiva.

Democracia é uma obra permanente, dinâmica e coletiva. Cada um de nós é responsável por colocar uma peça nessa construção, tanto os que votam quanto os que são eleitos. Daí por que este é um convite não apenas para um evento social normal e natural, mas para a difusão de uma nova cultura política.

O Congresso é produto de nossas escolhas. Cabe a nós, portanto, zelar por ele, fiscalizando, contribuindo para o seu aprimoramento e aprendendo a identificar o que ele possui de melhor. E o melhor de tudo é a democracia.

Era isso, Sr. Presidente, neste encerramento de sessão em véspera de feriado, que queria comunicar: este pequeno prêmio, mas grande prêmio do Congresso em Foco, fazer uma homenagem à democracia e ao nosso Parlamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Terei prazer em cumprimentá-lo como certamente o Senador nº 1 desta Casa com sua participação sempre efetiva.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Não é verdade, Sr. Presidente. Permita-me, para não dar uma má impressão, a não ser que V. Ex^a queira me fazer uma homenagem. Muitos serão homenageados. Tal-

vez eu esteja entre eles, mas em nenhum momento serei o nº 1, tenho certeza de que não sou. Mas muito obrigado pela homenagem que me faz neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Mas falo em nome das pessoas que acompanham o trabalho de V. Ex^a neste Senado. Indiscutivelmente, temos em V. Ex^a um dos exemplares a serem seguidos aqui no Parlamento.

Com a palavra o Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que me faz ocupar a tribuna na noite de hoje é trazer algumas informações a respeito de um dos grandes problemas que estamos vivenciando no nosso País.

O trânsito brasileiro é qualquer coisa de inacreditável. Ele deixa de ser uma atividade exercida por motoristas para transformar-se em um corredor da morte. Não sei se isso é por falta de ação coercitiva ou por relaxamento das autoridades responsáveis pela fiscalização do trânsito brasileiro.

O fato é que, segundo estatísticas, nobre Senador Paim, a cada treze minutos, no nosso País, morre um brasileiro nas estradas ou nas calçadas. Isso transtorna quem tem oportunidade de assistir, de ouvir ou de ler notícias nos meios de comunicação. Isso significa que, ao cabo deste pronunciamento, alguém neste País morrerá atropelado ou num acidente no trânsito brasileiro.

O que motiva isso? Duas vertentes são absolutamente responsáveis por isso. Primeiro, o alcoolismo, a irresponsabilidade de quem assume o volante de um veículo para fazer daquilo ali um momento de lazer. Segundo, a também irresponsabilidade de quem recebe uma carteira de motorista e desenvolve altíssimas velocidades nas nossas estradas, que não são compatíveis com esse tipo de comportamento de quem conduz um veículo.

Nos últimos dez anos, esse terrível número aumentou em cerca de 30%. Especialistas não hesitam em apontar como causa principal para essa lastimável tendência a abominável combinação entre álcool e direção.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante desse quadro grave, fica o questionamento: por que as estatísticas apontam para o aumento dessa ocorrência se há pouco mais de três anos temos em vigor a Lei Seca? Das duas uma: ou a lei que estabeleceu a regra da Lei Seca terá de ser revogada porque não está servindo para nada ou quem tem a responsabilidade de fiscalizar relaxou e não está fiscalizando.

A resposta não é simples, mas entendo que alguns aspectos devem ser colocados para a reflexão no sentido de alavancar o debate da questão com se-

riedade e tentar construir neste Parlamento soluções para o seu enfrentamento.

O advento da chamada Lei Seca, promulgada em 2008, devido ao seu consequente choque de ordem, provocou resultados preliminares positivos. O aumento no aparato de fiscalização, a mobilização de parte da sociedade e a divulgação maciça de suas penalidades evocaram, no primeiro momento, um sentimento de cautela por parte dos infratores.

No entanto, nobre Senador Paim, a primeira coisa que se observa quando há um acidente com vítimas ou um acidente de proporções desastrosas, quando chega a fiscalização, o policial federal que está nas estradas ou o socorro às vítimas, é que muitas vezes o condutor está bêbado, sentado ainda no banco do seu carro, sem ter condições de sair de dentro do seu veículo. E você não pode constituir a prova, porque diz a nossa Constituição que ninguém é obrigado a constituir prova contra si próprio.

Ora, quando acontece o acidente, se eu me nego a fazer o teste do bafômetro, é porque eu tenho culpa. Quando não temos culpa, ou quando o cidadão não tem culpa, ele não se nega a fazer o teste do bafômetro ou a produzir a prova para esclarecer exatamente o que aconteceu. Mas fica por isso mesmo. Ele muitas vezes foge sem prestar socorro à vítima. E as autoridades responsáveis pela fiscalização do trânsito, em determinados momentos, também ficam impotentes para agir, porque, infelizmente, não acontece absolutamente nada.

E o que acontece, nobre Presidente Anibal Diniz? Estamos assistindo a um volume considerável de mortes de jovens com especialidade no trânsito maluco que temos no País, de norte a sul e de leste a oeste. E isso realmente nos traz preocupação. Porque o responsável não sofre absolutamente nada – há uma coisa no nosso Código Penal que diz que o crime não é doloso, é culposo. Mas uma coisa deveria ficar muito clara: o condutor de um veículo que toma bebidas excessivamente sabe que corre o risco de matar ou morrer. Se faz isso é porque não tem a mínima responsabilidade de conduzir um veículo. Mas alguns insistem em conduzir bêbados pelas estradas e pelas ruas deste País.

Muitas vezes, as pessoas, nobre Senador Paim, se encontram na calçada de sua porta e, quando menos esperam, são atropeladas e mortas, como pessoas de sua família. E não acontece absolutamente nada contra o condutor.

Nós temos uma fábrica de fazer cadáveres andando pelas ruas do País e pelas estradas do nosso Brasil. Isso chama a atenção.

Além do mais, quem paga a conta daqueles que vão para os hospitais? Quem paga a conta dos mu-

tilados, nobre Senador Paim? Quem é que vai dar a manutenção daquela família que tinha um pai de família, um arrimo de família e que foi tragado pela irresponsabilidade desses muitos condutores de veículos?

Precisamos agir, nobre Senador, com absoluta urgência no que diz respeito a esse tipo de ação praticada hoje no Brasil. Quando ficar caracterizado que houve má-fé, que houve irresponsabilidade, esse crime não pode ser culposos, e sim doloso. O cidadão, o rapaz, a moça, quem praticou esse tipo de violência contra terceiros nunca mais na vida poderia dirigir um veículo nobre Senador Diniz.

Dia desses, eu conversava com algumas pessoas que têm responsabilidade na condução desse tipo de procedimento no País, e diziam: “Mas, Senador, essa é uma decisão muito radical. Você cassar a carteira de um motorista que por uma razão qualquer matou alguém, provocou um acidente grave, não!”. Que história é essa? Por quê? Se está comprovado que ele não tinha nem tem responsabilidade para conduzir um veículo, se transformou aquele meio de transporte, utilizado para trabalhar, para o seu lazer e da sua família, em uma arma para matar. Normalmente, ele se protege dentro do carro, mas quem está lá fora não tem proteção.

Quando cai um avião, um acidente aéreo, por exemplo, uma aeronave, o que acontece muito raramente, porque é ainda um dos meios de transporte mais seguros do mundo, há uma comoção social, é uma coisa terrível: “Meu Deus! Caiu um avião e matou 200 pessoas”. No período em que o avião começa a cair até chegar ao solo, já morreram dezenas de pessoas aqui na terra. Se fizermos um levantamento – vou trazer isso, porque em meu gabinete estamos levantando as estatísticas, Senador Paim –, o número de pessoas que morrem por mês, o número de mutilados que vão para os hospitais, aqueles que vão para uma cadeira de roda em consequência de um acidente de trânsito. Faremos isso para que o Senado, por meio de uma ação conjunta dos Senadores, de todos nós, encontre mecanismos legais para punir os que são irresponsáveis porque sabem que não podem beber e dirigir, porque sabem também que não temos pistas suficientes e nem capazes de desenvolver altíssimas velocidades. Quem tem essa vocação deveria participar dos torneios de Fórmula 1 ou de Fórmula Indy, porque ali sim tem pista pronta para isso e você pode desenvolver a velocidade que bem lhe convier. Mas nas ruas e pistas das nossas cidades é absolutamente impraticável proceder dessa forma.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Tenho muita alegria em conceder um aparte ao nobre

Senador Paulo Paim. V. Ex^a vai contribuir, sem dúvida nenhuma, para a manifestação que estou fazendo na tarde de hoje.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento. E veja bem a coincidência: amanhã é Dia de Finados. Quantos não chorarão seus mortos em acidentes de trânsito! É dito pela população, e nós sabemos que é verdade, que mais morrem pessoas em acidente de trânsito no País do que nas guerras em outros países. V. Ex^a também tem razão: quem dirige bêbado é um irresponsável e tem que responder por seus atos. Ora, você pega um carro, transforma numa arma, mata um, dois, três, quatro, cinco, seis, como eu vi nesse fim de semana, e fica por isso mesmo. “Ah! Foi um momento em que eu não pensei bem e dirigi; não queria, mas matei.” Ora, isso não pode continuar. V. Ex^a tem toda razão: nós vamos ter que endurecer cada vez mais na legislação. E V. Ex^a vai além: quem paga a conta? Quem paga é a Seguridade Social; quem paga é o dinheiro da população, que vai para a saúde, para a assistência e para a Previdência. Quem paga é o INSS. E aí não tem dinheiro para uma saúde de qualidade para o nosso povo e não tem dinheiro para os aposentados. V. Ex^a sabe que eu falo todos os dias. Está uma briga; não votamos hoje a emenda dos sequer 80%, mas vai ser votada na próxima quarta-feira lá na Comissão de Orçamento. Eu só faço vínculo para dar toda a razão a V. Ex^a. Quem paga são aqueles que contribuem, do seu salário, mensalmente, com um percentual para a nossa Seguridade Social. V. Ex^a tem toda a razão: quantas e quantas pessoas que V. Ex^a conhece, que o Senador Anibal conhece, que perderam amigos, parentes, filhos, pais em acidentes de trânsito, pela irresponsabilidade de alguém que estava bêbado. E não querer fazer o teste do bafômetro, alguém que assassinou alguém, alegando a Constituição, eu quero saber que lei diz que ele pode matar as pessoas e não responder pelo crime cometido. Ele também está no campo total da ilegalidade. Tem que fazer o teste sim, e vai ter que se submeter ao rigor da lei. E eu não vejo muito problema não – e olha que eu não sou radical, como alguns pensam que sou, mas não sou – da sua proposta, de que um assassino que irresponsavelmente bebe e mata, como eu disse aqui, até meia dúzia ou mais de pessoas, quer continuar dirigindo. Depois vai ali à frente, bebe de novo, mata de novo e diz: “Ah, mas eu não quero perder a minha carteira”. V. Ex^a tem toda razão. É um bom debate. Meus cumprimentos pela coragem de trazer esse debate da carteira aqui para o plenário do Senado.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Quero cumprimentar o nobre Senador Paim pela

manifestação, que sei que é absolutamente sincera e de coração, e dizer, ao encerrar essas minhas manifestações, que voltarei, nobre Senador, numa próxima oportunidade, com dados muito mais relevantes, para fazer ver ao Senado Federal, nobre Senador Diniz, que precisamos tomar uma atitude.

Eu me lembro agora, ao ouvir V. Ex^a fazer suas considerações, nobre Senador Paim, que lá no meu Estado, na cidade de Maceió, em uma rua sem maior movimentação, uma garota empurrava um carrinho com uma criança, na calçada, dando banho de sol naquela criancinha. Quando, ao sair numa esquina, um desses irresponsáveis – era exatamente no domingo pela manhã –, que vinha de uma grande farra, perdeu o controle do veículo, subiu a calçada e matou as duas criaturas de Deus: a criancinha e a menina que empurrava o carrinho. E fugiu, correu, sem dar a menor assistência. Que coisa terrível!

Pois bem, 48 horas depois, ele se apresentou, disse que o carro quebrou a direção e foi para casa. E até hoje não respondeu por nada, absolutamente nada. Porque eu não me lembro, nobres Senadores, que a estatística mostre quantos respondem por esse crime absurdo, crime da irresponsabilidade. E quantos temos visto também... E V. Ex^a tem sido um dos defensores incansáveis dessa ação. E quando eu disse que quem paga a conta – eu sabia e sei perfeitamente, como disse V. Ex^a – é a sociedade, contribuindo, mas não contribui para matar gente, contribui para uma melhor educação e uma melhor saúde. Todos nós pedimos uma saúde de graça para a população carente do Brasil, mas uma saúde de qualidade, não a que temos hoje, porque o dinheiro que o contribuinte paga, que deveria reforçar a saúde pública, vai exatamente para atender essa demanda.

Os hospitais, por exemplo, nobre Senador, em determinado momento, não têm como atender, porque o volume de pessoas mutiladas é crescente, totalmente quebradas, em função dos acidentes de trânsito que temos no Brasil.

É preciso, nobres Senadores, como disse V. Ex^a, endurecer esse jogo, para que aquele que for comprovadamente responsável pela prática do acidente, pela morte, sem dúvida nenhuma, nunca mais na vida pegue em um carro, a não ser clandestinamente, mas não autorizado com a Carteira de Habilitação Nacional.

Em segundo lugar, ele terá que responder, perante a justiça, pelo crime praticado, porque ninguém, em sã consciência, pode admitir que alguém entre no carro e beba, inclusive conduzindo bebidas dentro dos carros, como temos visto por aí afora, garrafas de **whisky** e

de cachaça, pacotes de cerveja, e o sujeito com uma mão na direção e outra no copo de **whisky**. Isso...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – Temos que vencer esse jogo, porque, do contrário, vamos ter problemas os mais diversificados possíveis no que diz respeito exatamente a essa ação nefasta de motoristas irresponsáveis, porque há profissionais de qualidade que muitas vezes estão nas estradas carregando cargas de um lado para o outro do Brasil, para tirar o sustento da sua família e, em determinado momento, é acometido de um acidente grave, em que muitas vezes pode até morrer e a família ficar a Deus dar. É absolutamente impossível continuarmos convivendo com esse tipo de coisa.

Por isso, quero agradecer, nobre Presidente, pela gentileza de V. Ex^a, pela paciência de me conceder mais alguns minutos, e quero cumprimentá-lo, nobre Senador Paulo Paim. Espero que possamos fazer uma cruzada nesta Casa para encontrarmos os caminhos legais para que...

(Interrupção do som.)

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – ...esse tipo de coisa que acontece, porque a lei seca vai ser colocada em prática (*Fora do microfone.*) ou deverá ser revogada, porque não tem importância nenhuma. E a mesma coisa acontece, Senador Paim, com a lei do desarmamento. As pessoas que têm responsabilidade, muitas vezes conduzindo a arma para se proteger ou para levar valores da sua propriedade, são interdidadas em uma blitz, são presas em flagrante, e os marginais, os assaltantes, as pessoas que usam o crime para sobreviver, com elas não acontece absolutamente nada. Elas que têm todo tipo de arma sofisticada. É preciso também que revejamos essa situação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Amanhã é Dia de Finados. Quantos e quantos serão visitados, vítimas de acidente de trânsito e da irresponsabilidade de inúmeros motoristas por aí afora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Benedito.

Encontram-se sobre a mesa alguns expedientes a serem lidos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Senadora Vanessa Graziotin apresentou o **Requerimento nº 1.327, de 2011**, por meio do qual solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização de licença dos trabalhos da Casa para desempenhar missão em Cuba, no período de 8 a 13 de novembro de 2011, a convite do Embaixador de Cuba no Brasil, ocasião em que haverá outorga de bolsas

de estudos destinadas a estudantes brasileiros em decorrência de intercâmbio firmado entre os Grupos Parlamentares de Amizade do Brasil e de Cuba.

A matéria depende de parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Nesse sentido, encontra-se sobre a mesa – e foi distribuído ao Plenário – despacho do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *ad referendum* do seu colegiado, em que opina pela aprovação do Requerimento nº 1.327, de 2011.

É o seguinte o despacho:

**DESPACHO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL,
“AD REFERENDUM” DO PLENÁRIO DO
COLEGIADO, EM SUBSTITUIÇÃO AO
PARECER PREVISTO NO ART. 40, § 4º,
DO REGIMENTO INTERNO DO
SENADO FEDERAL**

Referente ao Requerimento nº 1.327, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, que requer, nos termos do art. 39 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerado como Missão Oficial, a convite do Embaixador de Cuba no Brasil e em nome da Assembleia Nacional do Poder Popular, a visita a Cuba, no mês de novembro de 2011, ocasião em que haverá a outorga de Bolsas de Estudos destinadas a estudantes brasileiros, dentro do intercâmbio entre Grupos Parlamentares de Amizade do Brasil e daquela nação caribenha. Requer, ainda, a designação da requerente para desempenhar a referida Missão, com ônus para o Senado Federal, no período de 08 a 13 de novembro de 2011, ocasião em que estará ausente do País.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional recebeu quinta-feira, dia 27 de outubro de 2011, o Requerimento em epígrafe, de autoria de Sua Excelência Senadora Vanessa Grazziotin.

Os Atos nºs 2 e 4, de 2011, desta Comissão, estabelecem rito de apreciação dessa modalidade de requerimento que não pôde ser observado, tendo em vista a proximidade entre a chegada do Requerimento, o início da viagem, e a realização de Reunião desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Isso posto, e tendo em vista que o Regimento Interno, em seu art. 41, autoriza ao Presidente da Casa despachar solicitação de licença quando a sua votação não puder ser realizada em duas sessões seguidas

ou, ainda, na hipótese de recesso, a Presidência desta Comissão decide adotar, com base no disposto no art. 412, inciso VI, do Regimento Interno procedimento análogo ao previsto no referido art. 41.

Desse modo, não tendo sido possível submeter o Requerimento ao Plenário da Comissão, o que somente poderá ocorrer na próxima reunião, este presidente avoca para si a responsabilidade de instruir favoravelmente a referida solicitação, “*ad referendum*” do Colegiado.

As razões para opinar favoravelmente estão contidas no convite da Embaixada de Cuba no Brasil que acompanha o Requerimento, especialmente no que tange ao intercâmbio promovido pelo Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Cuba, do qual a Senadora é presidente.

Em síntese, portanto, esta Presidência opina pela aprovação do Requerimento nº 1.327, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Sala da Comissão, 27 de outubro de 2011. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, comunicação de filiação partidária, que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 0450-2011

Brasília, 4 de outubro de 2011

Assunto: Comunicação de Filiação Partidária

Senhor Presidente,

Para os fins de atendimento do disposto no art. 7º, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, a partir desta data, passarei a ter a minha filiação partidária nesta Casa vinculada ao Partido Social Democrático – PSD, uma vez que a filiação à nova Legenda se deu em 30 de setembro passado, permanecendo inalterado o meu nome parlamentar.

Sala das Sessões, – Senador **Sérgio Petecão**.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali

previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2010 – Complementar**, da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a representação sindical dos Microempreendedores Individuais e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 550, de 2011, que altera a Lei Complementar nº 103, de 14 de junho de 2000, que autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22, para dispor sobre o piso salarial dos empregados com diploma em educação superior.

Sala das Sessões, – Senador **Walter Pinheiro**.

REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2011

Requeiro, nos termos do artigo 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 120, de 2011, que dispõe sobre o impedimento de repasses de verbas federais a Municípios que deixarem de respeitar a legislação pertinente aos servidores públicos municipais no tocante a pagamento de vencimentos e demais títulos de natureza salarial.

Sala das Sessões, de outubro de 2011. – Senador **Walter Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 665, DE 2011**

Acrescenta e altera dispositivo da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção

dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º A Só poderão ser qualificadas como organizações sociais entidades privadas que:

I – possuam, no mínimo, cinco anos de serviços prestados em seu campo de atuação;

II – possuam regularidade jurídico-fiscal, nos campos tributário, previdenciário e trabalhista, comprovada mediante certidões oficiais;

III – possuam produção acadêmica, científica ou tecnológica que ateste a excelência da instituição pretendente à qualificação.” (AC)

“Art. 2º-B Toda qualificação de entidade privada como organização social, será precedida de licitação específica para esse fim, na forma disciplinada em regulamento.” (AC)

“Art. 3º

VI – o Conselho de Administração deve reunir-se ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, a qualquer tempo.” (NR)

“Art. 8º

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, semestralmente ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Com a Reforma Administrativa de 1998, inúmeras modificações foram introduzidas no âmbito da Admi-

nistração Pública, com a finalidade de modernizar e tornar mais eficiente a gestão do setor público.

Antes mesmo da aprovação da Emenda nº 19, de 1998, o Estado brasileiro já havia adotado algumas providências gerenciais e normativas para dinamizar a atuação da Administração Pública, como, por exemplo, a criação das denominadas organizações sociais que passariam a ser um dos instrumentos de transferência, ao setor privado, da execução de atividade que vinha sendo desempenhada diretamente pelo setor público.

A Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, concretizou o modelo das organizações sociais, estabelecendo critérios para sua qualificação. Entretanto, os requisitos estipulados na nova norma, por sua excessiva flexibilidade, merecem ser aprimorados e tornados mais rigorosos.

Dessa forma, contamos com o apoio dos ilustres Pares para aprovação deste projeto de lei, que torna mais criterioso o processo de qualificação de entidades privadas como organizações sociais, merecendo destacar a introdução da exigência de realização de certame licitatório para fins de escolha das entidades a serem qualificadas.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998

Conversão da MPv nº 1.648-7, de 1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Organizações Sociais

Seção I

Da Qualificação

Art. 1º O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I – comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquela composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;

d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composição e atribuições da diretoria;

f) obrigatoriedade de publicação anual, no Diário Oficial da União, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II – haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

Seção II

Do Conselho de Administração

Art. 3º O conselho de administração deve estar estruturado nos termos que dispuser o respectivo estatuto, observados, para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, os seguintes critérios básicos:

I – ser composto por:

a) 20 a 40% (vinte a quarenta por cento) de membros natos representantes do Poder Público, definidos pelo estatuto da entidade;

b) 20 a 30% (vinte a trinta por cento) de membros natos representantes de entidades da sociedade civil, definidos pelo estatuto;

c) até 10% (dez por cento), no caso de associação civil, de membros eleitos dentre os membros ou os associados;

d) 10 a 30% (dez a trinta por cento) de membros eleitos pelos demais integrantes do conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

e) até 10% (dez por cento) de membros indicados ou eleitos na forma estabelecida pelo estatuto;

II – os membros eleitos ou indicados para compor o Conselho devem ter mandato de quatro anos, admitida uma recondução;

III – os representantes de entidades previstos nas alíneas “a” e “b” do inciso I devem corresponder a mais de 50% (cinquenta por cento) do Conselho;

IV – o primeiro mandato de metade dos membros eleitos ou indicados deve ser de dois anos, segundo critérios estabelecidos no estatuto;

V – o dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho, sem direito a voto;

VI – o Conselho deve reunir-se ordinariamente, no mínimo, três vezes a cada ano e, extraordinariamente, a qualquer tempo;

VII – os conselheiros não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem;

VIII – os conselheiros eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade devem renunciar ao assumirem funções executivas.

Art. 4º Para os fins de atendimento dos requisitos de qualificação, devem ser atribuições privativas do Conselho de Administração, dentre outras:

I – fixar o âmbito de atuação da entidade, para consecução do seu objeto;

II – aprovar a proposta de contrato de gestão da entidade;

III – aprovar a proposta de orçamento da entidade e o programa de investimentos;

IV – designar e dispensar os membros da diretoria;

V – fixar a remuneração dos membros da diretoria;

VI – aprovar e dispor sobre a alteração dos estatutos e a extinção da entidade por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros;

VII – aprovar o regimento interno da entidade, que deve dispor, no mínimo, sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências;

VIII – aprovar por maioria, no mínimo, de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo os procedimentos que deve adotar para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da entidade;

IX – aprovar e encaminhar, ao órgão supervisor da execução do contrato de gestão, os relatórios gerenciais e de atividades da entidade, elaborados pela diretoria;

X – fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas e aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da entidade, com o auxílio de auditoria externa.

Seção III

Do Contrato de Gestão

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, entende-se por contrato de gestão o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas relacionadas no art. 1º.

Art. 6º O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.

Parágrafo único. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.

Art. 7º Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e, também, os seguintes preceitos:

I – especificação do programa de trabalho proposto pela organização social, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II – a estipulação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos dirigentes e empregados das organizações sociais, no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado ou autoridades supervisoras da área de atuação da entidade devem definir as demais cláusulas dos contratos de gestão de que sejam signatários.

Seção IV
**Da Execução e Fiscalização
do Contrato de Gestão**

Art. 8º A execução do contrato de gestão celebrada por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Art. 9º Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 10. Sem prejuízo da medida a que se refere o artigo anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público, à Advocacia-Geral da União ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o seqüestro dos bens dos seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações mantidas pelo demandado no País e no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

§ 3º Até o término da ação, o Poder Público permanecerá como depositário e gestor dos bens e valores seqüestrados ou indisponíveis e velará pela continuidade das atividades sociais da entidade

Seção V
Do Fomento às Atividades Sociais

Art. 11. As entidades qualificadas como organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Art. 13. Os bens móveis públicos permitidos para uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, condicionado a que os novos bens integrem o patrimônio da União.

Parágrafo único. A permuta de que trata este artigo dependerá de prévia avaliação do bem e expressa autorização do Poder Público.

Art. 14. É facultado ao Poder Executivo a cessão especial de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem.

§ 1º Não será incorporada aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

§ 2º Não será permitido o pagamento de vantagem pecuniária permanente por organização social a servidor cedido com recursos provenientes do contrato de gestão, ressalvada a hipótese de adicional relativo ao exercício de função temporária de direção e assessoria.

§ 3º O servidor cedido perceberá as vantagens do cargo a que fizer juz no órgão de origem, quando ocupante de cargo de primeiro ou de segundo escalão na organização social.

Art. 15. São extensíveis, no âmbito da União, os efeitos dos arts. 11 e 12, § 3º, para as entidades qualificadas como organizações sociais pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, quando houver reciprocidade e desde que a legislação local não contrarie os preceitos desta Lei e a legislação específica de âmbito federal.

Seção VI Da Desqualificação

Art. 16. O Poder Executivo poderá proceder à desqualificação da entidade como organização social, quando constatado o descumprimento das disposições contidas no contrato de gestão.

§ 1º A desqualificação será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da organização social, individual e solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

§ 2º A desqualificação importará reversão dos bens permitidos e dos valores entregues à utilização da organização social, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

CAPÍTULO II Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 17. A organização social fará publicar, no prazo máximo de noventa dias contado da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.

Art. 18. A organização social que absorver atividades de entidade federal extinta no âmbito da área de saúde deverá considerar no contrato de gestão, quanto ao atendimento da comunidade, os princípios do Sistema Único de Saúde, expressos no [art. 198 da Constituição Federal](#) e no [art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#).

Art. 19. As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos. ([Regulamento](#))

Art. 20. Será criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização – PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios para a qualificação de organizações sociais, a fim de assegurar a absorção de atividades desenvolvidas por entidades ou órgãos públicos da União, que atuem nas atividades referidas no art. 1º, por organizações sociais, qualificadas na forma desta Lei, observadas as seguintes diretrizes:

- I – ênfase no atendimento do cidadão-cliente;
- II – ênfase nos resultados, qualitativos e quantitativos nos prazos pactuados;
- III – controle social das ações de forma transparente.

Art. 21. São extintos o Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, integrante da estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e a Fundação Roquette Pinto, entidade vinculada à Presidência da República.

§ 1º Competirá ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado supervisionar o processo de inventário do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, a cargo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, cabendo-lhe realizá-lo para a Fundação Roquette Pinto.

§ 2º No curso do processo de inventário da Fundação Roquette Pinto e até a assinatura do contrato de gestão, a continuidade das atividades sociais ficará sob a supervisão da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

§ 3º É o Poder Executivo autorizado a qualificar como organizações sociais, nos termos desta Lei, as pessoas jurídicas de direito privado indicadas no Anexo I, bem assim a permitir a absorção de atividades desempenhadas pelas entidades extintas por este artigo.

§ 4º Os processos judiciais em que a Fundação Roquette Pinto seja parte, ativa ou passivamente, serão transferidos para a União, na qualidade de sucessora, sendo representada pela Advocacia-Geral da União.

Art. 22. As extinções e a absorção de atividades e serviços por organizações sociais de que trata esta Lei observarão os seguintes preceitos:

I – os servidores integrantes dos quadros permanentes dos órgãos e das entidades extintos terão garantidos todos os direitos e vantagens decorrentes do respectivo cargo ou emprego e integrarão quadro em extinção nos órgãos ou nas entidades indicados no Anexo II, sendo facultada aos órgãos e entidades supervisoras, ao seu critério exclusivo, a cessão de servidor, irrecusável para este, com ônus para a origem, à organização social que vier a absorver as correspondentes atividades, observados os §§ 1º e 2º do art. 14;

II – a desativação das unidades extintas será realizada mediante inventário de seus bens imóveis e de seu acervo físico, documental e material, bem como dos contratos e convênios, com a adoção de providências dirigidas à manutenção e ao prosseguimento das atividades sociais a cargo dessas unidades, nos termos da legislação aplicável em cada caso;

III – os recursos e as receitas orçamentárias de qualquer natureza, destinados às unidades extintas, serão utilizados no processo de inventário e para a manutenção e o financiamento das atividades sociais até a assinatura do contrato de gestão;

IV – quando necessário, parcela dos recursos orçamentários poderá ser reprogramada, mediante crédito especial a ser enviado ao Congresso Nacional,

para o órgão ou entidade supervisora dos contratos de gestão, para o fomento das atividades sociais, assegurada a liberação periódica do respectivo desembolso financeiro para a organização social;

V – encerrados os processos de inventário, os cargos efetivos vagos e os em comissão serão considerados extintos;

VI – a organização social que tiver absorvido as atribuições das unidades extintas poderá adotar os símbolos designativos destes, seguidos da identificação “OS”.

§ 1º A absorção pelas organizações sociais das atividades das unidades extintas efetivar-se-á mediante a celebração de contrato de gestão, na forma dos arts. 6º e 7º.

§ 2º Poderá ser adicionada às dotações orçamentárias referidas no inciso IV parcela dos recursos decorrentes da economia de despesa incorrida pela União com os cargos e funções comissionados existentes nas unidades extintas.

Art. 23. É o Poder Executivo autorizado a ceder os bens e os servidores da Fundação Roquette Pinto no Estado do Maranhão ao Governo daquele Estado.

~~Art. 23-A. Os servidores oriundos da extinta Fundação Roquette Pinto e do extinto Território Federal de Fernando de Noronha poderão ser redistribuídos ou cedidos para órgãos e entidades da Administração Pública Federal, independentemente do disposto no inciso II do art. 37 e no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurados todos os direitos e vantagens, inclusive o pagamento de gratificação de desempenho ou de produtividade, sem alteração de cargo ou de tabela remuneratória. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)~~

~~Parágrafo único. As disposições do caput aplicam-se aos servidores que se encontram cedidos nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 desta Lei. (Incluído pela Medida Provisória nº 479, de 2009)~~

Art. 23-A. Os servidores oriundos da extinta Fundação Roquette Pinto e do extinto Território Federal de Fernando de Noronha poderão ser redistribuídos ou cedidos para órgãos e entidades da Administração Pública Federal, independentemente do disposto no inciso II do art. 37 e no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assegurados todos os direitos e vantagens, inclusive o pagamento de gratificação de desempenho ou de produtividade, sem alteração de cargo ou de tabela remuneratória. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Parágrafo único. As disposições do caput aplicam-se aos servidores que se encontram cedidos nos termos do inciso I do art. 22 e do art. 23 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)

Art. 24. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.648-7, de 23 de abril de 1998.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 1998; 177º da Independência e 110º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Paulo Paiva – José Israel Vargas – Luiz Carlos Bresser Pereira – Clovis de Barros Carvalho .**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 18.5.1998 e retificado no DOU 25-5-1998

(Às Comissões de Assuntos Sociais e, nos termos do art. 49, I, do Regimento Interno; de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 666, DE 2011

Altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, para dispor sobre a destinação dos recursos financeiros provenientes de multas fixadas em condenação de ações civis públicas que envolvam danos causados a bens e direitos coletivos ou difusos de natureza trabalhista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 1º e 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.
.....
VII – no âmbito da relação de trabalho.” (NR)
“Art.13.
.....

§ 3º Havendo condenação com fundamento em danos causados a bens e direitos coletivos ou difusos, de natureza trabalhista, nos termos do art. 1º desta Lei, os valores pecuniários das multas:

I – serão revertidos ao fundo de que trata o *caput* e utilizados para a promoção de ações de formação e qualificação profissional e de desenvolvimento de inovação tecnológica por cooperativas;

II – a critério do Juiz, poderão ser utilizados para a realização de obrigações do réu, sempre que possível, vinculada à natureza dos danos causados e que contribuam, direta ou indiretamente, para a proteção e promoção dos bens jurídicos lesados.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Na jurisprudência trabalhista, não encontramos divergências relevantes no que se refere à questão das multas aplicáveis, em dinheiro, aos condenados por danos causados a bens e direitos coletivos ou difusos de natureza laboral.

A prática amplamente majoritária, na Justiça do Trabalho, é no sentido da transferência dos recursos assim auferidos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, dada a inexistência de uma norma legal específica sobre o tema. É em função desse vazio legislativo que o Tribunal Superior do Trabalho discute o destino dos recursos auferidos com a cobrança de multas por danos coletivos ou difusos.

No que se refere às ações civis públicas, a regra geral, constante do *caput* do art. 13 da citada lei, afirma:

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselho Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

O Decreto nº 1.306, de 9 de novembro de 1994, “regulamenta o Fundo de Defesa de Direitos Difusos, de que tratam os arts. 13 e 20 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985”. No texto do referido decreto não encontramos, entretanto, norma clara que destine as multas trabalhistas, em ações por danos coletivos, para esse fundo.

Há, por outro lado, decisões isoladas destinando valores para instituições de saúde ou outros entes da comunidade lesada, conforme a natureza do dano e a possibilidade de ressarcimento ou reparação de seus efeitos.

Nesse sentido, Xisto Tiago de Medeiros Neto (citado por SCHIAVI, Mauro. Ações de reparação por danos morais decorrentes da relação de trabalho/Mauro Schiavi. São Paulo: LTr, 2011):

Admite-se, ainda, a possibilidade de convocação ou redirecionamento da parcela indenizatória objeto da condenação, mediante destinação a outra aplicação que não seja o Fundo específico previsto em lei. É o caso da conciliação judicial no âmbito da ação civil pública, em que as partes, tendo em vista o pedido formulado e/ou eventual condenação relativa ao dano moral coletivo, acordem sobre a transformação do respectivo valor na realização de determinadas obrigações do réu, que venham a contribuir, direta ou indiretamente, para a proteção e promoção dos bens jurídicos lesados, objeto da tutela pretendida por meio da demanda.

Seriam exemplos de tais obrigações pactuadas com o ofensor: **a)** promover e financiar campanha publicitária ou educativa; **b)** efetuar específica obra; **c)** adquirir e entregar bens a determinadas entidades públicas ou privadas (realizadoras de atividades de interesse público ou social) e que sejam úteis às suas iniciativas; **d)** executar certo projeto de cunho social.

Como se pode ver, o ideal é que a destinação desses recursos esteja, na medida do possível, vinculada à natureza dos danos causados.

Entendemos ser também oportuna a canalização dos valores decorrentes de multas indenizatórias, para “ações de formação e qualificação profissional e desenvolvimento de inovação tecnológica por cooperativas”, que, sem dúvida alguma, em muito podem beneficiar especialmente o trabalhador.

Por essas razões, e diante do indiscutível alcance social desta iniciativa, esperamos contar com o apoio irrestrito de todos os membros do Congresso Nacional para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, – Senador **Antonio Carlos Valadares**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I – ao meio-ambiente;

II – ao consumidor;

III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

III – à ordem urbanística; (Incluído pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) (Vide Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

III – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IV – (VETADO);

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)

IV – a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Renumerado do Inciso III, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) (Vide Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

IV – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Incluído pela Lei nº 8.078 de 1990)

~~V – por infração da ordem econômica. (Incluído pela Lei nº 8.884 de 1994)~~

~~V – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo. (Renumerado do Inciso IV, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001) (Vide Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)~~

~~VI – por infração da ordem econômica. (Renumerado do Inciso V, pela Lei nº 10.257, de 10.7.2001)~~

V – por infração da ordem econômica e da economia popular; (Redação dada pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

VI – à ordem urbanística. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados. (Incluído pela Medida provisória nº 2.180-35, de 2001)

I – o Ministério Público; (Redação dada pela Lei nº 11.448, de 2007).

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

§ 1º. Enquanto o fundo não for regulamentado, o dinheiro ficará depositado em estabelecimento oficial de crédito, em conta com correção monetária. (Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.288, de 2010)

§ 2º Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica nos termos do disposto no art. 1º desta Lei, a prestação em dinheiro reverterá diretamente ao fundo de que trata o caput e será utilizada para ações de promoção da igualdade étnica, conforme definição do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, na hipótese de extensão nacional, ou dos Conselhos de Promoção de Igualdade Racial estaduais ou locais, nas hipóteses de danos com extensão regional ou local, respectivamente. (Incluído pela Lei nº 12.288, de 2010)

Art. 22. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerado do art. 21, pela Lei nº 8.078, de 1990)

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerado do art. 22, pela Lei nº 8.078, de 1990)

Brasília, em 24 de julho de 1985; 164º da Independência e 97º da República. – **JOSÉ SARNEY** – **Fernando Lyra**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2011

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, que cria Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para instituir o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 1º-A.

“Art. 1º-A Fica criado o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, que registrará casos de desaparecimento relacionados a adultos.”

Art. 2º O Artigo 2º da Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A União manterá, no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, a base de dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, a qual conterá as características físicas e dados pessoais de crianças e adolescentes, e do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, a qual conterá as características físicas e pessoais de adultos, cujo desaparecimento tenha sido registrado em órgão de segurança pública federal ou estadual.” (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, criou o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes, medida que concedeu maior institucionalidade ao cadastro que já vinha sendo mantido desde 2000 pelo Ministério da Justiça. Tal ferramenta havia contribuído, até meados deste ano de 2011, conforme informações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para a localização de aproximadamente 700 meninos e meninas cujo paradeiro era desconhecido de suas famílias.

No entanto, o desaparecimento de pessoas adultas também é um problema que aflige as famílias brasileiras e que precisa ser enfrentado. A criação de um cadastro nacional com tal finalidade irá, com certeza, organizar os sistemas de busca em funcionamento nos estados, e incentivar seu funcionamento naqueles que não contem com tal recurso, pois a Lei cuja alteração propomos, prevê a celebração de convênios com a União com essa finalidade.

Sabemos que um dos problemas graves relacionados ao desaparecimento de pessoas no País é a ausência de estatísticas produzidas de maneira centralizada, capazes de informar as causas que levaram a pessoa a se afastar de seus lares ou de terem sido induzidas ou forçadas a tanto. É necessário, portanto, facilitar o registro de ocorrências e nacionalizar as buscas, pois de outra maneira não se obterá os resultados esperados. Esses dados são fundamentais para que o problema possa ser compreendido, diagnosticado e, finalmente, para que sejam elaboradas políticas públicas mais eficazes no enfrentamento dessa questão.

Por isso é que apresentamos a presente proposição, cientes de que o Ministério da Justiça, já ampliou o funcionamento do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, de maneira a incluir também as pessoas adultas. Porém, tal iniciativa carece de amparo legal, a fim de lhe garantir a estabilidade necessária ao seu funcionamento, aspecto que será provido com a aprovação deste Projeto de Lei.

Diante do exposto, pedimos o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, – Senador **Vital do Rêgo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 12.127, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

Cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

Art. 2º A União manterá, no âmbito do órgão competente do Poder Executivo, a base de dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, a qual conterà as características físicas e dados pessoais de crianças e adolescentes cujo desaparecimento tenha sido registrado em órgão de segurança pública federal ou estadual.

Art. 3º Nos termos de convênio a ser firmado entre a União e os Estados e o Distrito Federal, serão definidos:

I – a forma de acesso às informações constantes da base de dados;

II – o processo de atualização e de validação dos dados inseridos na base de dados.

Art. 4º Os custos relativos ao desenvolvimento, instalação e manutenção da base de dados serão suportados por recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de dezembro de 2009; 188º da Independência e 121º da República. – **JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA – Tarso Genro**.

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 18-12-2009

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Senhora Presidente da República, as seguintes Mensagens:

– nº 491, de 2011, *na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2011, (nº 1.209/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nºs 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 12.513, de 2011; e*

– nº 492, de 2011, *na origem, que restitui os autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011 (proveniente da Medida Provisória nº 536, de 2011), que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições devidas aos conselhos profissio-*

nais em geral, sancionado e transformado na Lei nº 12.514, de 2011.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar de cada autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – O Sr. Senador Romero Jucá e a Sr^a Senadora Ângela Portela enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, o Governo da Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso Nacional, no final do mês de agosto, o Plano Plurianual 2012-2015, que prevê investimentos oficiais da ordem de R\$ 5,4 trilhões.

São recursos substantivos incrementados em 38% no cotejo com o PPA do quadriênio que se encerra neste ano. O montante será investido em 65 programas temáticos, identificados com a agenda governamental e voltados para a oferta de bens e serviços à sociedade, e em 44 programas de gestão e manutenção do Estado.

Os programas temáticos deverão receber 83 % do volume total de recursos, enquanto o restante será aplicado em gestão e manutenção estatal.

É importante observar, Senhor Presidente, a prioridade e a ênfase concedidas pelo Governo Federal, no PP A que vigora a partir do próximo ano, aos bens e serviços diretamente oferecidos à população. Estamos diante de uma mudança de foco importante, que vai favorecer ainda mais, como não poderia deixar de ser, a sociedade e os milhões de contribuintes brasileiros.

Agora, cada área de Governo deve identificar no PP A qual o benefício que, objetivamente, será entregue à população. Por exemplo: o indicador que avaliava os resultados do SUS era o valor do repasse feito a Estados e Municípios. A partir de 2012, a aferição será feita pelo aumento da rede de equipamentos e serviços instalados e pelo número de atendimentos prestados.

A nova sistemática impõe maior nível de comprometimento por parte do Governo e de seus agentes, além de permitir à sociedade a aferição objetiva e pontual dos serviços públicos realizados.

A área social será contemplada com quase 57% dos recursos, ou R\$ 2,6 trilhões, seguindo-se infraestrutura, com R\$ 1,2 trilhão, e desenvolvimento produtivo e ambiental, com R\$ 663 bilhões.

Ao definir as políticas públicas federais para os próximos quatro anos, o PP A revela e busca concretizar os compromissos do mandato presidencial. Além disso, passa a atuar em harmonia, dentro de uma relação de complementariedade, com a Lei Orçamentária Anual.

Os desafios que o Brasil deverá enfrentar no futuro próximo estão claramente projetados no PP A e podem ser resumidos em 11 pontos: Projeto Nacional de Desenvolvimento; Erradicação da Pobreza Extrema; Ciência, Tecnologia e Inovação; Educação, Conhecimento, Cultura e Esportes; Saúde, Previdência e Assistência Social; Cidadania; Infraestrutura; Democracia e Participação Social; Integridade e Soberania Nacional; Segurança Pública; e Gestão Pública.

O Plano Plurianual 2012-2015 está em tramitação desde o início do mês e já começou a receber emendas, devendo ser encaminhado à Mesa do Congresso Nacional até o dia 02 de novembro próximo.

Quero salientar que com o novo PP A, ora sob análise do Poder Legislativo, o Governo Federal atualiza e requalifica pública, buscando equipar o País para a continuada superação dos enormes desafios que estão diante de todos nós.

Muito obrigado.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no dia 15 de junho foi criado e instalado o Grupo Parlamentar Misto Brasil/Venezuela, um colegiado que inicialmente recebeu a adesão de mais de 90 deputados federais e 30 senadores.

Este grupo, ou frente parlamentar, tem o objetivo de promover iniciativas, no âmbito do Legislativo, a fim de aproximar os dois países e superar dificuldades nas relações bilaterais, especialmente nas áreas de fronteira.

Como todos sabem, este Congresso Nacional já ratificou a adesão da Venezuela como membro pleno do Mercosul. Para que esta adesão seja concluída, falta apenas uma deliberação do Congresso Nacional do Paraguai.

Acreditamos que o ingresso efetivo da Venezuela no Mercosul terá repercussões positivas para todos os atuais membros do bloco e especialmente para o Brasil, uma vez que é o único destes que tem uma fronteira física com o país vizinho.

Durante o governo Lula o comércio bilateral entre Brasil e Venezuela deu um verdadeiro salto, saindo de pouco mais de 500 milhões de dólares no início da década passada para mais de 5 bilhões em 2010. Com claras vantagens para o Brasil, que exporta quase dez vezes mais do que compra daquele país.

Este incremento, no entanto, tem poucos resultados práticos para os estados da Amazônia, que são justamente aqueles que estão mais próximos ou até fazem fronteira com a Venezuela, como é o caso do Estado de Roraima.

Por essa razão e preocupados com as inúmeras dificuldades apontadas por turistas, comerciantes e de-

mais pessoas que usam diariamente aquela fronteira, resolvemos tomar algumas iniciativas que possam aprimorar a qualidade do atendimento prestado por órgãos públicos na divisa entre as cidades de Pacaraima, do lado brasileiro, e Santa Elena de Uiarén, na Venezuela.

Na condição de coordenadora do grupo parlamentar Brasil/Venezuela, no dia 22 de outubro fiz uma visita surpresa à fronteira, acompanhada do embaixador da Venezuela no Brasil, senhor Maximillian Arvelaiz Sanchez, e do cônsul da Venezuela em Roraima, senhor Efraim Flores.

A preocupação de chegar às instalações de fronteira sem aviso prévio, tomada de comum acordo com a Embaixada da Venezuela, foi para evitar providências de última hora ou qualquer tipo de “maquiagem” no funcionamento destes estabelecimentos. Enfim, nosso objetivo era verificar como, efetivamente, funcionam e quais deficiências.

E não são poucas as dificuldades enfrentadas pela população da fronteira, senhor presidente. Desde a estrutura precária dos órgãos responsáveis pelo lado brasileiro, como é o caso de Receita Federal, Polícia Federal, Vigilância Sanitária, até agressões e arbitrariedades sofridas por turistas no país vizinho.

Há ainda uma grande dificuldade no que diz respeito ao abastecimento de veículos. O preço da gasolina e do óleo diesel do lado venezuelano equivale a 10% do que é cobrado no Brasil.

Por essa razão, centenas de veículos, até mesmo de Boa Vista, distante mais de 200 quilômetros, acorrem todos os dias para abastecer no único posto da fronteira que atende aos brasileiros.

Além das imensas filas exatamente na divisa entre os dois países, das longas horas de espera, os brasileiros reclamam que, constantemente, deixam de ser atendidos ou que sofrem constrangimentos por parte de militares armados.

Pesa ainda o fato de muitos veículos brasileiros com os tanques adulterados abastecerem naquele posto com o único objetivo de promover o contrabando e o descaminho de derivados de petróleo.

Este é um negócio lucrativo, que envolve um número cada vez maior de pessoas e que tem gerado uma série de problemas em Roraima.

Além de prejudicarem outros veículos que ali precisam abastecer, esses pampeiros, como são conhecidos, colocam em risco a própria vida e de outras pessoas que circulam pela BR-174. Há inúmeros casos de acidentes e explosões, já que este transporte não obedece a condições mínimas de segurança.

Além desta, há inúmeras outras situações que demandam medidas urgentes, tanto das autoridades brasileiras quanto venezuelanas.

Caminhões que fazem o transporte de mercadorias entre os dois países ficam retidos durante dias na fronteira por suposta ausência da documentação necessária. Quando a carga é perecível, a situação é ainda mais grave.

Na maioria dos casos, a maior dificuldade decorre da falta de uma ação integrada entre as instituições dos dois lados da fronteira.

Esta ausência de uma ação coordenada está na origem de outros problemas envolvendo turistas do Amazonas e Roraima que tentam ingressar na Venezuela, como a exigência de seguros para os veículos e passaportes, quando acordos bilaterais já permitem o trânsito exclusivamente com a carteira de identidade.

Recentemente as autoridades venezuelanas também passaram a restringir o acesso de veículos fretados por turistas brasileiros. Vans com mais de 17 passageiros são obrigadas a voltar da fronteira por não cumprirem a legislação daquele país.

Tudo isso, senhor presidente, sem falar dos problemas comuns a praticamente todas as fronteiras brasileiras, como o tráfico internacional de pessoas, principalmente meninas para exploração sexual, o tráfico de drogas, contrabando e descaminho de mercadorias.

É preciso destacar aqui, senhor presidente, a sensibilidade e o empenho do embaixador Maximillien Arvelaiz, que se prontificou a verificar pessoalmente a situação, ouvir os moradores das duas cidades na fronteira e conversar com as autoridades.

Dos inúmeros problemas relatados, o embaixador esclareceu, naquela oportunidade, que a maioria pode ser resolvida rapidamente, com os devidos entendimentos entre Caracas e Brasília.

É preciso destacar também o empenho do corpo diplomático venezuelano em superar as barreiras que ainda existem e para melhorar as condições de atendimento ao público naquela fronteira.

A atenção e dedicação do embaixador nos deixam bastante otimistas quanto ao encaminhamento de uma rápida solução para vários dos empecilhos relatados por moradores, turistas e empresários.

Volto a afirmar, senhor presidente, a importância da adesão plena da Venezuela ao Mercosul. A integração comercial e cultural com o Brasil, especialmente com o Estado de Roraima, já é evidente.

Mas para que esta integração ocorra sem sobressaltos e sem prejuízos para nossos compatriotas, medidas urgentes precisam ser adotadas também do lado brasileiro para dar àquela fronteira uma feição mais cidadã e um atendimento mais humanizado.

Embora praticamente não apareça nas estatísticas oficiais de comércio entre Brasil e Venezuela, Roraima possui um intenso fluxo comercial com aquele país.

Justamente por ser um porto livre, com sistema tributário diferenciado, a cidade de Santa Elena atrai centenas de roraimenses para as compras em seu comércio.

Este fluxo de mercadorias em pequenas quantidades – que não passam pelas autoridades alfandegárias – é responsável pela sobrevivência do comércio de Santa Elena e retrata de forma inequívoca a integração das duas economias.

Por outro lado, a instalação de uma Área de Livre Comércio e de uma Zona de Processamento de Exportações em Boa Vista não pode prescindir de uma fronteira que funcione 24 horas e que atenda de forma satisfatória as operações de importação e exportação.

Do ponto de vista da logística, o acesso às estradas e portos venezuelanos é fundamental para o fluxo de mercadorias da região norte do Brasil em direção aos mercados do Caribe, das Américas do Norte e Central e mesmo ao oriente, por meio do Canal do Panamá.

Diante do crescimento do comércio bilateral nos últimos anos e das perspectivas com a entrada da Venezuela no Mercosul e instalação de ALCs e ZPE em Roraima, é imperativo encontrarmos soluções para estas dificuldades.

Como bem definiu o embaixador Maximilliam Arvelaiz durante a visita à Pacaraima e Santa Elena, aquela fronteira precisa se transformar em uma vitrine dos dois países, um local que expresse a importância econômica e estratégica que, efetivamente, tem.

Quero chamar a atenção também para o fato de este Congresso Nacional Brasileiro não ter analisado ainda vários acordos internacionais firmados entre os presidentes Lula e Hugo Chavez entre 2005 e 2010.

São acordos nas áreas de comunicações, ciência e tecnologia, indústria aeroespacial e até para a transferência de pessoas condenadas.

Alguns já foram analisados por todas as comissões pertinentes e estão prontos para votação em plenário. Basta que sejam incluídos na pauta.

Dois destes acordos ainda pendentes interessam especialmente a Roraima. O primeiro deles estabelece

regime especial fronteiriço e o segundo trata de localidades fronteiriças vinculadas.

Nestes dois casos, a tramitação depende de análises da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ministérios da Agricultura, Justiça, Meio Ambiente, Saúde, Educação e, ainda, Receita e Anvisa.

Para encerrar, gostaria de comunicar que estamos encaminhando à Presidência do Congresso Nacional, na pessoa do excelentíssimo presidente José Sarney, ofício solicitando urgência na votação em plenário dos acordos bilaterais entre Brasil e Venezuela cuja análise, nas comissões, já tenha sido concluída.

Estamos solicitando também providências para que os acordos que estabelecem o regime especial fronteiriço entrem na pauta da Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, do Senado Federal.

Na certeza de que esta Casa ainda tem muito a contribuir para a construção de excelentes relações com nossos parceiros do Mercosul, senhor presidente, o Grupo Parlamentar Brasil/Venezuela aguarda ansiosamente a efetiva implantação destes acordos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC)

– Não havendo mais oradores inscritos, vamos encerrar esta sessão, na torcida de todos os Senadores desta Casa para que o ex-Presidente Lula tenha plena e rápida recuperação desta doença que o acomete neste momento, esse câncer da laringe. Se Deus quiser, ele vai superá-lo a exemplo de todos os momentos difíceis pelos quais passou ao longo da vida e que venceu com galhardia. Ele vai também vencer essa doença.

Dessa forma, encerrando esses trabalhos da sessão de hoje convocamos nova sessão para data normal de expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 19 horas e 31 minutos.)

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigo 13, artigo 43, I e II, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RIF	PERÍODO	FINALIDADE
552-M	Benedito de Lira	13	27.10	Atividade Parlamentar
553-M	Garibaldi Alves	13	01 a 03.11	Atividade Parlamentar
554-M	Waldemir Moka	13	01 a 03.11	Atividade Parlamentar
555-M	Sérgio Petecão	13	01 e 03.11	Atividade Parlamentar
556-M	Eduardo Braga	43, II	01 e 03.11	Licença Particular
557-M	Humberto Costa	13	27.10	Atividade Parlamentar
558-M	Eduardo Suplicy	13	31.10	Atividade Parlamentar
559-M	João Durval	13	31.10	Atividade Parlamentar
560-M	João Durval	13	01 e 03.11	Atividade Parlamentar
561-M	Renan Calheiros	13	27.10	Atividade Parlamentar
562-M	Marcelo Crivella	43,II	31.10 e 01.11	Licença Particular
563-M	Zeze Perrella	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
564-M	Mário Couto	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
565-M	Eduardo Amorim	13	31.10	Atividade Parlamentar
566-M	Eduardo Amorim	13	01.11	Atividade Parlamentar
567-M	João Vicente Claudino	13	31.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
568-M	Maria do Carmo Alves	13	31.10	Atividade Parlamentar
569-M	Jayme Campos	13	31.10	Atividade Parlamentar
570-M	Ana Rita	13	31.10	Atividade Parlamentar
571-M	Lúcia Vânia	13	31.10	Atividade Parlamentar
572-M	Eduardo Braga	43, I	26.10	Licença Saúde
573-M	Marta Suplicy	13	31.10 e 01.11	Atividade Parlamentar
574-M	Aécio Neves	13	31.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
575-M	Clóvis Fecury	13	31.10 a 01.11	Atividade Parlamentar
576-M	Vanessa Grazziotin	13	31.10	Atividade Parlamentar
577-M	Jayme Campos	13	01.11	Atividade Parlamentar
578-M	Maria do Carmo Alves	13	01.11	Atividade Parlamentar
579-M	Armando Monteiro	13	01.11	Atividade Parlamentar
580-M	Humberto Costa	13	01.11	Atividade Parlamentar
581-M	Fernando Collor	13	31.10	Atividade Parlamentar
582-M	Marinor Brito	13	14 a 16.11	Atividade Parlamentar
583-M	Cícero Lucena	13	01 e 03.11	Atividade Parlamentar
584-M	Armando Monteiro	13	31.10	Atividade Parlamentar
585-M	Pedro Simon	43, I	31.10 a 06.11	Licença Saúde
586-M	Renan Calheiros	13	01.11	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO ^(3,11)	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,13)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,15)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).

2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).

3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).

4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).

5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfê Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008
Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** . Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO
NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA**

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. n° 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. n° 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal n°s 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

* Em 31.10.2011, foi lido o Of. n° 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado
pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

** . Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
 3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
 4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
 7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
 2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
 3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim, com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).

3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimento nº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.

** Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.

***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).

****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(3,5,17,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,16)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,17)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,17)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,17)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 17. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁶⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁹⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
 - ** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
 - ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
 - ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
 - *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 9. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
 20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
 22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3303-4604
Fax: 3303-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ^(1,3,6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Kátia Abreu (PSD)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).

2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**.. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Anfbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)
RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,7)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,8)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 9. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,9,17)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) (1)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. N° 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,9)	4. VAGO ^(3,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
 3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
 4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
 5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
 9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁶⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(6,13)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
15. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Reditario Cassol (PP) ^(4,6)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,4,7)

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 1º.09.2011, vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
 5. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Zeze Perrella (PDT) ^(12,17)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** . Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: quintas-feiras, às 12h -

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT) ^(12,14)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(10,11)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

** Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.
- *****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.
1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)
 2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).
 7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).
 11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)
 12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (OF. nº 126/2011 - GLDBAG).
 13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 270/2011 - GLPMDB).
 14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) (2)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA) (1,4)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO (3)
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27.04.2011.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
3. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
4. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁶⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽⁹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
VAGO ^(14,16)
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 01/09/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nº s 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião ⁶
Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ⁶
Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia ⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.09.2011)

- 1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.
- 2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.
- 3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.
- 5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.
- 6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescentando as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescentado da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 228 páginas

(OS: 15915/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

